

NO CORAÇÃO DO BRASIL

A EXPEDIÇÃO DE EDGARD ROQUETTE-PINTO
À SERRA DO NORTE (1912)



Rita de Cássia Melo Santos

SEE/Museu Nacional/UFRJ

NO CORAÇÃO DO BRASIL
A EXPEDIÇÃO DE EDGARD ROQUETTE-PINTO
À SERRA DO NORTE (1912)

Rita de Cássia Melo Santos

NO CORAÇÃO DO BRASIL

**A EXPEDIÇÃO DE EDGARD ROQUETTE-PINTO
À SERRA DO NORTE (1912)**

Rio de Janeiro

**SEE/MUSEU NACIONAL/UFRJ
2020**

Reitora da UFRJ – Denise Pires de Carvalho
Diretor do Museu Nacional – Alexander Kellner
Chefe do Setor de Etnologia e Etnografia – João Pacheco de Oliveira
Presidente da Associação Amigos do Museu Nacional – Luiz Fernando Dias Duarte
Editor: João Pacheco de Oliveira
Produtor Editorial: Carlos Augusto da Rocha Freire
Projeto gráfico e finalização: Design From Brasil – Eduardo Pina e Vladimir Avellar
Revisão: Malu Resende
Imagem da capa: indígenas nambiquara (MT), foto Major Luiz Thomaz Reis (Acervo Museu do Índio)

Todos os direitos reservados ao Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional

ESTE LIVRO FOI PATROCINADO PELA VALE

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Museu Nacional
Quinta da Boa Vista, São Cristóvão
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20940-040
museu@mn.ufrj.br
see@mn.ufrj.br

S237n Santos, Rita de Cássia Melo

No coração do Brasil: a expedição de Edgard Roquette-Pinto à Serra do Norte (1912). Rita de Cássia Melo Santos. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Setor de Etnologia e Etnografia, 2020. 176 p. il.

ISBN: 978-65-00-10746-3

1. Roquette-Pinto, E. (Edgard), 1884-1954. 2. Museus e coleções etnológicas - Brasil. 3. Expedições científicas. 4. Museu Nacional (Brasil). 5. Antropologia.
I. Título. II. Autor.

CDD 918.11

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena. Marc Ferrez, 1882. Fonte: Biblioteca Nacional	62
Figura 2: Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena. Marc Ferrez, 1882. Fonte: Biblioteca Nacional	63
Figura 3: Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena. Marc Ferrez, 1882. Fonte: Biblioteca Nacional	64
Figura 4: Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena. Marc Ferrez, 1882. Fonte: Biblioteca Nacional	65
Figura 5: Indígenas exibidos na Exposição Antropológica de 1882. Joaquim Ayres, 1882. Fonte: Museu Etnográfico de Berlim (Staatliche Museen zu Berlin)	68
Figura 6: Edgard Roquette-Pinto na Serra do Norte. Fonte: Roquette-Pinto (2005)	85
Figura 7: Pescadores de Tramandaí, Rio Grande do Sul (1906). Fonte: Roquette-Pinto (1907)	88
Figura 8: Rio das Três Forquilhas, Rio Grande do Sul. Fonte: Roquette-Pinto (1907)	89
Figura 9: Objetos musicais recolhidos por Roquette-Pinto em sua viagem à Serra do Norte. Fonte: Academia Brasileira de Letras	94
Figura 10: Artefatos indígenas recolhidos por Roquette-Pinto em sua viagem à Serra do Norte. Foto: Edgard Roquette-Pinto. Fonte: Museu do Índio.....	95
Figura 11: Cestos dos indígenas pareci recolhidos por Roquette-Pinto em sua viagem à Serra do Norte. Foto: Edgard Roquette-Pinto. Fonte: Museu do Índio.....	96
Figura 12: Objetos da Serra do Norte recolhidos por Roquette-Pinto em sua viagem à Serra do Norte e posteriormente desenhados para registro. Fonte: Academia Brasileira de Letras.....	97
Figura 13: Rondon distribuindo presentes aos índios paresi. Foto: Luiz Thomaz Reis. Fonte: Museu do Índio.....	98
Figura 14: Rondon e o capitão Tiburcio segurando os vasos de barro encontrados na Serra do Norte. Foto: Benjamin Rondon. Fonte: Museu do Índio.....	99
Figura 15: Avanço da Comissão Rondon nos estados do MS, MT e RO de 1890 a 1915. Fonte: Freire (2009, p. 35).....	102
Figura 16: “Carta Ethnographica da Rondonia: organizada por E. Roquette-Pinto, segundo os trabalhos da comissão Rondon e do autor”. Fonte: Roquette-Pinto (2005, p. 31).....	103
Figura 17: Posto do Utiariti, à margem esquerda do rio Papagaio. Foto: José Louro. Fonte: Museu do Índio.....	105

Figura 18: Grupo de indígenas tagnani em visita ao Tenente Pirineus, em Campos Novos da Serra do Norte, Invernada do Veado Branco, MT. Foto: Sofien Niebler. Fonte: Museu do Índio.....	106
Figura 19: Sicé Nambiquara. Fonte: Museu do Índio.....	112
Figura 20: Indígenas nambiquara com artefatos indígenas no Núcleo Indígena Utiariti. Foto: Major Luiz Thomaz Reis. Fonte: Museu do Índio	114
Figura 21: Indígena nambiquara, chamado Nenê do Zuiu-iná (rio Juína), em peregrinação pelos campos. Foto: José Louro. Fonte: Museu do Índio.....	115
Figura 22: Indígena nambiquara. Foto: José Louro. Fonte: Museu do Índio.....	116
Figura 23: Indígena nambiquara. Foto: José Louro. Fonte: Museu do Índio.....	120
Figura 24: Estação telegráfica de Juruena, à margem do rio com o mesmo nome. Foto: José Louro. Fonte: Museu do Índio.....	121
Figura 25: Telegrama de Rondon a Roquette-Pinto informando o envio de objetos para o Museu Nacional. Fonte: Academia Brasileira de Letras.....	125
Figura 26: Telegrama em 12 de agosto de 1912 de Rondon a Roquette-Pinto disponibilizando o tenente Amarante para intermediar os contatos com o antropólogo e os indígenas. Fonte: Academia Brasileira de Letras.....	126
Figura 27: Livro de Tombo do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional. Fonte: Museu Nacional.....	127
Figura 28: Livro de Tombo do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional. Fonte: Museu Nacional.....	128
Figura 29: Major Libânio com e sem o uniforme militar que distinguia suas funções no trabalho junto a Rondon. Foto: José Louro. Fonte: Museu do Índio.....	136
Figura 30: Vista geral. Fonte: Museu Nacional	141
Figura 31: Vista da Sala Etnografia do Brasil (detalhe). Fonte: Museu Nacional.....	142
Figura 32: Etnografia do Brasil. Fonte: Museu Nacional	142
Figura 33: Etnografia Sertaneja. Fonte: Museu Nacional.....	143
Figura 34: Indígena nambiquara. Foto: Edgard Roquette-Pinto. Fonte: Museu do Índio.....	159
Figura 35: Indígenas nambiquara em visita à expedição Roosevelt-Rondon. Foto: João Salustiano Lyra. Fonte: Museu do Índio	160

PREFÁCIO

PERDA E SUPERAÇÃO

João Pacheco de Oliveira*

“Pour être heureux, il faut penser au bonheur d’un autre.”/“Para estar feliz, é preciso pensar na felicidade de um outro.” (Gaston Bachelard, 1949, p. 181)

A publicação deste livro integra as atividades do projeto *Reconstrução das Coleções Etnográficas do Museu Nacional*, iniciado em fevereiro de 2019, seis meses após o trágico incêndio que destruiu grande parte das coleções etnográficas do Museu Nacional e devastou completamente as suas instalações físicas, equipamentos e arquivos. Seria um decepcionante expediente de fuga tratar neste prefácio apenas da expedição de Roquette-Pinto à Serra do Norte nas primeiras décadas do século XX, ou do debate promovido cem anos depois por uma competente etnografia sobre os resultados daquela viagem defendida no PPGAS/2012.

Para uma antropologia que se ocupa com artefatos no Museu Nacional, não há, nem poderia haver uma continuidade entre um antes e um depois do trágico incêndio de 2018. Não são apenas rupturas nos protocolos de conhecimento nem de atitudes políticas, mas há um corte abissal, um trauma e seus desdobramentos sobre os quais é preciso refletir. Trata-se, em termos diretos, de uma verdadeira refundação.

Há um livro fascinante, do qual foi retirada esta epígrafe, escrito por Gaston Bachelard¹, que pode nos auxiliar bastante. Ele nos adverte: “Le feu couve dans une âme plus sûrement que sous la cendre”/ “O fogo arde com mais certeza em uma alma do que sob as cinzas” (p. 31). Ao invés de evitar o tema ou tratá-lo de forma elíptica, vamos abordá-lo de frente, mergulhando em suas implicações para em seguida emergir em um novo projeto intelectual.

Uma curta sinopse dos jornais do dia seguinte, 03/09/2018, apresenta o drama: dois meses após completar 200 anos, o Museu Nacional, instalado no antigo palácio imperial da Quinta da Boa Vista, foi completamente destruído por um incêndio, que devastou inteiramente as suas coleções de antropol-

*Antropólogo, Professor Titular e Curador das Coleções Etnográficas do Museu Nacional/UFRJ.

¹ BACHELARD, Gaston. *La Psychanalyse du Feu*. Paris: Éditions Gallimard, 1949.

gia, arqueologia e de ciências naturais, as maiores existentes na América do Sul. Uma foto, quase sempre de primeira página, mostrava no alto de uma suave colina imensas labaredas bailando sobre a imponente fachada do palácio, iluminando indiretamente jardins e árvores centenárias, o todo emoldurado pela escuridão da noite.

Um cenário monumental, sem paralelos com o impacto que sobre o público poderia ter uma magnífica produção cinematográfica. Primeiro, não se tratava de um simulacro, de uma cena de estúdio, mas de um fato real que estava ocorrendo em um lugar bem conhecido do Rio de Janeiro, na Quinta da Boa Vista, o mais frequentado e popular parque da cidade. Segundo, o espetáculo não durou dois ou três minutos, mas sim quatro horas, a destruição podendo ser vista pela grande maioria dos brasileiros enquanto sucedia. Terceiro, ele moldou um enorme sentimento de impotência coletiva, pois a catástrofe, no início remota e até improvável, aos poucos se anunciava como imensa e irreversível, acabando por consumir-se aos olhos de todos.

O fogo começou às 19 horas e se estendeu até quase 23 horas de um domingo, sendo de imediato noticiado pelo programa de televisão de mais alto índice de audiência da principal rede de televisão brasileira. Uma equipe de reportagem da mesma emissora imediatamente se deslocou para o local, mostrando detalhadamente e em flashes sucessivos a evolução do incêndio e a incapacidade dos bombeiros em debelá-lo. Os focos do incêndio foram se ampliando progressivamente até transformar todo o prédio num imenso braseiro, com chamas gigantescas que assomavam de janelas, portas e teto, iluminando uma multidão de pessoas que se ajuntou à sua volta.

O fogo se manteve por longo tempo, permitindo a todas as redes de comunicação, jornalistas e curiosos documentarem extensamente o acontecimento. Entrevistas com professores e funcionários desesperados pela perda de todos os seus acervos e arquivos foram transmitidas para todo o Brasil ainda diante das luzes e da fumaça, tendo como pano de fundo a imensa fogueira que era o prédio. Indígenas que moram no Rio de Janeiro e estudantes choravam e protestavam diante das câmeras.

É impossível ficar indiferente à destruição pelo fogo, ela assume o caráter de um sacrifício, de algo que nos transporta à eternidade. Ela nos afeta a todos. “La mort dans la flamme est la moins solitaire des morts. C’est vraiment une mort cosmique où tout un univers s’anéantit avec le penseur”/ “A morte dentro das chamas é a menos solitária das mortes. É verdadeiramente uma morte cósmica onde todo o universo é aniquilado com o pensador”². É certo que nessa noite, em poucas horas, 2/3 das famílias brasileiras que possuem

² BACHELARD, Gaston. *La Psychanalyse du feu*. Paris: Éditions Gallimard, 1949. p. 39.

TV viveram intensamente, a cores e em detalhes, o trauma da destruição do Museu Nacional.

Nos dias seguintes o tema continuou a incomodar a consciência e a sensibilidade das pessoas e os meios de comunicação exploraram isso ao máximo com a repetição incansável das imagens. Muitas crianças que guardavam lembranças de sua visita ao Museu Nacional choraram ao ver nos televisores as cenas das labaredas consumindo o prédio. Durante a semana, professores e ex-estudantes do Museu Nacional promoveram pelo país e fora dele atos de homenagem e luto pelo ocorrido. Programas de pós-graduação, universidades, associações científicas e museus divulgaram nas redes sociais notas de solidariedade, classificando o incêndio como uma perda imensa e irreparável para a ciência e a cultura do país. Associações educacionais e religiosas, centros comunitários, personalidades e populares manifestaram tristeza e consternação. Centenas de cartas, mensagens e desenhos foram recebidos, principalmente de jovens e crianças.

Com esta descrição quero dar ideia do sentimento de perda que de imediato tomou conta dos brasileiros com o avassalador incêndio do Museu Nacional. O foco esteve sempre colocado na destruição da memória nacional. Foi muito diferente da transmissão televisiva da destruição das torres gêmeas em New York no 11/09/2001, quando houve centenas de mortos e o acontecimento foi de imediato tragado pela geopolítica mundial e pesadamente ideologizado. Aqui, ao contrário, foi logo anunciado que ninguém estava no interior do palácio, não havia vítimas diretas, nem uma trama sinistra a desvendar. Não seria possível imaginar um holocausto de memória nacional que fosse visto e sentido de forma tão próxima, com tamanha impotência por tanta gente.

Com o tempo, o interesse da mídia declinou e a opinião pública ficou com uma sinopse simplificadora, em que uma sensação de fatalidade (“um prédio antigo naturalmente deteriorado”) se associava a uma explicação generalizante (“a falta de empenho da administração pública na preservação dos bens culturais”).

Mas para uma parcela muito importante da população este sentimento de perda foi muito mais profundo e de larga duração – justamente para os povos indígenas, aqueles que estavam mais diretamente representados no Museu Nacional através de artefatos, imagens e registros diversos. Em cartas e entrevistas aos jornais, seus líderes e intelectuais repetiam que, além da tristeza, sentiam um grande vazio com a destruição da memória de nossos antepassados.

Formas opostas de lidar com uma perda

Bachelard chama a atenção para o fascínio que, por componentes estéticos e psicanalíticos, o fogo desperta nos humanos, à diferença dos animais, que dele sempre fogem assustados. A atração pelo fogo convida a uma passiva contemplação. Como uma criança quase hipnotizada, juntamos os joelhos aos cotovelos, prendemos a cabeça entre as mãos e seguimos os devaneios carregados de emoção. O espírito fica prisioneiro de uma surda idolatria e passamos a repetir incessantemente as mesmas imagens que determinaram as condutas dos que viveram essa experiência. As labaredas anestesiam o pensamento racional, somos sugados para uma postura que não é analítica nem propositiva, com ela apenas se constroem falsos mitos. Ao contrário, Bachelard nos aconselha: “Loin de s’emerveiller, la pensée objective doit ironiser”/ “Longe de se maravilhar, o pensamento objetivo deve ironizar”³.

Eu não saberia dizer o número de vezes que repórteres de grandes redes de comunicação nacionais e estrangeiras me perguntaram sobre “as peças de tribos extintas há centenas de anos e das quais o único exemplar estava no Museu Nacional”. Eu lhes explicava pacientemente que a mais antiga peça de que dispúnhamos era uma máscara ticuna do início do século XIX; que ao invés de extinto, este era atualmente o povo indígena mais numeroso do país, que continuava a construir objetos bastante semelhantes àqueles da coleção perdida. Que os artefatos mais antigos de indígenas do Brasil, do século XVI, como o manto e o tacape cerimonial dos Tupinambá, não estavam no Museu Nacional, mas em grandes museus europeus, levados das aldeias ainda durante o período colonial. Tais objetos nunca estiveram expostos em museus brasileiros, nem foram jamais vistos pelos índios contemporâneos.

Para muitos era preciso esclarecer ainda que os povos indígenas não estavam em extinção e que muito embora avaliássemos como trágica e imensa a perda do acervo etnográfico, essa situação não era estritamente análoga à da coleção egípcia, por exemplo, que possuía peças do mundo antigo de milhares de anos atrás. Que a importância científica de um acervo não podia ser medida de forma simplória e arbitrária por critérios gerais como a antiguidade ou a raridade, mas sim que deveria refletir a especificidade de cada disciplina e do material com o qual ela trabalha.

Numa direção oposta às perguntas e às expectativas da mídia, os contatos com os indígenas constituíram-se em uma iluminação importante! Uma mensagem de Kaymoti, uma das mais reconhecidas ceramistas karajá, que visitara o MN alguns anos antes e percorrera conosco o SEE (Setor de Etno-

³ BACHELARD, Gaston. *La Psychanalyse du feu*. Paris: Éditions Gallimard, 1949. p. 9, 10.

logia e Etnografia) e a exposição permanente. Ao final, vendo sobre a minha mesa de trabalho algumas belas figuras de animais talhadas em madeira por artesãos ticuna, inesperadamente me ofertou uma escultura (“itxoko”, traduzida usualmente como “boneca”). Agora Kaymoti mandara me avisar, através do antropólogo Manuel Ferreira Lima Filho (UFG), que havia feito uma nova escultura para substituir aquela que fora perdida com o incêndio. Expressava-se uma solidariedade fraterna que sinalizava um caminho.

Um dia depois recebi um telefonema de Tônico Benites, líder kaiowá que fizera mestrado e doutorado comigo no PPGAS, falando de sua tristeza e solidariedade. Recordamos juntos uma visita que ele fizera poucos meses antes ao SEE para mostrar a coleção Kaiowá ali existente para uma comissão de líderes e anciãos que viera ao Rio de Janeiro para uma atividade em outra instituição. Olharam cuidadosamente os artefatos e comentaram bastante entre eles. Achando oportuno, eu os convidei a formarem, junto com Tônico, uma nova coleção, ao que reagiram com bastante entusiasmo. Na conversa por telefone nos prometemos que iríamos, agora, avançar de fato com aquele projeto.

Participando de uma atividade do movimento indígena no Rio de Janeiro, Glicéria Tupinambá esteve na Quinta da Boa Vista na semana seguinte ao incêndio e viu os escombros do Museu Nacional. Falou sobre a imensa tristeza da perda de tantas memórias acumuladas, e manifestou sua solidariedade. “Fico pensando no conhecimento que se foi e nas pessoas que ainda poderiam beber naquela fonte [...] O Museu Nacional era um espaço onde as pessoas bebiam da fonte – cada um que passasse por lá saía transformado”⁴. Que bela definição para um museu, de ter como fim transformar os seus visitantes! Mas um comentário em especial me chamou muita a atenção: “tem um período aqui na aldeia em que aconteceram incêndios. A mata queima, o fogo devasta tudo. Só que a mata, deixando lá, renasce. É diferente de um museu: um museu é muito frágil”⁵. Uma pergunta logo me ocorreu – um museu, inspirado na resistência e no conhecimento dos indígenas, não poderia renascer tal como a mata? Um museu não poderia ser pensado de outra maneira?

As palavras de Glicéria me fizeram recordar uma última pergunta que fizera aos visitantes kaiowá na ocasião mencionada acima. Como a coleção do SEE era bastante antiga, da primeira metade do século, me ocorreu que talvez tivesse acontecido a perda de algumas técnicas de confecção, e indaguei

⁴ “Mata queimada cresce; museu, não”. Matéria no TILT/UOL, de 11/09/2018, redigida por Daniela Fernandes Alarcon.

⁵ Idem.

se eles achavam que a nova coleção poderia ter o mesmo valor que aquela. Tônico traduziu, conversaram entre eles, riram bastante e em seguida ele mesmo se encarregou de dizer: “Com certeza será muito melhor! Esta aqui foi feita por brancos... Agora seremos nós, que conhecemos, e quem estará nos dirigindo é o Atanás” (apontou com o dedo o mais reconhecido ñanderu/xamã dos Kaiowá, que estava ali conosco). Quando os indígenas afinal puderem assumir o seu protagonismo nos museus etnográficos, os artefatos de sua cultura não serão jamais flores que fenescem.

Uma outra tradição curatorial

Como antropólogo sempre me incomodou que a formação de coleções etnográficas fosse muitas vezes realizada pensando exclusivamente no que elas poderiam representar para o patrimônio nacional ou para a ciência universal, sem jamais levar em conta a importância que tais artefatos tinham para os povos e as comunidades indígenas que os produziram e lhes conferiram usos e significados primários.

Boa parte dos protocolos de pesquisa e de coleta me soou como uma herança tardia de Adolf Bastian e de seu projeto para uma antropologia de salvação do patrimônio cultural de sociedades em extinção – projeto cognitivo cujos pressupostos e impactos se fizeram sentir na formação de coleções para os grandes museus europeus⁶. Mas que se tornaram completamente sem sentido em outro contexto político e intelectual, em que os povos indígenas devem ser pensados não mais como em vias de extinção, mas sim como objeto de direitos e protagonistas de seu próprio destino. A alienação de sua cultura material por museus, antropólogos e colecionadores não pode apresentar mais qualquer justificativa.

Na minha longa pesquisa e convivência com os Ticuna, iniciada em 1974, empenhei-me intensamente em criar formas de valorização de suas tradições e no estabelecimento de práticas locais de conservação e uso da cultura, assim como no fortalecimento de ações que estimulassem uma política de memória dos próprios indígenas em relação às suas cultura e língua. Disso resultou a fundação de um museu, o Museu Magüta (1991), para a qual corri bastante. Em 1996 este museu foi premiado pelo ICOM (International

⁶ É importante observar que inspiraram igualmente formas de objetificação das populações pesquisadas e anulação de seu protagonismo em estudos que não estão relacionados de forma alguma aos museus: “Mesmo depois de saírem dos museus, terem como cenário as salas e anfiteatros das universidades, os antropólogos continuaram a coisificar os seus ‘outros’, redispando-os segundo séries históricas e analíticas construídas a partir de referenciais externos” (PACHECO DE OLIVEIRA, J. A eclosão do colonial em nosso cotidiano. *Revista de Antropologia Vivência*, n. 51, p. 17).

Comission on Museums) e no próximo ano completará 30 anos de existência sempre sob o controle de uma organização indígena (CGTT – Conselho Geral da Tribo Ticuna). Atualmente, com alguns estudantes indígenas do mestrado e do doutorado do PPGAS-Museu Nacional e do PPGAS-UFAM, e com um projeto apoiado pela FAPEAM, estamos tentando avançar com a proposta de consolidação do Museu Magüta como um centro de pesquisa indígena.

Em 2006 organizei junto com a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santos (APOINME) e a Fundação Joaquim Nabuco uma exposição intitulada “Os Primeiros Brasileiros”, que focalizava os povos indígenas do nordeste, percorrendo a sua história e descrevendo as suas lutas e a sua cultura atual. Iniciada em Recife, num belo e histórico prédio, o Forte das Cinco Pontas, esteve em diversos outros museus (o Centro Cultural Dragão do Mar, em Fortaleza, em 2007; o Museu Câmara Cascudo, em Natal, em 2010; o Museu de Arqueologia e Etnologia, em Salvador, em 2016; e no Museu de Bellas Artes Evita, em Córdoba, Argentina, em 2013). Esteve no Rio de Janeiro, em 2009, no Museu Nacional. Por ter estado em itinerância no Memorial das Culturas Indígenas, em Brasília, de agosto a dezembro de 2018, foi a única exposição do Museu Nacional a escapar do incêndio. Em outubro de 2019 entrou em exibição no Arquivo Nacional (RJ).

Ao longo desse percurso ela gerou três catálogos (sendo um em espanhol), dois vídeos e uma cartilha formulada em conjunto com professores da educação básica. Uma mostra *pocket*, organizada por Rita Santos, foi exibida em 2014/2015 no Sesc/São Gonçalo e nas unidades São Cristóvão e Botafogo do Colégio Pedro II (RJ) e, em 2019, foi apresentada na Fundação Casa de José Américo (Paraíba). Atualmente está sendo preparada, com o apoio da Unesco, uma versão virtual desta exposição.

Há duas décadas como curador das coleções etnográficas do Museu Nacional venho desenvolvendo, junto com a equipe do Setor de Etnologia e Etnografia, uma linha curatorial baseada na concepção de que os museus não podem de forma alguma pensar-se como praticantes de qualquer modalidade de extrativismo cultural. Ao contrário, eles precisam envolver-se intensamente com as coletividades ali representadas, apoiando suas políticas de memória e seus projetos de bem-estar, trazendo informações atualizadas sobre os produtores dos artefatos que expõem e as condições de uso e coleta. Entre 2004 e 2009, com recursos do LACED (Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento) e a coordenação de Edmundo Pereira e Gustavo Pacheco, foi desenvolvido o projeto *Documentos Sonoros*, que propiciou a edição de três CDs: *Ile Omulu Oxum. Cantigas e toques para*

os *orixás* (2004), em articulação com o Memorial Yá Davina (RJ); *Rondônia 1912. Gravações históricas de Roquette-Pinto* (2008); e *Magüta arü wiyægü. Cantos tikuna* (2009), em articulação com o Museu Magüta.

De 2006 a 2008, vencendo muitas limitações burocráticas e orçamentárias, conseguimos com o apoio do SEMU, então coordenado por Theresa Baumann, e com o empenho de Fátima Nascimento (SEE), refazer totalmente a sala de exposição permanente de Etnologia no Museu Nacional, projetada no início da década de 1950. Foi construída ali uma narrativa nova sobre os indígenas, incorporando aos artefatos a sua historicidade e localizando-os na história do Brasil e da própria Antropologia brasileira. Um lugar destacado era ocupado pela coleção Ticuna do SEE, formada por Curt Nimuendajú, Roberto Cardoso de Oliveira e por mim, entre outros, agora referenciada igualmente ao próprio trabalho realizado pelos indígenas no Museu Magüta sob a coordenação de Nino Fernandes.

Em 2012 inauguramos uma sala para o material karajá, objeto de uma parceria com um estudioso daquela cultura e de sua história, o antropólogo Manuel Ferreira Lima Filho, e com o Museu de Arqueologia e Etnologia (UFG). Foi estabelecida também uma relação bem próxima com os indígenas que visitaram a reserva técnica no ano anterior. A exposição foi ocasião também de se exporem plumárias e artefatos karajá coletados por Maria Heloisa Fénelon Costa, antropóloga que os visitou em diferentes ocasiões, falecida em 1996, tendo sido durante quase três décadas chefe do SEE.

Em 2014, com a curadoria da historiadora Mariza de Carvalho Soares e a intensa participação de Michele Barcelos e Rachel Correia Lima, foi organizada a exposição “Kumbukumbu”, com as coleções africana e afro-brasileira do Museu Nacional. A exposição teve grande repercussão, gerando amplos debates com estudiosos nacionais e estrangeiros, assim como mostras na Baixada Fluminense, em articulação com associações e movimentos negros. Dela resultou um importante catálogo disponibilizado no site do Museu Nacional, que atualmente está sendo traduzido para o inglês e será publicado pela Universidade Vanderbilt (Estados Unidos).

Segundo um minucioso levantamento concluído no período anterior ao incêndio, realizado por equipe do SEE, com Edmundo Pereira, Crenivaldo Veloso e Michele Barcelos, abrindo-se todas as estantes e compactadores e identificando-se todo o acervo existente, haveria ali cerca de 12.800 itens. Não foram nessa ocasião computadas a enorme coleção de arcos e flechas, as máscaras e a plumária que, pelo seu estado de conservação, aguardariam um trabalho especializado de restauro, que seria realizado em outro setor (o Laboratório de Conservação e Restauro – LCR). A grande maioria dos artefatos era originária de povos indígenas brasileiros, cabendo notar que foi

inventariado também o acervo africano e afro-brasileiro (700 itens), com a colaboração de Mariza de Carvalho Soares; de cultura popular (2000), com a colaboração de Renata Menezes (PPGAS) e Carla da Costa Dias (EBA); de objetos asiáticos (600) e da Oceania (300). As mais numerosas coleções indígenas eram a Ticuna e a Karajá (com aproximadamente 1.000 peças cada uma).

O SEE mantinha o seu acervo cuidadosamente guardado em dois grandes compactadores, dezenas de armários de aço e uma mapoteca, distribuído em três reservas técnicas que totalizavam cerca de 295 m². O espaço no entanto era insuficiente, ali funcionando igualmente as mesas e os equipamentos dos técnicos (o que não é recomendado pelas normas de segurança de pessoas e acervos), agregando-se ainda um pequeno laboratório de restauro, uma biblioteca específica e um arquivo com documentação administrativa e histórica. Inexistia área de atendimento a pesquisadores e visitantes.

Importante destacar que em seus trabalhos de guarda, organização e curadoria o SEE mantinha, como vimos, uma ativa rede de pesquisa e colaboração com povos indígenas, associações afro-brasileiras, museus indígenas e centros comunitários, tendo sido desenvolvidas atividades de produção de memórias, formação de pesquisadores nativos e parcerias múltiplas que se estendiam pelo território nacional. Em especial, cabe destacar o Museu Magüta, dos Ticunas, ao qual diferentes equipes técnicas do SEE prestaram assessoria em Benjamin Constant (AM) e por diversas vezes acolheram em visitas e pesquisa professores e líderes ticuna.

Uma curadoria radicalmente dialógica

O Museu Nacional é uma instituição muito complexa, reunindo diferentes áreas de atuação – ensino de pós-graduação; pesquisa científica; armazenamento, pesquisa e curadoria de coleções; exposição; e atividades de extensão universitária. Abriga disciplinas científicas bastante diferentes, com padrões distintos de formação e pesquisa, lidando também com acervos de natureza muito heterogênea. Certamente será um caminho longo articular todas essas necessidades e expectativas dentro de um projeto unificador de reconstrução.

O que estamos aqui propondo é relativo apenas à reconstrução das coleções etnográficas, que é de nossa área de conhecimento e atuação. Tal projeto, concebido a partir de uma perspectiva radicalmente dialógica, recupera a linha curatorial que colocamos em prática no SEE nas duas últimas décadas, associando-a agora explicitamente à experiência de conservação de memórias locais (antes realizada com o Museu Magüta).

Segundo uma perspectiva analítica, podemos dizer que um museu etnográfico é um espaço de confluência de três conjuntos de pessoas: o público visitante, o *staff* da instituição e aqueles cuja cultura está sendo vista/exposta. Nos museus coloniais mais típicos, estes últimos não têm um lugar de fala nem capacidade de veto em relação às montagens que considerem invasivas ou inadequadas, o protagonismo que exibem é uma construção alheia, e nela funcionam apenas como marionetes.

O *staff* da instituição, integrado por uma rede hierarquizada de pesquisadores, museólogos, técnicos diversos, pessoal administrativo e também por gestores, é aquele que estabelece as *glass boxes*, as vitrines que guardam e interpretam o outro. A questão reside exatamente aí – quão legítimo é este direito de exibição, interpretação e controle da cultura e da história de um outro?⁷.

As curadorias compartilhadas são soluções táticas para colocar limites a este poder e, sem dúvida, correspondem a um grande avanço em face da divisão dualista (público e *staff*) dos museus coloniais⁸. Elas mesmas, no entanto, dependem de outros limites, impostos tanto pela gestão política (e não exclusivamente técnico-científica) dos museus quanto pelas possibilidades estabelecidas pelo seu próprio acervo e pelas expectativas múltiplas que acarreta. Estes fatores podem colocar sobre a mesa opções não desejadas pelos curadores, uma vez que frequentemente tais coleções foram formadas sem o conhecimento e a aprovação da população representada.

A singular situação do Museu Nacional permite uma solução original e muito mais radical para a questão levantada por Michael Ames. A formação de coleções pode ser pensada por um outro viés, sem protocolos que justifiquem a alienação dos artefatos, o corte de um cordão umbilical – político, afetivo, moral e ontológico – entre as peças guardadas ou exibidas nos museus e a sua comunidade de origem⁹.

Coleções etnográficas não podem ser desvinculadas das coletividades que as produziram, dos sentidos e das estratégias que conduziram a sua produção. A interlocução e a parceria com os indígenas são fundamentais para nós e não devem ser iniciadas apenas no ato de identificação (ou reidentificação)

⁷ AMES, Michael. Cannibal Tours, Glass Boxes e a Política da Interpretação. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J.; SANTOS, R. (eds.). *De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019. p. 51-68.

⁸ GOLDING, Viv. Collaborative Museums: Curators, Communities, Collections. In: GOLDING, Viv; MODEST, Wayne (eds.). *Museums and Communities Curators, Collections, and Collaboration*. London & New York: Bloomsbury, 2013.

⁹ Por comunidades de origem me refiro aqui àquelas que produziram tais artefatos, o que na literatura de língua inglesa tem sido chamado de “source communities” (vide PEERS, Laura; BROWN, Alison K. (eds.). Introduction. In: *Museums and Source Communities. A Routledge Reader*. London & New York: Routledge, 2003.

dos objetos, nem somente na preparação de mostras e exposições, ou nas técnicas, nos cuidados e nas restrições relativas ao manuseio e à armazenagem. O diálogo, a participação e a anuência dos produtores de tais artefatos precisam estabelecer-se no próprio momento da formação das coleções, no estabelecimento de uma parceria entre os museus e estas comunidades.

É nessa ocasião que devem ser debatidas e esclarecidas políticas e estratégias quanto à preservação e ao uso de memórias tanto nas instituições receptoras quanto no plano local, considerando como imprescindível assegurar a continuidade na reprodução e uso social de tradições no âmbito das próprias comunidades de origem. Para uma nova perspectiva em termos de colecionamento de artefatos, não se trata mais de “despertar os mortos”¹⁰, estejam estes nas vitrines, nas reservas técnicas ou ainda mortos porque inexistentes ou esquecidos nas próprias comunidades de origem, mas sim de recebê-los como fenômenos vivos, tendo colaborado para que continuem, em algum outro lugar, a existir e a servir aos que o produziram e, de forma dinâmica, às gerações consecutivas.

Aplicando aos artefatos nos museus etnográficos o que Michel de Certeau falou da historiografia, poderíamos dizer que eles não devem ser interpretados e significados em termos de um “retorno do país dos mortos” para se transformarem, inversamente, em representações destes coletivos¹¹, objetificações feitas de algum modo por eles mesmos (e por isso autorizadas e legítimas) e que precisam ser sempre atualizadas.

Os procedimentos e os protocolos criados pelo *staff* para transformar tais artefatos em objetos de admiração, o que chamamos em um outro texto de “ilusão museal”¹², estarão centrados agora na produção de um sentimento de vínculo profundo entre as peças do museu e uma coletividade viva, na superação de uma distância, na explicitação de um protagonismo esperado e claramente enunciado. A “aura”¹³ de que podem ser portadores não decorre de uma ausência, mas do emaranhado de saberes e conexões. “O protagonismo indígena não diz respeito unicamente à substituição de curadores. Para sua real efetivação é preciso pensar como os museus podem se articular com a luta política, por quais mecanismos eles podem assumir uma função concre-

¹⁰ Imagem utilizada por Benjamin para referir-se à função do historiador na recriação do passado, realizando uma leitura do quadro *Angelus Novus*, de Paul Klee (BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Benjamin – o Anjo da História*. 2. ed. Belo Horizonte/ São Paulo: Autêntica Editora, 2013. p. 14).

¹¹ “Elle s’écrit a partir d’une absence [...] Elle met une représentation à la place d’une separation” (DE CERTEAU, Michel. *La Fable mystique (xvi-xvii siècle)*. Paris: Éditions Gallimard, 1982. p. 21).

¹² PACHECO DE OLIVEIRA; SANTOS (2019, p. 23).

¹³ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ta em suas vidas. Os novos museus precisam ser uma arma, uma ferramenta em sua luta”¹⁴.

O projeto em construção

Nosso projeto de refundação das coleções etnográficas está baseado em dois movimentos que devem se complementar e se alimentar mutuamente. Com as organizações, os intelectuais e os estudantes indígenas estamos estabelecendo parcerias que precisam se desdobrar no fortalecimento das expressões culturais locais. A possibilidade de futuras doações ao acervo a ser constituído no SEE não pode ser descolada de uma discussão sobre as formas de preservação local da cultura, bem como da elaboração de políticas de memória por parte dessas coletividades parceiras.

Os artefatos que vierem a integrar o futuro acervo do SEE não mais corresponderão a um conjunto arbitrário de itens recolhidos pelo olhar estrangeiro do viajante, nem pelo exotismo próprio do mercado de coleções. Eles serão selecionados e identificados pelas próprias populações que pretendem representar, perfeitamente contextualizados em termos de produtor, significados, usos e objetivos de sua produção, respeitando as peculiaridades de famílias e localidades, e também as estratégias políticas e os protocolos culturais dessas coletividades.

Um símbolo disso foi a escultura karajá doada por Kaymoti, de que falei antes, que se tornou a peça de número um do acervo em processo de constituição pelo SEE. Durante o ano de 2019, em que a equipe ainda buscava um novo local de trabalho e assentamento, foram realizadas três atividades de pesquisa, com o registro e a documentação da formação de uma coleção entre os Ticuna (AM), os Kaiowá (MS) e os Karajá e Javaé (GO/TO). A pandemia de covid inviabilizou durante o ano de 2020 a realização de pesquisas e oficinas em outras aldeias indígenas. A retomada das atividades ocorrerá emblematicamente através de uma oficina na 32ª. Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), coordenada por mim e por Tonico Benites, com a participação de representantes de 12 povos indígenas.

Por outro lado, estamos constituindo um repertório de natureza digital sobre imagens e artefatos relativos aos nossos parceiros indígenas e existentes em museus situados fora do Brasil, desconhecidos, portanto, do público brasileiro e sobretudo da própria comunidade de origem de tais artefatos. Em alguns casos, este material provém de acordos de cooperação estabelecidos com outros museus europeus, como o Musée d'ethnographie

¹⁴ PACHECO DE OLIVEIRA; SANTOS (2019, p. 22).

de Gêneze/MEG, e resulta da solidariedade internacional. Em outros casos, resulta de levantamentos realizados por pesquisadores individuais e cedidos ao SEE/MN.

Há uma tendência atual operante entre museus e instituições culturais de vários países no sentido de articular-se em rede, compartilhando informações e imagens sobre os seus acervos. A pandemia implicou para os museus um fechamento temporário e sem previsão de retorno, estimulando a construção de exposições virtuais e de novos formatos de compartilhamento e uso de dados culturais. Vários museus importantes aderiram ao Creative Commons e ao projeto Open GLAM/Galleries, Libraries, Archives and Museums, que nos oferecem boas perspectivas em relação ao desenvolvimento de nosso projeto.

Devemos escapar do fetiche dos objetos enquanto materialidades específicas, que podem ser controladas e excluídas da vida social e de seus produtores e usuários. Como nos recomenda Johannes Fabian, “focar o debate no ‘ato de criar coleções’ pode na verdade ser uma maneira de fugir da neblina das disputas políticas, éticas e estéticas e das eternas querelas técnicas sobre exposições”. Focar nos atos de colecionar deve ser o nosso caminho, pois, afinal, o que colecionamos, como ele nos mostra, são pensamentos (2010, p. 61-62)¹⁵.

O nosso objetivo é tornar acessível por meio digital a estes povos e comunidades os artefatos que fizeram parte da história de seus antepassados, dos quais as gerações posteriores viveram afastadas no espaço e no tempo. Tal repatriação virtual poderá alimentar um resgate mais denso e vivo do passado, propiciando tanto reviver antigas tradições quanto estimular recriações contemporâneas.

A formação de coleções digitais exigiu da equipe um trabalho prévio de elaboração de um sistema de metadados, bem como de ajustamento a este sistema das planilhas existentes no SEE/MN e da adequação das planilhas recebidas de outras instituições ou disponibilizadas pela internet. Segue em paralelo um imprescindível trabalho de pesquisa bibliográfica e tradução de toda uma extensa massa de dados, realizada por técnicos do SEE, de modo a permitir que tais acervos digitais possam futuramente ser acessíveis, em língua portuguesa, ao público brasileiro, em especial aos próprios indígenas.

Neste repositório, estão sendo inseridas informações sobre artefatos de indígenas brasileiros situadas em museus estrangeiros, assim como as planilhas que dão conta do levantamento realizado sobre o acervo existente no SEE/MN pouco tempo antes do incêndio.

¹⁵ FABIAN, Johannes. Colecionando pensamentos. Sobre o ato de colecionar. *Mana* – Estudos de Antropologia Social, 16 (1), p. 59-73, 2010.

A etapa seguinte será a colocação dos dados em uma plataforma DSPACE e sua publicização através do site oficial do Museu Nacional. Assim poderemos continuar atendendo tanto aos pesquisadores e ao público interessado quanto aos próprios indígenas que, com frequência, nos consultam sobre essas coleções e sua documentação, pois elas constituem as bases materiais e tangíveis de suas memórias e identidades étnicas.

Como projeto de futuro, longe de restringir-se a uma pura reconstituição material de um acervo, estamos pensando em dar às novas coleções uma dupla realidade, material e digital, transformando-as também em acervos digitais, que possam mais facilmente ser divulgados por meio de novas exposições virtuais. Ao invés de sermos os guardiães de artefatos culturais a serem desconectados da vida social e entesourados como raridades, atuaremos sintonizados com memórias e criações culturais vivas. Funcionaremos, sobretudo, como tradutores históricos e culturais, e facilitadores institucionais.

Nas palavras do filósofo e poeta Roberto Fernández Retamar [...]: “No guardar tesoros./ El tesoro es no guardarlos./ El tesoro es crear./ El tesoro es ser.”¹⁶. Com isso, um acervo pioneiro surgirá enquanto fruto de oficinas e encontros entre culturas vivas, operando com uma partilha continuada, articulando o local e o global, numa relação de diálogo e compromisso.

Uma superação dialética

Neste caminho não podemos abrir mão da história. Criado em 1818, o Museu Real, como foi inicialmente chamado, resulta de uma tentativa da Coroa em estabelecer no Rio de Janeiro as condições culturais para funcionamento do império colonial português, cuja capital, Lisboa, havia caído em poder dos exércitos de Napoleão. No mesmo ano foi também instituída a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA). Após a Independência e sobretudo durante o longo Segundo Reinado (1840-1889), em parceria constante com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a AIBA, o museu constituiu-se em uma instituição central para a construção da identidade nacional.

Em seu estatuto a ênfase maior residia não na guarda e na exibição de coleções, mas sim na sua formação, na promoção de levantamentos, expedições e estudos sobre o país. Para isso, reuniu coleções de etnologia, arqueologia, antropologia física e das ciências naturais. Em 1882 promoveu uma grande exposição, a “Primeira Exposição Antropológica Brasileira”, segundo os padrões da ciência da época. Por isso, nas comemorações de aniversário do

¹⁶ RETAMAR, Roberto Fernández. Una salva de porvenir. In: *Mismidad y Otridad*, 1994. Disponível em: <http://ame.diavoz.com/fernandezRet.htm>. Acesso em 28/08/2020.

Museu Nacional em 1982, o antropólogo Luís de Castro Faria insistiu em sublinhar: “Nosso museu não é guardião de memória, é produtor de memórias; é gerador de saber e não almoxarifado de relíquias”¹⁷.

Com o advento da República, o Museu Nacional saiu de um casarão no centro da cidade e foi instalado em 1892 no antigo palácio imperial, onde um ano antes fora realizada a Primeira Constituinte Republicana. Ali a instituição consolidou-se, abrigando pesquisadores de diferentes disciplinas, reorganizando-se em departamentos e ampliando extraordinariamente os seus acervos. Tornou-se efetivamente uma casa de ciência que antecedeu as universidades brasileiras. Os pesquisadores da instituição atuaram igualmente nas políticas públicas, em especial colaborando nas ações indigenistas de Rondon, criador do Serviço de Proteção aos Índios. A instituição promoveu grandes expedições científicas (como a de Roquette-Pinto, 1912-13, que é objeto deste livro), desempenhando também papel central no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas.

Pela recuperação histórica que estamos aqui fazendo, deve ficar claro que uma nova concepção de curadoria não significa de modo algum passar uma borracha na história pulsante da instituição. Produzir subsídios críticos para a história da Antropologia no Brasil é um compromisso fundamental que estabelecemos, o que se expressa na publicação de um estudo sobre Roquette-Pinto realizado por uma investigadora formada nesta casa, Rita de Cássia de Melo Santos, que para alcançar os seus objetivos investigou com profundidade os arquivos do SEMEAR, a reserva técnica do SEE e se apoiou na Biblioteca Francisca Keller.

Não é minha intenção aqui tomar o lugar da pesquisadora antecipando a trajetória de Roquette-Pinto, diretor da instituição entre 1927 e 1936, ou os resultados de sua profícua atuação dentro e fora do Museu Nacional. Assim, apenas indico três aspectos que justificam a relevância presente de um reencontro com a sua obra, sendo possível identificar alguns valores permanentes dentro de um movimento de desenvolvimento institucional de larga envergadura.

O que significava ser um antropólogo na virada do século XIX? Nas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século XX, toda a atividade científica sobre as populações autóctones de América, Ásia e África

¹⁷ CASTRO FARIA, Luís de. *Antropologia Espetáculo e Excelência*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1993. p. 77. Nas últimas décadas formou-se um consenso de que o Palácio deveria ser destinado unicamente às exposições. É importante observar que o MN recebe cerca de 200 mil visitantes por ano, sendo também local frequente de visitas escolares. As coleções, os laboratórios, as salas de aula e os gabinetes de pesquisadores deveriam ser instalados em prédios novos que ficariam na área do Horto Botânico, nas proximidades da Biblioteca Geral (que abriga obras raras, livros e revistas de interesse de todas as áreas das ciências naturais). Atualmente, vários departamentos já estão ali implantados.

estava sediada nos grandes museus antropológicos. Roquette-Pinto seguiu com absoluta coerência e competência os caminhos que lhe foram indicados por seu tempo. Primeiro, por fazer uma investigação extensa e cuidadosa da bibliografia sobre os indígenas, traçando comparações inovadoras entre a medicina ocidental e as múltiplas formas de tratamento realizadas pelas populações autóctones (inclusive de males espirituais)¹⁸; segundo, por ingressar como professor/pesquisador do Museu Nacional (1906); terceiro, por aceitar o convite de Rondon e iniciar um trabalho etnográfico.

O primeiro ponto a destacar é a importância etnográfica deste trabalho. A expedição à Serra do Norte é um empreendimento científico que merece ser comparado à viagem de Von den Steinen ao Xingu, de Rivers e Haddon ao estreito de Bhering, de Franz Boas ao norte do Canadá. Foi realizada antes da chegada de Malinowski às ilhas Trobriand (1914), no que alguns historiadores da antropologia apontam como o nascimento do método de trabalho de campo.

Em termos de resultado impressiona sobremaneira a diversidade de registros produzidos sobre os Nambiquara, Pareci e Bororo, abrangendo uma extensa coleção etnográfica (2.156 objetos, incluindo itens de interesse arqueológico e botânico), fichas antropométricas, fotografias e registros sonoros. As suas gravações de músicas bororo inspiraram algumas importantes peças musicais de Villa-Lobos. O seu livro, *Rondônia – Anthropologia–Ethnographia*¹⁹, publicado em 1917, foi recebido pelo público com grande interesse, justificando sucessivas reedições, sendo incorporado a coleções famosas (como a Brasileira), hoje estando disponível em várias bibliotecas digitais.

O segundo aspecto a sublinhar é a sua grande preocupação com a utilização da ciência em proveito da educação popular. Esta é uma orientação permanente em sua vida²⁰, que o levou a criar no Museu Nacional o Serviço de Assistência ao Ensino/SAE, que se ocupava do atendimento a inúmeras comitivas de estudantes que frequentavam constantemente as exposições da instituição e ali tinham subsídios e estímulos para uma formação futura em ciências. Foi com objetivo semelhante que conseguiu sensibilizar a Academia Brasileira de Ciências a instalar em 1923 uma rádio, mais tarde transferida ao Ministério da Educação (Rádio MEC), na qual ele atuou durante mais

¹⁸ ROQUETTE-PINTO, Edgard. O exercício da medicina entre os indígenas da América. Monografia (Conclusão de curso) – Faculdade de Medicina, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1906.

¹⁹ ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Rondônia – Anthropologia–Ethnographia*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ABL, 2005.

²⁰ “a nobre missão dos intelectuais mormente professores é o ensino e a cultura dos Proletários, preparando-os para quando chegar a sua hora” (Escrito a pedido dos jovens do Clube da Cultura Moderna, datado de 4 de julho de 1935. In: LINS, Alvaro. *Jornal de Crítica*, 7ª série, 1963).

de uma década. Foi igualmente o criador do Instituto Nacional de Cinema Educativo e, ao falecer, estava envolvido com o projeto de uma TV educativa.

O terceiro aspecto a destacar é a sua antevisão quanto a um futuro possível para o indígena, na contramão de um determinismo biológico dominante na antropologia física, bem como da concepção unânime na sua época de que estes povos estavam em um inexorável processo de extinção. Assim, ao terminar o seu prefácio ao livro *Rondônia* (1917), ele nos apresenta esta visão de uma impressionante contemporaneidade: “Quem sabe se mais tarde, um filho da Rondonia, bisneto de alguns desses que deixei com saudade em 1912, [...] não folheará estas notas, para ligá-las ao material conhecido e traçar, assim, a notícia completa do seu povo?” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. XV).

Como disse Santos²¹: “A aposta de Roquette-Pinto na formação de coleções para os museus não estava restrita somente ao momento de sua coleta e exibição; ou, ainda, à sua própria produção científica. Ela apontava para um horizonte futuro no qual imaginava os descendentes daqueles grupos buscando em seus registros os caminhos necessários para a reconstrução da sua própria trajetória”.

Trata-se de uma visão extremamente original para a época, que não considerava os indígenas como fadados ao desaparecimento e que supunha a possibilidade do seu protagonismo intelectual no futuro, buscando inclusive reconstruir a sua história. Um movimento de reconhecimento compatível assim com a apresentação do projeto em que estamos trabalhando atualmente no SEE/MN.

²¹ SANTOS, R. C. M. Um antropólogo no museu: Edgard Roquette-Pinto e o exercício da antropologia no Brasil nas primeiras décadas do século XX. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 25 n. 53, jan./abr. 2019.

APRESENTAÇÃO

NAS DOBRAS DA MEMÓRIA – OBJETOS, MUSEUS E POPULAÇÕES INDÍGENAS

O livro ora publicado corresponde, com algumas alterações, à minha dissertação de mestrado orientada por João Pacheco de Oliveira e defendida em fevereiro de 2011, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, diante da banca composta por Giralda Seyferth (PPGAS/MN/UFRJ), *in memoriam*, Heloisa Bertol Domingues (Mast) e Nísia Trindade (Fiocruz). O rigor acadêmico e a generosidade da banca de avaliação marcaram de modo indelével os primeiros anos de minha formação e a elas sou grata pelos caminhos sugeridos e também pelo contínuo ensinar empreendido por meio de suas trajetórias exemplares. Giralda, infelizmente, nos deixou em 2017. Suas lições, contudo, seguirão para sempre conosco.

Os anos que antecederam à formulação da dissertação foram marcados por um crescimento exponencial do número de museus indígenas e a consequente demanda para os museus nacionais de ressignificação dos usos e dos sentidos atribuídos às coleções etnográficas. Vivenciando de perto esse movimento – como narro na introdução deste livro – eu me envolvi, desde uma perspectiva prática e investigativa, nos modos de fazer coleções e exposições etnográficas. A partir de um levantamento preliminar, chamou-me a atenção um fato inusitado. A despeito da importância e da diversidade da coleção etnográfica Edgard Roquette-Pinto no Museu Nacional, ela permanecia em parte obliterada. Com exceção dos materiais fonográficos que alguns anos antes haviam sido recuperados por Edmundo Pereira e Gustavo Pacheco através do projeto *Documentos Sonoros*, coordenado por João Pacheco de Oliveira e Antônio Carlos de Souza Lima (PACHECO DE OLIVEIRA; SOUZA LIMA, 2009), e da vitrine na sala de Etnografia do Museu Nacional, a atenção ao legado de Roquette-Pinto estava muito mais voltada às contribuições do antropólogo físico, do educador e do radialista.

Respondendo, portanto, a um duplo movimento – de interesse das populações indígenas pelos acervos museais e da inexistência de trabalhos sobre a dimensão etnográfica empreendida por Roquette-Pinto – este (agora) livro conserva seu caráter documental. Mantive a estrutura narrativa e as escolhas

teóricas realizadas em 2011, posto que elas refletem uma época em que o direito territorial e a afirmação étnica pareciam caminhar para uma futura consolidação e era preciso avançar por outras frentes, sobretudo da descolonização dos museus e de apropriação de suas formas narrativas. A busca por compreender essa dimensão me levou a uma rede complexa estabelecida entre tradições disciplinares, museus, populações indígenas e situações coloniais, aspecto que comecei a averiguar a partir dessa conjuntura e que posteriormente se mostrou bastante útil para análise de outros contextos (SANTOS, 2016, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b; SANTOS; FRANÇA, 2018; PACHECO DE OLIVEIRA; SANTOS, 2019).

Ao mesmo tempo que eu, outros pesquisadores também se debruçaram sobre essas dimensões. Sobre as pesquisas realizadas a partir do material de Edgard Roquette-Pinto, duas teses relacionadas diretamente à temática deste livro foram defendidas poucos meses depois da minha dissertação. Ainda em março de 2011, Jayme Moraes Aranha Filho defendeu, no Programa Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia da UFRJ, a tese de doutorado em Antropologia *Guia da impermanência das exposições – uma investigação sobre transformações do Museu Nacional do Rio nos anos 1940*. Neste trabalho, Aranha Filho percorre diferentes formulações expositivas do Museu Nacional contrapondo-as às expectativas do que seria o museu ideal para os cientistas da instituição. O autor toma ainda a concepção do papel do Museu em Roquette-Pinto como emblemática do período. Em setembro do mesmo ano, Vanderlei Sebastião de Souza defendeu, no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, a tese de doutorado *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. Com recorte temporal semelhante ao de minha dissertação, Souza analisa desde a formação prévia de Roquette-Pinto aos debates sobre miscigenação, eugenia e população nacional. As coincidências de ênfase, apesar do modo autônomo como os trabalhos foram realizados, revelam as lacunas existentes à época e o esforço dos campos da Antropologia e da História da Ciência em respondê-las.

Em sequência a esse momento de 2011, outros trabalhos foram sendo realizados com novas questões. Em 2013, Mariáh dos Santos Martins apresentou sua dissertação no Programa de Pós-Graduação em Histórias das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobre a atuação dos cientistas no interior da Comissão Rondon, buscando compreender o campo científico antes da consolidação do sistema universitário. Além de Roquette-Pinto, investigou também a atuação de Alípio de Miranda. Em 2015, Juliana Amorim, em dissertação defendida

no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas, discutiu a institucionalização do acervo Edgard Roquette-Pinto na Academia Brasileira de Letras e os significados aportados a esse processo. E, em 2017, Pedro Libânio de Carvalho apresentou sua tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, na qual retoma as relações entre museus e populações indígenas a partir do debate sobre a memória social. A continuidade temática com os trabalhos posteriormente realizados demonstra a vitalidade com que o campo de estudos foi sendo desenvolvido, avançando sobre aspectos específicos e ganhando contornos próprios.

O fatídico incêndio do Museu Nacional em 2018 em parte interrompeu esse fluxo. As coleções, as exposições e os arquivos institucionais foram quase completamente perdidos e, com eles, o desenvolvimento de novos trabalhos se mostrou um desafio em parte incontornável. Buscando soluções para esse impasse, o Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional iniciou um processo de reconstrução de suas coleções etnográficas²². Mais do que recompor objetos, o objetivo do projeto é permitir a reconstrução das diferentes memórias associadas às coleções. Afinal, objetos não são apenas *coisas em si*.

Objetos são elos que conectam tempos, populações, situações históricas e coloniais muito distintas, e que permitem, na contemporaneidade, a construção de memórias, de narrativas e a afirmação de pertencimentos. Nesse sentido, recuperar o que é possível do passado e construir novos acervos, a partir de protocolos distintos daqueles empreendidos nas situações coloniais que formaram o acervo perdido do Museu Nacional, é um desafio ao qual este livro se une, somando ao processo dados não mais existentes – lista de peças, fotos, anotações, redes de colaboradores etc. – e também a sua radical contextualização por meio da biografia intelectual do coletor, da análise da instituição, da descrição de procedimentos de coleta e da rede ampla de atores envolvidos, dentre eles muitos indígenas.

É, portanto, com grande satisfação que integro essa iniciativa empreendida por João Pacheco de Oliveira à frente do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional. Nesse momento em que não apenas o Museu foi dizimado por um incêndio, mas que vemos cotidianamente a queima das bibliotecas vivas – metáfora que alude às mortes dos anciãos, líderes e curandeiros indígenas vitimados pela pandemia do coronavírus (Covid-19) – projetos como esse se tornam urgentes. É nessa dobra que o trabalho ora publicado se

²² <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/pesquisa/see/projetoreestruturacao.html>

insere, buscando contribuir na continuidade e na atualização das histórias de Libânio, Zita e tantos outros indígenas imprescindíveis a seus povos e a nós. Que elas jamais se tornem cinzas, posto que assentadas na memória coletiva mais ampla.

João Pessoa, julho de 2020.

Rita de Cássia Melo Santos

SUMÁRIO

Introdução	31
Capítulo 1 Roquette-Pinto ingressa nos quadros do Museu Nacional	47
1.1 Esmiuçando a forma de ingresso.....	47
1.2 A formação desejada.....	51
1.3 A herança recebida.....	54
1.4 A formação contratada.....	74
Capítulo 2 Viagem ao coração do Brasil.....	85
2.1 Primeiras viagens.....	86
2.2 Caminhos ao coração do Brasil.....	93
2.3 No coração do Brasil.....	104
2.4 “Monumentos de brasilidade”	121
Capítulo 3 Domesticando a viagem.....	125
3.1 Objetos em foco.....	125
3.2 No Museu, novos sentidos	137
3.3 De primitivos a brasileiros	146
Considerações finais	155
Referências bibliográficas	163
Anexo	174

INTRODUÇÃO

Eu sou, talvez, mais vaidoso do que você supõe. Eu não me desinteressei da minha ciência predileta, a antropologia, porque estou inteiramente tranquilo em relação à conservação do meu nome, nos seus anais. Dentro de um século, não se escreverá sobre raças, especialmente sobre índios, assim como educação e sobre rádios no Brasil, sem subir as escadas do Museu Nacional ou das Bibliotecas para consultar o que eu deixei... Tudo que um homem de pensamento aspira, e que é a sobrevivência na memória dos homens de amanhã, eu tenho como certo (ROQUETTE-PINTO citado em VENÂNCIO FILHO, 2008, p. 24).

Numa conversa com Humberto Mauro, num dos encontros da Academia Brasileira de Letras (LINS, 1955), situando-se como “homem de pensamento”, Roquette-Pinto demonstrava convicção sobre a sua presença nos “anais” e na “sobrevivência da memória” da Antropologia (então sua “ciência predileta”), da Educação e da Radiodifusão no Brasil.

Não é difícil encontrar marcas dessa memória. Em 2010, o Museu Nacional celebrou o seu 192º aniversário, promovendo um evento de divulgação científica cujo tema central foi “Eureka! Um passeio pela História da Ciência”. O público foi convidado a conhecer exemplos de personagens que contribuíram para o desenvolvimento do saber, desde a Antiguidade até a contemporaneidade. Um *stand* trazia como tema “Roquette-Pinto: um brasileiro idealista e realizador”. Proposto e coordenado pelo Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (SAE), buscava homenagear aquele que fundou, em 1927, o primeiro serviço educativo de um Museu brasileiro.

Outra presença do nome de Roquette-Pinto no próprio Museu Nacional é a denominação do auditório do Palácio, local onde se realizam os principais eventos da instituição e onde emblematicamente está exposta a coleção de retratos de todos os diretores do MN, além do link na página da instituição com acesso à biografia de Roquette-Pinto, único destinado, com exclusividade, a um ex-diretor²³. Para além dos limites do Museu Nacional, a rádio por ele fundada, também em 1927, existente e em funcionamento até os dias de hoje, o relembra, a cada chamada, em seu nome.

²³ <http://www.museunacional.ufrj.br/MuseuNacional/Principal/sitouroquete/index.html>. Há outro link em que está disponível um resumo das trajetórias de todos os diretores, Roquette-Pinto inclusive, <http://www.museunacional.ufrj.br/MuseuNacional/Principal/DIRETORES.pdf>.

No entanto, a epígrafe acima registrada foi proferida três anos antes da fundação do SAE e da Rádio Educação. O que fazia Roquette-Pinto crer na persistência de seu nome e, mais do que isso, da sua importância nos domínios da Antropologia, da Educação e da Radiodifusão ao longo de todo um século?

Roquette-Pinto iniciou sua vida profissional no Museu Nacional por meio da aprovação em concurso no ano de 1905, quando foi contratado para o cargo de assistente da Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia da instituição. Foi aí que transcorreu parte significativa de sua carreira de antropólogo e onde permaneceu por cerca de 30 anos, durante os quais pôde desenvolver muitas outras atividades.

Nos domínios da Antropologia, durante esse período, participou das expedições ao litoral do Rio Grande do Sul (1906), à Serra do Norte (1912) e ao Paraguai (1920). Em 1922, já havia dado início ao largo estudo dos tipos nacionais e participado de grandes eventos científicos, dos quais se destacam o primeiro Congresso Universal das Raças (1911) e o XVIII Congresso Internacional de Americanistas (1912). Em 1915, publicou o *Guia das Coleções Antropológicas do Museu Nacional* e, em 1918, reformulou a sala de Etnografia do Museu Paulista e seguiu na reorganização do acervo do Museu Nacional. Os métodos de classificação de objetos e de formulação de exposições por ele proposto tornar-se-iam reconhecidos internacionalmente na década seguinte.

Na área da Educação e Rádio, fundou, em 1923, a Academia Brasileira de Ciências e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Em 1926, assumiu a direção do Museu Nacional (MN), onde permaneceu até 1936. Nesse período, desenvolveu uma série de ações educativas com o intuito de tornar acessível ao público mais amplo as descobertas científicas mais recentes. Para tanto, fundou, em 1927, a seção destinada à Assistência ao Ensino, já mencionada, e a *Revista Nacional de Educação* (1932-34)²⁴. Deste cargo saiu para assumir a Presidência da Rádio Sociedade, onde construiu os caminhos para a Educação Popular.

Durante todo esse tempo jamais abandonou a carreira médica – sua formação primeira. Foi ainda censor e produtor de filmes e responsável pela primeira filмотeca no Brasil, ainda em 1910, no Museu Nacional. O significativo e variado volume de correspondência trocada com importantes atores políticos e intelectuais dele contemporâneos serve de testemunho privado de sua incessante busca pública para fazer do Brasil e de toda a sua população

²⁴ A *Revista Nacional de Educação*, em seu primeiro aniversário, alcançou uma tiragem de 15.000 exemplares distribuídos gratuitamente (DUARTE, 2004, p. 4).

uma nação partícipe do progresso e da modernização em curso. Por todas essas atividades desenvolvidas, Roquette-Pinto foi uma figura pública de relevante importância em sua época. E ele tinha essa consciência, atestada por suas palavras em 1924.

A pouco mais de uma década para se completar o centenário daquela citação, referir-se à Antropologia, à Radiodifusão e à Educação Popular no Brasil sem ao menos mencionar os trabalhos pioneiros de Roquette-Pinto é improvável. No entanto, nem sempre foi assim. Se é verdade que o seu nome jamais foi esquecido, também é verdade que nos Anais da Antropologia ele esteve por vezes ameaçado e, por muito mais vezes, minimizado. O reconhecimento da importância que teve para a formação da Antropologia no Brasil sofreu oscilações. O renomado antropólogo da primeira metade do século XX teve seus trabalhos e pesquisas ofuscados ao longo da metade seguinte, para serem redescobertos no final do século.

Em grande parte, tal fato se deve à inexistência de discípulos que, após a década de 1930, tivessem dado continuidade às suas proposições e aos trabalhos realizados. A despeito de ter ao longo de sua caminhada formado excelentes equipes que se notabilizaram, elas optaram por não seguir os estudos antropológicos tal como formulados pelo antecessor. Construíram seus próprios caminhos, nos quais foram brilhantes. Dentre os integrantes mais ilustres estão Heloísa Alberto Torres que, após a saída de Roquette-Pinto da direção do Museu Nacional, em 1926, assumiu a direção da seção de Antropologia e Arqueologia, tendo sido, de 1937 a 1955, a primeira mulher a conduzir a direção do MN.

Por outro lado, as próprias mudanças no campo disciplinar da Antropologia, com uma crescente ênfase na dimensão sociocultural a partir dos anos 1940, fez com que os estudos de Antropologia Física e de cultura material paulatinamente perdessem espaço. O deslocamento das referências teóricas do Culturalismo alemão para o Evolucionismo norte-americano, o Estruturalismo-Funcionalismo inglês e o Estruturalismo francês (PACHECO DE OLIVEIRA, 2010, p. 73) fez com que esses domínios se sobrepusessem àqueles.

No entanto, ao longo da década seguinte, houve aqueles que no domínio da Antropologia jamais deixaram de referir-se à importância de Roquette-Pinto. O antropólogo pioneiro e mais persistente desse rememorar foi Castro Faria. Ingresso no Museu Nacional no ano da saída de Roquette-Pinto, Castro Faria teve seus contatos com ele mediados pelo grande legado que deixou na instituição. Através do estudo dos seus trabalhos, Castro Faria realizou uma série de publicações que correspondem ao primeiro momento de

sua relevância enquanto pensador social para as gerações futuras. Esses textos são até hoje obras referenciais para quem se dedica ao estudo do legado de Roquette-Pinto (CASTRO FARIA, 1942, 1952, 1959, 1999).

O movimento promovido por Castro de Faria encontrou outro, o da profissionalização da disciplina por meio das pós-graduações a partir da década de 1960. E, com elas, as mudanças dos marcos disciplinares, remetendo-os às referências internacionais. Desse modo, Roquette-Pinto somente se tornou “objeto” de estudo pelo meio acadêmico na década de 1990. A “redescoberta do autor” se deu a partir dos trabalhos pioneiros de Ribas (1990) e Barbosa (1996), dissertação de mestrado e tese de doutorado, respectivamente, e também com o início da publicação de artigos de destacados pesquisadores acerca do autor (ver, p.ex., SANTOS, 1996), ou, ainda, por meio de teses e dissertações nas quais ele é analisado de modo não central, tal como em Souza Lima (1985) e Lima (1997, 1999).

Depois desse período, o estudo sobre Roquette-Pinto e seus trabalhos foi sobretudo incentivado pelas pesquisadoras Nísia Trindade e Dominichi Miranda (ambas vinculadas à Fiocruz) que, em 2004, no 50º aniversário de sua morte, propuseram, em parceria com a Academia Brasileira de Letras, a reedição do seu celebrado livro *Rondônia* (ROQUETTE-PINTO, 2005). Concomitante à reedição, elas realizaram, em parceria com a Casa da Ciência da UFRJ, uma exposição que relembra os feitos e os fatos do autor²⁵, e um seminário temático que reuniu renomados pesquisadores que se debruçaram sobre variadas facetas da inserção de Roquette-Pinto.

O mérito dessa iniciativa se deve à ênfase com que as organizadoras e os demais pesquisadores participantes se dedicaram ao estudo da pluralidade de atuação de Roquette-Pinto. A partir desse seminário foi elaborado o livro *Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto* (LIMA; SÁ, 2008). Com quatro grandes eixos, Perfil e Trajetória; Positivismo e Nação; Antropologia e População; e Ciência e Ação, as coordenadoras indicaram importantes frentes de pesquisa que, pelo rigor das análises que os compõem, logo se tornaram uma significativa referência para os novos pesquisadores interessados no tema.

Para além das reedições de sua obra e das novas pesquisas em curso, Roquette-Pinto vem sendo reapropriado de outras formas. Uma parte singular do acervo por ele reunido, as gravações fonográficas de cânticos pareci e nambiquara, foi recuperada e amplamente divulgada pelo Museu Nacional,

²⁵ O site da exposição pode ser acessado através do link: <http://www.casadaciencia.ufrj.br/exposicao/RoquettePinto/exposicao.htm>. Acesso em 17/01/2011.

em parceria com a Petrobras, e com a coordenação de João Pacheco de Oliveira e Antônio Carlos Souza Lima, cuja edição foi feita por Edmundo Pereira e Gustavo Pacheco (PACHECO DE OLIVEIRA; SOUZA LIMA, 2006). Tal ação vem ao encontro das demandas das populações indígenas pelo acesso às coleções etnográficas como parte dos movimentos de afirmação étnica.

Foi a partir desse conjunto mais amplo de trabalhos e temas que delimito o meu “objeto de pesquisa” e comecei a subir as “escadas do Museu Nacional” ao encontro do que lá deixou Roquette-Pinto. A subida não foi realizada, no entanto, de uma única vez. Nem começou em direção à Serra do Norte. Posso dizer que os primeiros degraus dizem respeito ao tempo em que, ainda na graduação, pude participar da pesquisa de fontes e materiais para a concepção de uma exposição sobre as populações indígenas do nordeste, *Índios: os Primeiros Brasileiros*, realizada pela Petrobras, Museu Nacional e Fundação Joaquim Nabuco, com curadoria de João Pacheco de Oliveira²⁶.

A exposição contava com uma proposta expositiva que reservava um amplo espaço às imagens e aos objetos contemporâneos. Tais materiais tinham por objetivo apresentar aos visitantes a vitalidade das atuais culturas indígenas. O modo de escolha e de apresentação desses materiais reservava aos índios um local diferenciado no processo expositivo. Objetos escolhidos numa parceria entre o curador, os grupos e as associações indígenas e imagens que apresentavam os usos dos objetos em seu cotidiano buscavam uma alternativa à exotização característica das exposições do século XIX e muitas do século XX.

Nessa ocasião, tive contato pela primeira vez com as demandas indígenas por seus acervos arquivísticos e museais. Quando falávamos sobre o projeto da exposição, solicitando que eles escolhessem as peças que desejavam que lá figurassem e pensassem sobre as narrativas a serem contadas, logo nos inquiriam sobre os antigos viajantes que por seus territórios haviam passado e se teríamos meios de levá-los a conhecer as coleções que haviam recolhido e os documentos produzidos (transcrições de mitos, cânticos, vocabulário etc.). Alguns se referiam a expedições de séculos atrás, tais eram suas histórias de contato com essa tipologia de “visitantes”.

²⁶ A exposição *Índios: os primeiros brasileiros* foi inaugurada pela primeira vez em Recife, no Forte das Cinco Pontas, em 2006. No ano seguinte, foi novamente exposta em Recife na UFPE. Depois, no Centro Dragão do Mar, em Fortaleza, em 2008, e no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 2010. Em 2013 foi exibida em Córdoba, Argentina; em 2014, em Natal, RN; em 2016/7, em Salvador, BA; em 2018/9, em Brasília; e em 2020, outra vez no Rio de Janeiro.

A importância e o significado que essas expedições tinham para a história desses grupos eram algo que eu já sabia. Mas o desejo deles de retomar esse material e o significado que lhe atribuíam hoje me marcaram profundamente. Nas retomadas identitárias a que se assiste a partir das duas últimas décadas do século passado, a legitimidade proporcionada aos grupos pela presença de acervos em museus e por um passado em que pesquisadores (ou naturalistas e viajantes, em períodos anteriores) os tenham visitado corroboram para o atendimento às demandas contemporâneas por demarcações de terras e implementação de políticas públicas (PACHECO DE OLIVEIRA, 2007, 2004).

Os indígenas aos quais me refiro aqui têm decerto uma trajetória de contato e uma história de vida bem diferentes daquelas dos indígenas que Roquette-Pinto encontrou na Serra do Norte. No entanto, outra experiência semelhante a esta me aproximaria dos seus trabalhos.

No ano de 2009 ocorreu o seminário Experiências indígenas com museus e centros culturais no Museu Nacional, organizado por João Pacheco de Oliveira na ocasião da itinerância da exposição *Índios: os primeiros brasileiros*. Contando com representantes de 20 grupos indígenas, de diversas localidades do país, os indígenas discutiram políticas culturais, apresentando as principais dificuldades enfrentadas em suas experiências e sugerindo proposições aos representantes de órgãos públicos que estiveram na organização do encontro: Museu Nacional, Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, Instituto Brasileiro de Museus, entre outros. Um dos aspectos que me chamaram a atenção foi a participação de uma indígena parecí, descendente daqueles que trabalharam nas linhas telegráficas. O nome desta mulher é Zita Enoré.

Ao longo do seminário (dias 16 e 17 de setembro de 2009), a participação de Zita foi mais de escuta, sem grandes intervenções de fala. Ao final do evento, tive a oportunidade de acompanhá-la até o aeroporto, e aí conseguimos trocar algumas ideias. Primeiramente, ela se referiu ao medo de voar de avião e de enfrentar uma nova cidade. Era a primeira vez que ela participava de um encontro deste nível e estava ansiosa por levar de volta aos seus parentes o que aprendera no seminário. Nessa ocasião, ela se referiu às dificuldades atuais relacionadas aos conflitos agrários, à desmobilização política e à preservação da língua e dos saberes tradicionais, citando o exemplo de técnicas de artesanato. Vi uma mulher que se dizia tímida assumindo uma postura de protagonismo diante dos seus pares, defendendo a organização do seu povo. Esta rápida conversa me motivou a saber um pouco mais sobre os Parecí. O encontro com Roquette-Pinto, via o legado que ele deixou, foi

inevitável. Subi assim as escadas do Museu Nacional e de outras bibliotecas e arquivos ao seu encontro²⁷.

Ao realizar o movimento em direção ao legado de Roquette-Pinto, optei por não buscar as dimensões que foram enfocadas até aqui – Antropologia²⁸, Radiodifusão ou Educação. Busquei na experiência da expedição à Serra do Norte, em 1912, e em suas interconexões entender as relações estabelecidas entre Etnografia²⁹, Colecionismo e Museus. Nessa situação de pesquisa, a presença da Comissão Rondon e de todo o seu aparato tutelar se dava de modo indelével. Por isso, foi considerada somente nos limites em que ela aparece para a situação em questão.

Tal como proposto por Pels e Salemink, busquei entender o evento escolhido como resultante de um processo prático. Segundo os autores, trata-se de considerar a Etnografia a partir de três fases analíticas: “*préterrain*”, “ocasião etnográfica” e “tradições etnográficas”, numa alternativa à sua compreensão como texto ou como método ideal (PELS; SALEMINK, 1999, p. 12).

A primeira etapa analítica proposta pelos autores corresponde aos caminhos trilhados antes do acesso ao “campo” propriamente dito, momento no qual o etnógrafo, mesmo na Antropologia profissional, é auxiliado por um conjunto delimitado de atores sociais (missionário, administrador, gerente da fazenda etc.) que não compartilham necessariamente os mesmos pressupostos daquele (PELS; SALEMINK, 1999, p. 13). A constituição dessa “etapa analítica” é historicamente contingente e seu estudo tem apontado os “lugares comuns” da interpretação etnográfica (p. 13).

A segunda etapa analítica delimitada por Pels e Salemink refere-se à situação de contato entre o etnógrafo e aqueles que são descritos. Esse momento corresponde ao de produção compartilhada do conhecimento que, por vezes, é minimizado pelas oposições essencialistas do “eu” *versus* o “outro” (PELS; SALEMINK, 1999, p. 13-14).

Por fim, a terceira e última etapa analítica proposta pelos autores, “tradições etnográficas”, incorpora a intercontextualidade da situação entendida por eles como os “lugares comuns” da disciplina (PELS; SALEMINK,

²⁷ A primeira experiência de pesquisa com o acervo reunido por Roquette-Pinto se deu ainda em 2009, por ocasião do curso *Antropologia e Literatura*, ministrado pelos professores Moacir Palmeira e Adriana Vianna, no PPGAS/MN, 2009. O curso pretendia discutir as relações entre literatura e o gênero etnográfico a partir de diferentes experiências – relatos de viagens, romances, cartas etc. Como trabalho de conclusão de curso, propus cotejar o caderno de campo de Roquette-Pinto com o livro *Rondônia*, numa tentativa de inventariar as alterações realizadas na passagem do domínio privado para o público.

²⁸ É preciso ter em mente que a Antropologia, tal como entendida nesse momento, refere-se ao que hoje se convencionou classificar como “Antropologia Física”.

²⁹ Utilizo aqui Etnografia tal como referida por Roquette-Pinto – a dimensão que se aproxima do relato dos usos e costumes, da coleta de objetos.

1999, p. 15). No entanto, como alertam os autores, é preciso ter cuidado com a persistência desses “lugares-comuns”, pois eles podem “esconder uma redefinição do mesmo” (p. 15). Para tanto, torna-se necessário seguir atento às primeiras etapas (*préterrain*, ocasião etnográfica) propostas que indicarão a sua permanência ou não (p. 15).

Às etapas analíticas propostas por Pels e Salemink conjuguei a observação e a análise do *habitus* tal como delimitado por Bourdieu (2005a [1971], p. 191) e as considerações de Fabian (1983) acerca da coetaneidade (“coevalness”)³⁰ no processo de produção etnográfica. Segundo Bourdieu, o *habitus* corresponde a um “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (p. 191). Tal proposição me auxiliou na delimitação do meu campo de observação estendendo-o às situações anteriores à inserção de Roquette-Pinto no Museu Nacional e mesmo na Serra do Norte. A característica de compartilhamento da ação antropológica apontada por Fabian, por sua vez, foi indicativa dos deslocamentos temporais em que o outro é alocado em um tempo que não o presente do produtor do discurso antropológico (FABIAN, 1983, p. 31). Nesse sentido, optei por considerar tanto os momentos em que a coetaneidade enquanto ação é explicitada pelos atores em situação quanto aqueles em que a negação é produzida, numa tentativa de melhor apreender a conjuntura de encontro entre o etnógrafo e os que são descritos.

Nesse sentido, segui com a pesquisa em direção aos arquivos pessoais de Roquette-Pinto entendendo-os como privilegiados para a “compreensão crítica acerca das formas de produzir histórias da disciplina [antropológica]” (CUNHA, 2004, p. 291). Ao buscar nesse domínio as “relações de posição e hierarquia”, eles se tornam lugares privilegiados de observação de como a “antropologia se transforma em linguagem e estilo de produção de determinadas histórias singulares” (p. 295). Por meio desse caminho, pude conectar a trajetória de Roquette-Pinto às etapas analíticas da situação de pesquisa apontadas por Pels e Salemink (1999) e aos alertas metodológicos indicados por Bourdieu (2005a [1971]) e por Fabian (1983). Isto só foi possível, como nos alerta Cunha (2004),

porque papéis transformados em *documentos* mantidos em arquivos institucionais revelavam muito mais do que vicissitudes biográficas; revelavam vínculos profissionais, intelectuais e re-

³⁰ “Coevalness” é entendida pelo autor como a partilha do tempo presente, condição de comunicação e de conhecimento antropológico (FABIAN, 1983, p. 32).

lações de poder de natureza diversa. Para diferentes autores, sua especificidade estaria justamente naquilo que torna a antropologia emblemática no seu constante desejo de subjetivação: os arquivos etnográficos supostamente conservam desejos, projetos por vezes malsucedidos, de identificar, classificar, descrever o “outro” (CUNHA, 2004, p. 296).

Ao buscar entender a situação de pesquisa de Roquette-Pinto, segundo as orientações acima indicadas, tive ainda que “jogar” com as escalas de observação, tal como sugerido por Revel (1998). Ora recorri à microescala para apreender os processos em seu curso cotidiano, ora busquei entendê-los por sua dimensão macro. A dimensão colonialista, em que se inscreve a situação analisada, foi um dos aspectos em que tive que estar atenta ao domínio macro. Mais do que pensar em amplos processos de colonização, neste caso, a documentação apontava para a dimensão do colonialismo interno (CASA-NOVA, 2007; OLIVEIRA, 1966), em que a sujeição é realizada em conjunto com os processos de transformação social, no caso, em direção à civilização dos indígenas. Esses processos sobressaem-se nas rotinas de incorporação dos indígenas tanto pela Comissão quanto pelo antropólogo – descritas ao longo do texto.

Said (1995) vem ao encontro dessa abordagem apontando como a dimensão civilizadora é legitimada através de sua estética e como esse empreendimento vincula-se intrinsecamente ao território (SAID, 1995, p. 38-40). A dimensão estética aparecerá neste trabalho por meio da análise das narrativas contadas a partir daí e das exposições realizadas com os objetos recolhidos nessa situação. O domínio territorial por ele indicado estará presente no controle que fazem indígenas, antropólogo e integrantes da Comissão Rondon (alguns também indígenas) dos locais de instalação de postos indígenas, que são também os de circulação de objetos, alimentos e pessoas.

A Comissão Rondon não foi a primeira experiência em termos de exploração territorial e mesmo de implementação de linhas telegráficas na região. Conhecer e explorar o território e as populações que nele habitavam eram desafios que se colocavam desde os tempos coloniais, mas que nos séculos XVIII e sobretudo no XIX tiveram grande impulso, colocando-se na ordem do dia, com participação de diversos viajantes-naturalistas estrangeiros, como o Barão de Langsdorff, o Príncipe de Wied-Neuwied, Auguste de Saint-Hilaire, Karl Von Martius, Johannes Natterer e Alcide d’Orbigny. Muitas dessas viagens foram patrocinadas pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e pelo Museu Nacional. Entre 1851 e 1861 houve a Comissão

Científica do Império, que percorreu diversas províncias do país. A Comissão Hidrográfica e Astronômica que explorou o litoral de Pernambuco entre 1860 e 1861 e a Comissão de Exploração do Vale do São Francisco, em 1863, também são exemplos de expedições de caráter exploratório e científico.

O controle sobre o território também foi acompanhado pelo desenvolvimento de pesquisas na área de Comunicação. Os estudos realizados na Escola Militar por Guilherme Schüch de Capanema e pelo Coronel Polydoro Quintanilha Brandão levaram à construção de um telégrafo elétrico em 1851, realizando transmissão de uma sala a outra do prédio. Encarregado pelo Império, Capanema inaugurou a primeira linha telegráfica, medindo 4,3 km, em 11 de maio de 1852, no Rio de Janeiro. A atuação de Capanema na chefia de serviço telegráfico, entre 1852 e 1889, em muito contribuiu para a sua expansão, “apesar dos momentos de altos e baixos” (FIGUEIRÔA, 2008). E abriu caminho para o grande crescimento das linhas, até as primeiras décadas do século XX, sobretudo com os trabalhos da Comissão Rondon, à qual se associou o Museu Nacional e cuja participação de Roquette-Pinto será a base do estudo que aqui se apresenta.

Por meio dos objetos, outras facetas do domínio colonial adentram as portas do Museu Nacional. Amselle (1999, p. 43) alerta para o duplo efeito do colonialismo, que ao mesmo tempo em que configura os grupos, configura os objetos científicos. No caso em análise, isto se dá claramente pela associação entre o Museu Nacional e a Comissão Rondon. Os pesquisadores da instituição chegam às áreas de pesquisa (ou os objetos chegam à instituição) sempre mediados pela Comissão. A legitimação dos dois domínios, Museu e Comissão, dar-se-á sempre numa via de mão de dupla. O Museu justificava a cientificidade dos trabalhos da Comissão e a Comissão legitimava os ganhos (territoriais e de mão de obra) por meio dos trabalhos realizados para o Museu Nacional.

As relações entre Antropologia e Estados nacionais (e seus aparatos administrativos) vêm sendo objeto de revisões críticas metodológicas e teóricas desde a década de 1960, no bojo dos processos de descolonização (CASANOVA, 1962; OLIVEIRA, 1966; ASAD, 1973). Com o movimento de descolonização das antigas áreas de sujeição imperial, não apenas territórios e administrações precisavam abandonar o modelo colonial, mas também era preciso descolonizar as metodologias das disciplinas fundadas com aquele domínio. Tais revisões na Antropologia foram realizadas por Asad (1973) e Fabian (1983), aos quais se seguiu o projeto de revisão norte-americano, exemplificado pelo projeto de Clifford e Marcus (1986). Na virada do século XX para o XXI, novas críticas seriam feitas. As proposições de

Amselle (1999), Bazin (2008) e Smith (2001) são significativas das novas metodologias propostas.

Antes dessas revisões, na segunda metade do século XIX, as ideias de “raça” e de “meio” eram categorias presentes em vários estudos europeus, influenciando a formação de gerações de intelectuais no Brasil. O desenvolvimento da Antropologia Física e da Geografia trazia questões que suscitavam vários debates, sobretudo numa nação que buscava se constituir a partir de modelos de “civilização” e que se deparava com um universo que o próprio ideário evolucionista tratava como “selvagem” e “bárbaro”: a grande presença no território de africanos e seus descendentes, de diversas populações indígenas e de categorias híbridas denotativas de mestiçagem, como o pardo, o caboclo, o mulato, o sertanejo, entre outras.

Neste sentido, “o romantismo perdia terreno para um cientificismo de cunho evolucionista, que propunha uma ciência experimental dos tipos físicos e operava com determinismos baseados em fatores biológicos ou climáticos” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2007). A *intelligentzia* nacional construía caminhos inspirados em teorias como o Evolucionismo Social, o Positivismo, o Naturalismo e o Darwinismo Social (SCHWARCZ, 2004).

Dentre os autores nacionais que exerceram influência sobre a sua obra, Euclides da Cunha certamente merece destaque, sendo estas relações apontadas mais adiante. Em 1883, Euclides estudou no Externato Aquino, o mesmo colégio em que, anos mais tarde, estudaria Roquette-Pinto. Lá, ele recebeu a influência do professor Benjamin Constant, de quem se reaproximou no ano de 1886, na Escola Militar da Praia Vermelha. Apoiador da República, afastou-se do Exército em 1888, sendo reintegrado logo após a mudança no regime de governo. Fazendo parte da Escola Superior de Guerra, tornou-se primeiro-tenente em Matemáticas, Ciências Físicas e Naturais. Essa ampla formação – além das citadas, atuou como jornalista e engenheiro – e a inserção em meios sociais e políticos influentes o levaram a participar de eventos importantes da história nacional, como a Guerra de Canudos, tendo sido enviado como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*.

O resultado de suas observações, *Os Sertões*, publicado em 1902, exerceu sobre a intelectualidade brasileira do final do século XIX e início do XX grande influência. O texto apresenta vinculações com as ideias defendidas por Nina Rodrigues, “relativas à mestiçagem, degeneração e crime”, e se torna uma das bases para o universo de médicos-antropólogos ligados ao Museu Nacional, capitaneados por Roquette-Pinto (SANTOS, 2008). Além de *Os Sertões*, obras como *O Reconhecimento do Purús* e *À Margem da História* são consideradas por Roquette-Pinto não como “maços de folhas de arte”, mas

como “sonidos vibrantes, recheiados de harmônicos, que lhe augmentam o timbre, ampliados pela vibração syntónica do meio social em que estalaram” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 266).

A formação intelectual de Roquette-Pinto dialogava com estas questões e foi no Museu Nacional, lugar privilegiado na produção de determinados saberes ligados a estes temas, que elas adquiriram sentido de ação para o antropólogo.

Assim, este livro se propõe a relacionar Antropologia e museus a partir da atuação de Roquette-Pinto no Museu Nacional, sobretudo em sua participação na expedição à Serra do Norte em 1912. Especificamente, pretende-se:

1. identificar o papel do Museu Nacional na inserção de Roquette-Pinto em uma agenda delimitada de temas e objetos de pesquisa;

2. compreender as relações entre o Museu Nacional, a Comissão Rondon e os indígenas no empreendimento da expedição à Serra do Norte;

3. identificar quais são os principais referenciais que atuam na conceituação das categorias de Etnografia, tal como utilizados por Roquette-Pinto, a partir de sua obra *Rondônia*;

4. analisar como os objetos coletados pela Comissão Rondon, em particular por Roquette-Pinto durante a expedição à Serra do Norte, atuaram como dispositivos de relações entre museus e institutos nacionais e internacionais, a partir dos estudos etnográficos por ele elaborados.

Tais proposições vêm juntar-se aos trabalhos propostos por Stocking (1985), Appadurai (2008 [1988]), Kopytoff (2008 [1988]), Fabian (2010, 2004), entre outros, nos quais tem sido proposto um novo espaço para os objetos na Antropologia, espaço este capaz de romper com a continuidade do processo de construção de alteridades puristas (FABIAN, 2004, p. 56), entendendo-as como partes integrantes da produção do conhecimento, não separáveis das etapas de coleta de dados, documentação e análise teórica (FABIAN, 2010, p. 63), focalizando o seu valor não em uma característica intrínseca, como a autenticidade, mas sim nos sistemas de troca (APPADURAI, 2008 [1988]; KOPYTOFF, 2008 [1988]).

A fim de executar tais indicações, subi não apenas as escadas e as bibliotecas do Museu Nacional como Roquette-Pinto anunciara há pouco menos de um século, mas também fui em busca de outros arquivos, como o da Academia Brasileira de Letras, o do Museu Paulista e do Museu do Índio.

No Museu Nacional, na Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR), tive acesso a boa parte dos documentos administrativos citados ao longo do texto.

Ali pude consultar os relatórios enviados anualmente à Direção Geral do MN e desta ao MAIC (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio); as Atas de Reunião da Congregação; as cartas oficiais; os registros realizados pelos visitantes, entre outros documentos. No Setor de Fotografia, pude conhecer visualmente o resultado das reformas realizadas nos setores expositivos, das quais apenas tinha notícias. No arquivo de Antropologia Física, consultei as fichas antropométricas que em seus campos de observação guardavam informações singulares, e as anotações do Curso de Antropologia ministrado por Roquette-Pinto. E, em suas bibliotecas, pude encontrar, além de muitos livros por ele publicados, suas próprias referências. Nunca me faltaram portas por onde investigar.

Na Academia Brasileira de Letras está o acervo pessoal do pesquisador. Sem dúvida, um dos locais onde encontrei surpresas inesperadas. Desde documentos pessoais (cartas, fotografias familiares, cadernetas de compras etc.) até significativos testemunhos de sua vida profissional. Infelizmente, como o material ainda não foi inventariado, sua consulta tem que ser realizada obrigatoriamente carta por carta, recorte de jornal por recorte de jornal. Sabendo-se que são mais de 6 mil documentos, pode-se ter uma ideia do tempo que dispus para a sua análise, nem sempre correspondente aos resultados obtidos.

No Museu Paulista e no Museu do Índio realizei buscas pontuais. No primeiro, interessava-me saber mais sobre a ida de Roquette-Pinto, em 1918, para realizar o rearranjo das coleções na sala “Etnografia Brasileira”. No segundo, fui à procura das fotografias feitas por Roquette-Pinto no período em que esteve na Serra do Norte e no Vale do Juruena e de alguns textos referenciais por ele escritos.

Além do material consultado nesses arquivos, recorri em vários momentos à vasta bibliografia produzida por Roquette-Pinto, tendo sido ela uma das fontes mais preciosas de informações.

Gostaria, por fim, de falar um pouco de um arquivo com o qual estive todo o tempo dialogando, embora raras vezes o tenha fisicamente frequentado e menos ainda tenha manuseado seu conteúdo. Trata-se do atual Setor de Etnologia do Museu Nacional, onde está guardada a coleção formada por Roquette-Pinto em sua expedição. Muito embora seja sabido, como nos alerta Fabian (2010), que “por mais que seja importante reconhecer as diferenças entre objetos e documentos (coleções e arquivos), analisar os ‘atos de colecionar’ também pode revelar convergências” (FABIAN, 2010, p. 62).

Para o meu domínio de pesquisa, a indicação de Fabian foi mais do que feliz. No setor de Etnologia do Museu Nacional estavam guardados cerca de

42 mil itens, dos quais em torno de 30 mil eram indígenas e, destes, 2.152 são provenientes da Coleção Roquette-Pinto. Busquei, nesse conjunto de objetos-documentos, elementos para compor a análise da situação de pesquisa. Decerto, não foi a parte mais fácil desse trabalho. Diria até que foi a que mais me demandou tempo na escolha dos caminhos analíticos e na construção de seus instrumentos. Mas a resposta, sem dúvida, foi surpreendente e aponta para caminhos pelos quais a pesquisa poderá seguir.

Esse acontecimento foi fundamental para ultrapassar um dos limites iniciais deste trabalho. Como falei na primeira parte desta introdução, Roquette-Pinto, em determinado momento, foi um objeto de pesquisa pouco referido que, no entanto, em fins da década de 1990 e início deste século, despontou fortemente. Só para ter uma ideia do que isso significa, o Arquivo da Academia Brasileira de Letras, com guarda de 426 acervos pessoais, registra o de Roquette-Pinto como o segundo mais consultado regulamente, atrás somente do acervo de Machado de Assis.

A problemática à qual me refiro é o número crescente de pesquisadores e de pesquisas realizadas. O que posso dizer é que, no decurso de elaboração desse trabalho, tal fato tornou-se um “presente de grego”. Por um lado, fomentou o diálogo e o aprofundamento dos debates em torno da história da contribuição de Roquette-Pinto à Antropologia, à Educação, à Ciência e à Radiodifusão – o que foi significativamente positivo. Mas, por outro, o fato de esses estudos terem em sua maioria se centrado em três grandes aspectos da inserção (os estudos de raça, o papel como educador e o de homem de ciência) colaborou para a consolidação dessas facetas no campo e dificultou a abertura de frentes de pesquisa que escapassem de tais temáticas.

Tomo, por exemplo, o meu próprio interesse na dimensão etnográfica e de formação de coleções realizada por ele por ocasião da expedição à Serra do Norte. A respeito desta temática (os modos de coleta, as condições de recolhimento, os envolvimento pessoais e profissionais) pouco há de pesquisas sobre a atuação de Roquette-Pinto. Assim, para dar conta do meu interesse e do meu propósito, me apoiei nos trabalhos realizados em outras situações de pesquisa e que guardavam proximidade temática com a proposta ora realizada.

Para responder às questões referidas, organizei o texto em três capítulos, seguidos de uma conclusão.

O primeiro capítulo pretende analisar as características do processo seletivo que conduziu Roquette-Pinto aos quadros técnicos do Museu Nacional, buscando compreender o encontro entre o médico-antropólogo em formação e a instituição que naquele momento se reinventava. No primeiro tópico,

“Esmiuçando as formas de ingresso”, analiso especificamente o processo de seleção, seus atores e critérios adotados. No segundo, “A formação desejada”, procuro explicitar quais os pré-requisitos colocados pela instituição. No terceiro, “A herança ofertada”, trato das reformas administrativa e física empreendidas na instituição desde fins do século XIX e que estavam em curso no momento do ingresso de Roquette-Pinto e, no último tópico, “A formação contratada”, verso sobre a anterior formação de Roquette-Pinto e as motivações que o levaram a pleitear uma vaga no Museu Nacional.

O capítulo seguinte, “Viagem ao coração do Brasil”, apresenta a atuação profissional de Roquette-Pinto na instituição até a expedição à Serra do Norte, onde afirmou ter encontrado “o ‘homem da idade da pedra’ recluso no coração do Brasil”, como explicitarei adiante. Em meio a essa surpresa, recém-chegado da Europa, a reação de Roquette-Pinto me inspirou na escolha do título deste livro: *No Coração do Brasil: a expedição de Edgard Roquette-Pinto à Serra do Norte (1912)*.

No tópico inicial do capítulo 2, “Primeiras viagens”, analiso a experiência de Roquette-Pinto na exploração dos sambaquis do litoral do Rio Grande do Sul, o estudo e a publicação dos seus primeiros textos etnográficos elaborados já no Museu Nacional, os trabalhos iniciais com os acervos da 4ª Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia e suas primeiras participações em congressos internacionais. O segundo tópico, “Caminhos ao Coração do Brasil”, versa sobre os caminhos estabelecidos pela Comissão Rondon na região do Guaporé, anteriores à expedição de 1912. Em seguida, “No Coração do Brasil” é a própria expedição de Roquette-Pinto que será analisada. Por fim, em “Monumento de Brasilidade” faço um estudo sobre um dos principais documentos dessa expedição – o livro *Rondônia*.

No capítulo 3, “Domesticando a viagem: em busca de novos caminhos”, faço uma análise dos desdobramentos etnográficos que a expedição à Serra do Norte trouxe para a trajetória intelectual de Roquette-Pinto, bem como do *coleccionismo* presente no Museu Nacional e em outras instituições do gênero a partir da circulação dos textos etnográficos do autor e de peças coletadas. O primeiro tópico, “Objetos em foco”, explicita a extensa rede de coletores do que se convencionou chamar Coleção Roquette-Pinto. No tópico seguinte, “No Museu, novos sentidos”, trato de alguns sentidos que foram atribuídos aos objetos a partir de novas salas expositivas no Museu Nacional e no Museu Paulista, além dos catálogos e dos guias expositivos produzidos. Por fim, em “De Primitivos a Brasileiros”, tento compreender de que modo o colecionismo empreendido por Roquette-Pinto liga-se às escolas antropológicas, notadamente a alemã.

CAPÍTULO I

ROQUETTE-PINTO INGRESSA NOS QUADROS DO MUSEU NACIONAL

1.1 ESMIUÇANDO A FORMA DE INGRESSO

No dia 24 de dezembro de 1904, o secretário do Museu Nacional (MN), Sr. Miranda Ribeiro, noticiava no *Diário Oficial* a abertura das inscrições para o concurso de assistente da Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia do Museu Nacional. Poderiam participar todos aqueles que desejassem, desde que possuíssem a “qualidade de cidadão brasileiro” e que pudessem atestar sua moralidade “em folha corrida”. Teriam os interessados quatro meses para se decidirem, providenciarem a documentação requerida e se prepararem para os exames³¹.

As etapas de seleção eram três. Iniciava-se com uma dissertação escrita, passava-se a uma prova prática e, por fim, à prova oral perante a Congregação do Museu Nacional. Os pontos a serem desenvolvidos na prova prática e na escrita eram sorteados, somente em presença do candidato, no dia da prova, dentre dez previamente escolhidos pela Comissão Examinadora e pela Congregação. Ao contrário da prova prática, durante a dissertação, o candidato não poderia contar com consulta a livros ou anotações pessoais³². Naquela, era-lhe vetada apenas a consulta à coleção do Museu Nacional, embora lhe fosse permitido, além dos itens citados, utilizar quaisquer instrumentos existentes nos laboratórios do MN³³.

A prova prática consistia na elaboração de um relatório no qual eram descritos os passos realizados, sem incursões teóricas, para “estudo e classificação de espécimes concernentes a cada uma das matérias de que se compõe a seção”³⁴ previamente selecionados pela Comissão. Tal relatório era o objeto de avaliação do Chefe de Seção que encaminhava seu parecer para a Congregação e a Comissão Examinadora.

Havia alguns procedimentos de praxe adotados pela instituição a fim de garantir a probidade dos processos seletivos. Um deles, por exemplo, con-

³¹ *Diário Oficial*, 24/12/1904 (SEMEAR/MN).

³² Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 28/06/1905 (SEMEAR/MN).

³³ Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 01/08/1905 (SEMEAR/MN).

³⁴ Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 01/08/1905 (SEMEAR/MN).

sistia em fazer o candidato assinar todas as folhas das provas, colocá-las em envelope, lacrá-lo e depositá-lo numa urna de três chaves – cada uma de responsabilidade de cada integrante da Comissão Examinadora³⁵. Somente após a realização da segunda etapa, a Congregação reunia-se no dia útil subsequente, em sessão pública, na qual os candidatos, cada um por vez e em separado dos outros, retomavam suas provas realizadas na primeira etapa, lendo-as em voz alta para avaliação da Congregação³⁶. Esse era o primeiro momento de contato da banca com a prova escrita dos candidatos. Em caso de desistência, o envelope com a prova do candidato permaneceria lacrado e seu conteúdo, ignorado.

Satisfeitas todas as etapas, a Congregação votava as considerações sobre a capacidade de cada candidato. Aquele que não obtivesse dois terços de aprovação estava automaticamente eliminado. Após a exclusão, os candidatos eram listados por ordem de merecimento e era organizado um dossiê encaminhado ao ministro da Justiça e Negócios Interiores. Neste, constavam as Atas de Reunião, a descrição do Processo de Seleção e uma comunicação especial em que eram informados os modos como os candidatos se conduziram, os seus procedimentos morais, suas habilitações científicas, seus trabalhos impressos e os serviços que porventura tenham prestado ao Estado. Em caso de empate, os candidatos que já houvessem participado dos quadros do Museu eram preferidos aos demais³⁷. É a cópia desse processo, produzido para ser encaminhado ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, que ora analiso.

Seguindo sua leitura, deparamo-nos com quatro candidatos inscritos. Em 12 de abril de 1905, Santos Lahera y Castillo, preparador interino da 4ª Seção do Museu, fez sua inscrição. Quatro dias depois, foi a vez de Franklin do Nascimento. Em 16 de abril, inscreveu-se Edgard Roquette-Pinto, aluno do 6º ano da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. E, no último dia previsto, Álvaro de Lacerda, médico e assistente interino da 4ª Seção, fez sua inscrição³⁸.

No entanto, nem todos os candidatos percorreram as três etapas necessárias à seleção. O primeiro a ser eliminado foi Santos Lahera y Castillo. Demitido do cargo de preparador de etnografia do MN, em 27 de maio de 1905, por razões não apontadas no processo, foi automaticamente destituí-

³⁵ Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 28/06/1905 (SEMEAR/MN).

³⁶ Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 28/06/1905 (SEMEAR/MN).

³⁷ Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 28/06/1905 (SEMEAR/MN).

³⁸ Aqui foram registradas as datas assinaladas nos documentos de requisição de cada candidato. Na cópia do livro de inscrição, arquivada junto com os demais documentos, indica-se a inscrição de Franklin do Nascimento no dia 15 de abril de 1905 e de todos os demais no dia 24.

do do “requisito de capacidade moral”³⁹ e, por isso, impedido de participar. Outro ajuste teve que ser realizado no processo de seleção. Devido à participação de Álvaro de Lacerda, seu irmão, Batista Lacerda, solicitou ao ministro da Justiça e Negócios Interiores que indicasse uma comissão externa à administração do MN para conduzir o Processo Seletivo, tendo em vista sua imparcialidade ter-se tornado suspeita⁴⁰. Para formar a Comissão, o diretor sugeriu os nomes de Barão de Ramiz Galvão, Capistrano de Abreu e Dr. João Joaquim Desirro⁴¹.

Obtendo apenas uma resposta verbal do ministro, Batista Lacerda volta a interpelá-lo numa tentativa de formalizar a orientação de seguir com a Presidência da Comissão. Batista Lacerda questionou ainda a participação dos membros interinos da Congregação: se deveriam ser excluídos do Processo Seletivo, tal como realizado no último concurso, ou se nele permaneceriam, como acontecera nos concursos de novembro de 1895 e julho de 1901⁴².

A resposta viria somente por meio de um aviso do ministro em 28 de junho de 1905⁴³, em que, ao contrário do sugerido para a Comissão de Avaliação, foram nomeados Domingos Sérgio de Carvalho, então professor-chefe da Seção de Etnografia, Antropologia e Arqueologia do Museu Nacional, Hermillo Bourguay Macedo e Amaro Ferreira das Neves Armond, professor mais antigo da casa e diretor do MN durante os anos de 1892 e 1893. Este último designado a presidir a Comissão⁴⁴. Os membros interinos da Congregação estavam igualmente habilitados a participar.

Na segunda reunião da Congregação, em 27 de julho de 1905, alguns pontos parecem estar tensionados. A Comissão de Avaliação já havia sido indicada na reunião anterior e, nela, Amaro Ferreira das Neves, presidente da Comissão, opôs-se às solicitações dos demais membros, capitaneados por Teixeira Mendes⁴⁵, de seguir com os trâmites necessários do concurso devi-

³⁹ Ofício n. 954, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 29/05/1905 (SEMEAR/MN). Através do *Diário Oficial*, de 09 de outubro de 1915, temos notícia de que Santos Lahera y Castillo participava do corpo técnico do Museu Nacional desempenhando as funções de desenhista-fotógrafo (DOU, 08/10/1915, seção 1, p. 13).

⁴⁰ Carta de Batista Lacerda ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, 09/05/1905.

⁴¹ Carta de Batista Lacerda ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, 09/05/1905.

⁴² Correspondência de Batista Lacerda ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, 06/07/1905 (SEMEAR/MN).

⁴³ Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, de 06/07/1905 (SEMEAR/MN).

⁴⁴ Ofício n. 1274 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 19/07/1905 (SEMEAR/MN).

⁴⁵ Argumentava Teixeira Mendes que o Congresso Científico Latino-Americano ocorreria em breve e que ocuparia os funcionários do MN, dentre eles o próprio Domingos de Carvalho, não sendo possível, portanto, postergar decisões necessárias. Diz ainda que é preciso começar a elaboração da programação antes que os concorrentes sejam “mais prejudicados pelas protelações” (Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 28/06/1905. SEMEAR/MN).

do à ausência de Domingos Sérgio de Carvalho. Ele entendeu que a presença do chefe da 4ª Seção e examinador do concurso seria indispensável à definição dos pontos a serem desenvolvidos pelos candidatos nas provas escrita e oral⁴⁶.

Apesar dos desentendimentos anteriores, na 3ª reunião os pontos sugeridos por Sérgio de Carvalho⁴⁷ para a prova escrita foram aceitos por unanimidade pela Congregação e a prova foi realizada apenas para dois candidatos. Dias antes, Franklin do Nascimento havia entregue uma carta, escrita de próprio punho, na qual registrava sua desistência do concurso devido a “dificuldades de ordem econômica”⁴⁸. Desse modo, compareceram à prova apenas Álvaro de Lacerda e Roquette-Pinto. Sendo Roquette-Pinto o primeiro na ordem de inscrição, foi-lhe dada a preferência para a realização do sorteio dos temas a serem dissertados. O tema sorteado foi “Os mounds e seus construtores: aterros sepulcrais do Amazonas”.

No dia da prova prática, 5 de setembro de 1905, a Congregação voltou a se reunir para discutir os pontos relativos à prova oral, novamente sugeridos por Sérgio de Carvalho e aceitos unanimemente pela Congregação⁴⁹. Em meio à reunião, chegou uma carta de Álvaro Lacerda na qual notificava o presidente da Comissão de Avaliação de sua ausência na próxima etapa do concurso. O motivo, justificado somente ao ministro do Interior⁵⁰, e a carta, sem indicação de justificativas ou explicitação de desistência, não permitiram ao presidente da Comissão conhecer sua real decisão em desistir do concurso. Armando Ferreira se encarregou então de escrever ao ministro, questio-

⁴⁶ Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 28/06/1905 (SEMEAR/MN).

⁴⁷ Os temas eram: Os mounds e seus construtores: aterros sepulcrais do Amazonas; As cavernas e sua fauna na Europa, na América e no Brasil; Origem da arte cerâmica e sua evolução, principais centros produtores na Antiguidade, vasos antropomorfos do Brasil; Demonstração arqueológica, antropológica e etnográfica da alta antiguidade da América; Indústria, arte e civilização do homem quaternário na Europa, na América e no Brasil; Idade do Bronze e Idade do Ferro na Europa, Período Neolítico no Brasil; Restos humanos pré-históricos na Europa, na América e no Brasil: coexistência do homem e dos mamíferos quaternários; O homem terciário e o homem quaternário na América: migração pré-colombiana; Estudos comparativos entre os “kjoekkenmøddings”, “paraderos” e sambaquis. Influência da “synostose prematura” nas deformações do crânio; Análise dos diversos sistemas de classificação das raças humanas – classificação das tribos indígenas da América e do Brasil.

⁴⁸ Carta de Franklin do Nascimento ao secretário do Museu, 27/08/1905 (SEMEAR/MN).

⁴⁹ Idades pré-históricas na Europa, na América e no Brasil; Estudo crítico-comparativo dos métodos antropológicos: branimetria americana e suas deduções; Principais outros? De civilização da América Pré-Colombiana. Estudo das tribos mais importantes da bacia do Amazonas; História Geral da cerâmica: sua origem pré-histórica. Cerâmica americana. Antiguidades cerâmicas do Brasil; Indústria, arte, civilização dos cliffdivellers e moundbuilders, sua origem e migrações; Branimetria e craniocopia, seu valor antropológico; Antiguidade do homem americano: sua civilização, classificação e distribuição geográfica das tribos da América e do Brasil; A Idade da Pedra na Europa, classificação dos diferentes períodos. Monumentos megalíticos; Deformações patológicas e étnicas do crânio: sua influência sobre o cérebro. Deformações póstumas; Os povos e suas origens. As cavernas de ossos na Europa, na América e no Brasil. Sambaquis e Paraderos.

⁵⁰ Carta de Batista Lacerda ao Sr. Neves Armando, 11/09/1905 (SEMEAR/MN).

nando-o se deveria adiar a prova prática⁵¹. Roquette-Pinto já havia chegado e aguardava a definição do prosseguimento, ou não, do concurso naquele dia⁵².

Após a definição do ministro pelo prosseguimento, os membros da Comissão foram convidados a escolher, dentre as coleções da 4ª Seção, seis espécimes para realização da prova prática. Os objetos escolhidos foram um crânio deformado, dois espécimes arqueológicos do Egito, dois espécimes da idade paleolítica europeia e um artefato etnográfico brasileiro⁵³. A partir de então, o único candidato presente, Roquette-Pinto, teria 1h30 para elaboração de sua resposta.

Dias depois, a Congregação realizou nova sessão para a realização da última etapa do concurso, a Prova Oral. O candidato foi novamente convidado a sortear um dos pontos indicados, sendo definido: “Idades pré-históricas na Europa, na América e no Brasil”. Após a realização da prova oral, ele foi convocado a ler a sua prova escrita referente à primeira etapa do concurso, em sessão pública. Em seguida, a Comissão retirou-se em sessão secreta para deliberar a avaliação.

Sérgio de Carvalho, a portas fechadas, foi chamado a apresentar o seu parecer sobre a prova técnica feita por Roquette-Pinto. Respondeu o chefe da Seção que, dos seis espécimes entregues para avaliação, ele incorreu em erro apenas na avaliação do crânio, quando classificou sua deformação como “étnica”, enquanto a resposta correta deveria ser “deformação patológica, a plagiocefalia”⁵⁴. Sérgio Carvalho ressaltou ainda que a bibliografia científica era unânime em afirmar as dificuldades de caracterização de um crânio, ainda mais acentuada quando se desejava precisar a origem da deformação⁵⁵. Após a apresentação do parecer de Sérgio Carvalho, a Congregação passou à votação: por unanimidade, Roquette-Pinto foi habilitado à vaga de assistente da seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia do Museu Nacional⁵⁶.

1.2 A FORMAÇÃO DESEJADA

É importante registrar a ausência de Batista Lacerda na Presidência da Comissão de Seleção que conduziu a contratação de Roquette-Pinto. Lacer-

⁵¹ Carta de Armando Ferreira ao ministro de Interiores, 11/09/1905 (SEMEAR/MN).

⁵² Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 05/09/1905 (SEMEAR/MN).

⁵³ Ata da 6ª Seção Extraordinária da Congregação, reunião de 12/09/1905 (SEMEAR/MN).

⁵⁴ Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 12/09/1905 (SEMEAR/MN).

⁵⁵ Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 12/09/1905 (SEMEAR/MN).

⁵⁶ Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 12/09/1905 (SEMEAR/MN).

da foi um dos principais responsáveis pelas feições que a Antropologia adquiriu no Museu Nacional naquele momento, chegando mesmo a ser considerado um dos precursores dos estudos antropológicos sobre raça brasileira (LOPES, 1997, p. 226), ou ainda, o primeiro antropólogo brasileiro (CASTRO FARIA, 1999, p. 23).

Se, por um lado, a ausência diminuiu as marcas que o seu projeto de Antropologia e o de Museu poderiam imprimir na seleção, ela permite apreender como outros atores do Museu Nacional operavam a estrutura de recrutamento de novos quadros para a instituição, sem a presença efetiva do seu diretor na Presidência da Comissão. Assim, ao analisar o processo que leva à contratação de Roquette-Pinto, é possível perceber alguns dos mecanismos postos em funcionamento por esta rede e que estavam em jogo então na seleção e na reprodução dos quadros técnicos do Museu Nacional.

No início do Processo Seletivo, Roquette-Pinto era um dos que se encontravam em maior desvantagem, em comparação com os demais candidatos. No período da inscrição ainda não havia concluído a Faculdade de Medicina, nem tinha experiência de trabalho no serviço público. Álvaro Lacerda, por sua vez, já havia se formado e atuava como assistente interino da 4ª Seção, e Santos Lahera participava como preparador interino da mesma Seção. Assim, ambos tinham prerrogativas sobre os demais candidatos em caso de empate, conforme ditava o edital.

Apesar desta defasagem, os documentos apresentados por Roquette-Pinto em sua inscrição nos mostram que ele era dotado de um excelente capital acadêmico. Havia sido aprovado plenamente em “Operações e Aparelhos”, com grau 8; em “Terapêutica”, com grau 9; e com distinção e grau 10 em “Anatomia médico-cirúrgica” e “Clínica Cirúrgica, Propedêutica e Sifilografia”⁵⁷. Durante a seleção, Roquette-Pinto redigiu o Trabalho de Conclusão de Curso acerca da prática médica entre os indígenas⁵⁸, o qual permitiu maior contato com a bibliografia relacionada à prova⁵⁹.

Os títulos escolares em si constituem apenas uma parte do que foi avaliado no processo seletivo. Além deles, eram requeridas capacidade atestada de moral, cidadania brasileira e desenvoltura necessária a transpor três etapas com perfis inteiramente distintos. No entanto, como nos alerta Bourdieu, o *habitus* inculcado com a educação engendra “práticas” que permitem obter o

⁵⁷ Certificado da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, n. 422, de 15/04/1905 (Arquivo: SEMEAR/MN).

⁵⁸ ROQUETTE-PINTO, E. *O exercício da Medicina entre os indígenas da América*. Rio de Janeiro: E. Bevilacqua & C, 1906.

⁵⁹ Os trabalhos de Roquette-Pinto produzidos durante o período em que foi funcionário do Museu Nacional serão tratados nos capítulos 2 e 3.

rendimento máximo dos títulos escolares sempre que processos seletivos dependem de “critérios difusos”, tais como “cultura geral” e, na situação analisada, é possível incluir o “atestado da moral” e a “desenvoltura” (BOURDIEU, 2005b [1970], p. 333). Tais sinais diacríticos requeridos pelo MN foram apreendidos por Roquette-Pinto no decurso de sua formação e assim alcançou a aprovação.

O domínio da Moral era exigido em outros campos do Museu Nacional, sendo requerida também dos candidatos. Podemos dizer que constituía o próprio *ethos* da Congregação. É a ela que Batista Lacerda faz referência quando solicita aos membros da Comissão de Avaliação, em face da sua ausência da Presidência, que atentem para o risco da desmoralização pública a que todos estão expostos caso venha a ser solicitada a nulidade do Processo Seletivo por algum dos candidatos. As disputas em torno da celeridade do processo de seleção podem igualmente ser lidas como uma tentativa de contenção deste risco e das disputas decorrentes da indicação de outros ocupantes para a Presidência da Comissão que não os habituais.

A ligação com o Brasil, outro dos requisitos solicitados, estava presente não apenas na exigência de cidadania brasileira dos candidatos, mas também nos temas a serem desenvolvidos por eles durante as etapas da seleção. Das vinte proposições temáticas apresentadas, nas provas oral e escrita, quase metade versava sobre as relações entre Brasil e América e/ou Europa. Mesmo a prova prática não escapou deste perfil. Dentre os seis objetos escolhidos, havia um equilíbrio de procedências, constando objetos de três continentes. Dois eram de origem asiática, dois de origem europeia, um de origem americana (o objeto etnográfico) e um de origem não especificada.

Essa vertente de aproximação do Museu Nacional com as demais partes da América e do mundo, com clara ênfase na Europa, foi analisada por Lopes (1997) em seu estudo sobre a formação do campo científico a partir dos Museus. Trata-se do que a autora denominou “caráter universal” (LOPES, 1997, p. 242) e que aqui é reproduzido já na seleção de novos funcionários. Nascimento também percebeu a presença desta dimensão em outros domínios da instituição. No caso de sua pesquisa, ela aparece na composição dos acervos da chamada “indústria humana” (NASCIMENTO, 2009, p. 45).

A combinação das habilidades dissertativa, oratória e de capacidade técnica integrava o propósito de recrutamento do corpo técnico. Este deveria corresponder aos desejos universalistas da instituição e ser capaz de representá-la nas diferentes esferas sociais, nacionais e internacionais. Para isso, vários mecanismos foram constituídos a fim de selecionar aqueles que me-

lhor pudessem atender às expectativas que repousavam sobre eles⁶⁰. Muitos desses mecanismos, inclusive, foram imaginados e postos em ação desde antes da realização do concurso analisado. Passarei à análise desses mecanismos para melhor compreender com que estrutura física e de reconhecimento o corpo técnico poderia contar antes e a partir da sua efetivação nos quadros do Museu Nacional.

1.3 A HERANÇA RECEBIDA

Quando Roquette-Pinto ingressou nos quadros técnicos do Museu Nacional, já havia sido trilhada uma longa trajetória de investimento científico. A existência da seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia para a qual ele prestou concurso, ou mesmo sua realização, dentre muitos outros aspectos, resultavam do esforço empreendido pelos diretores do MN ao longo da segunda metade do século XIX, notadamente, Ladislau Netto e Batista Lacerda.

Ladislau Netto iniciou suas atividades no Museu Nacional como assistente de Freire Allemão, diretor entre 1866-1874. Durante o período de colaboração entre os dois, o MN iniciou uma ativa participação na vida pública da metrópole. Ao noticiarem as pesquisas em curso em jornais e revistas, montarem uma significativa biblioteca e promoverem conferências públicas que contavam com a presença do Imperador e de outras figuras ilustres da Corte, eles converteram o Museu em órgão consultivo indispensável (CASTRO FARIA, 1998, p. 63).

É o próprio Ladislau Netto quem registra os desdobramentos da visibilidade alcançada nesse período. Segundo o autor, foi a partir daí que algumas mudanças importantes aconteceram. Os objetos de História Natural passaram a ser enviados mais frequentemente e outros puderam ser adquiridos. O governo teve então conhecimento da situação do Museu e de suas necessidades mais urgentes (NETTO, 1889, p. 8-9). Em 1874, após o falecimento de Freire Allemão, Ladislau, que já havia se tornado seu substituto eventual, foi nomeado diretor da instituição, cargo que ocupou até 1893. E as mudanças, que já estavam em curso desde o período em que era seu assistente, puderam ser intensificadas.

Logo no primeiro ano de direção, Ladislau deu início ao que se tornou a grande batalha de sua administração: melhores condições de trabalho, tanto

⁶⁰ Segundo Bourdieu, "as estruturas tendem a se reproduzir produzindo agentes dotados do sistema de disposições capazes de engendrar práticas adaptadas às estruturas e, portanto, em condições de reproduzir as estruturas" (BOURDIEU, 2005b [1970], p. 296).

físicas quanto administrativas. Assim, em seu primeiro relatório ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, já anunciava as prioridades da instituição: “No augmento dos mesquinhos ordenados dos empregados, na determinação de suas competentes atribuições e na ampliação de todo o serviço do Museu, parece-me que deverá consistir a reforma de que trato e cujo projecto dar-me-hei pressa em apresentar a V. Ex., quando isso me queira determinar” (NETTO, 1874, p. 5).

As dificuldades com a manutenção do pessoal eram, sem dúvida, um dos pontos mais críticos da administração do Museu. Além do diminuto número de funcionários, as acumulações eram quase uma regra e os baixos salários, pouco atrativos para tornar a opção pelo Museu Nacional exclusiva. Em 1875, por exemplo, o diretor geral acumulava a função de diretor da Seção de Botânica e Agricultura; o diretor da Seção de Zoologia contava, além desta função, com as de secretário e de bibliotecário; e o preparador efetivo da seção de Arqueologia e Numismática exercia também a função de porteiro (NETTO, 1875, p. 6).

Além disso, as ausências eram constantes. O diretor geral, ainda em 1874, noticia ser o único, dentre os quatro diretores, a frequentar cotidianamente a instituição e, com isso, vê-se obrigado a multiplicar suas atribuições (NETTO, 1874, p. 4), dificultando, inclusive, o melhor gerenciamento da instituição. Além disso, os valores salariais estabelecidos, mesmo para os diretores, segundo Ladislau, eram menores que os dos mais “mesquinhos dos mercenários” (NETTO, 1875, p. 7).

Em 1842, ocorreu uma primeira reforma administrativa durante a direção de Frei Custódio Serrão⁶¹, que buscava solucionar essas questões. No entanto, segundo Ladislau Netto, na época, a reforma já se mostrava insuficiente. A principal dificuldade apontada se devia aos exíguos recursos destinados à manutenção do Museu e à defasagem das faixas salariais. Esses entraves tornaram-se ainda mais impeditivos com o aumento das atribuições assumidas pelo Museu ao longo dos 32 anos que separam a primeira reforma do início da administração de Ladislau.

Numa tentativa de minimizar as dificuldades encontradas, Ladislau iniciou, em 1875, significativas modificações. Primeiro, implementou a contratação de naturalistas viajantes. Esses eram financiados para montar coleções desde a direção de F. L. César Burlamaqui (1847-1866), quando pela primeira vez uma pessoa foi contratada especialmente para coleta de espécimes etnográficos a serem destinados ao acervo do Museu. Nesse caso, foi o Coronel Francisco Raimundo de Faria ao Vale do Amazonas (CASTRO FARIA, 1998, p. 62).

⁶¹ A lista de diretores do Museu Nacional com a indicação do período de administração encontra-se no Anexo I.

No entanto, somente na gestão de Ladislau Netto a contratação de naturalistas viajantes rotinizou-se a ponto de se tornar parte dos quadros técnicos do Museu Nacional. Dentre os primeiros contratados por Ladislau, figuravam Domingos Ferreira (exímio conhecedor do Amazonas, do ponto de vista geográfico e etnográfico), Fritz Müller, Schreiner e Swacke, todos três zoologistas. O próprio Ladislau Netto exercia essa função interinamente. Durante o período da Comissão Geológica (1875-1878), partiu em uma das expedições acompanhando seu diretor, Frederick Hartt (NETTO, 1889, p. 10-16).

A segunda mudança inaugurada por Ladislau Netto foi a implementação da Instrução Pública, que havia sido posta como uma das principais funções do Museu desde o regulamento de 1842 e, até então, jamais realizada senão de modo esporádico e pouco efetivo. Nunca houve no Museu lugares onde a Direção pudesse expor os materiais necessários aos cursos propostos, tampouco para receber o público. Como não dispusesse, no início de sua gestão, de recursos suficientes para empreender as reformas físicas necessárias à abertura de novos espaços, Ladislau tratou de retomar os que haviam sido cedidos a outras instituições. Solicitando à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional a devolução do salão por ela ocupado, Ladislau Netto deu início aos cursos públicos.

Os primeiros a ministrar cursos foram Henrique Gorceix e F. Hartt, em 11 e 26 de dezembro de 1875, respectivamente. O primeiro falou sobre a geologia da província do Rio Grande do Sul, com destaque para a bacia carbonífera, e o segundo, da constituição geológica do Vale do Amazonas, comparando-a com a dos Estados Unidos. A presença do Imperador é registrada, assim como de “pessoas distintas de ambos os sexos” (NETTO, 1875, p. 8-9).

E, por último, Ladislau realizou ainda naquele ano as ampliações físicas possíveis. Terminou a parte do edifício destinada à organização das coleções duplicadas, à secretaria, ao laboratório, ao isolamento das preparações zoológicas e botânicas. As reformas da fachada e dos salões situados no primeiro piso seguiriam para o próximo ano, bem como a abertura de novos salões (NETTO, 1875, p. 15).

Com essas três mudanças – aumento das coleções com a contratação de viajantes, retomada dos cursos públicos e ampliação possível dos espaços físicos – Ladislau acumulou a força necessária para empreender a grande reforma administrativa e física de 1876. Iniciando pela reforma administrativa, formulou o novo regulamento. Neste, a destinação do Museu Nacional foi determinada “ao estudo de História Nacional, particularmente da do Brasil, e ao ensino das sciencias phisicas e naturaes, sobretudo em suas applicações à

agricultura” (Artigo 1º, Decreto n. 6.116, de 09/02/1876). Para cumprir com esses objetivos, o museu passou a ser dividido em três seções: “Antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal”; “Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal”; “Ciências Físicas, Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral”. Esse regulamento criou ainda a seção anexa, que abrangia a “Arqueologia, a Etnografia e a Numismática” e que permaneceria sob responsabilidade do diretor geral enquanto não houvesse corpo técnico para assumi-la (Art. 2º, Decreto n. 6.116, de 09/02/1876).

A criação da seção anexa, segundo Castro Faria, foi resultado da influência promovida pela Sociedade de Antropologia de Paris (CASTRO FARIA, 1998, p. 16) e constitui o marco que delimita o momento a partir do qual a Antropologia pôde tomar vulto no Brasil. “Tratava-se, por conseguinte, não só de uma perfeita individualização desse setor, como de uma exata compreensão dos seus objetivos e dos seus métodos de trabalho. É a partir dessa data que as pesquisas de Antropologia Física começam a apresentar, entre nós, um desenvolvimento regular” (CASTRO FARIA, 1999, p. 23).

Através desse regulamento, a estrutura administrativa do Museu Nacional foi redefinida, passando a contar com 1 diretor geral, 3 diretores de Seção, 3 subdiretores de seção, 1 secretário, 1 amanuense, 1 bibliotecário, 1 porteiro, 1 contínuo, 6 praticantes, 3 preparadores e naturalistas-viajantes e serventes em número indicado pelo diretor geral e aprovado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Artigo 2º, Decreto n. 6.116, de 09/02/1876).

Ficou estabelecido que o Museu deveria buscar intercâmbios científicos com instituições análogas, nacionais ou estrangeiras (Artigo 6º, Decreto n. 6.116, de 09/02/1876), classificar segundo as regras científicas e elaborar catálogos sobre os objetos que estivessem em seu domínio (artigo 8º, Decreto n. 6.116, de 09/02/1876), organizar e promover cursos públicos e gratuitos (Artigo 16º, Decreto n. 6.116, de 09/02/1876) e publicar trimestralmente a revista *Arquivos do Museu Nacional* (artigo 19º, Decreto n. 6.116, de 09/02/1876).

Os cursos foram definidos conforme já vinham sendo realizados: à noite e por meio de palestras dos diretores de Seção e convidados, nos salões do Museu Nacional. Cada Seção deveria realizar sua palestra, pelo menos uma vez por semana, durante o período de 1 de março a 31 de outubro (artigo 16º, Decreto n. 6.116, de 09/02/1876). Havia uma preocupação do diretor geral em alcançar o grande público, independente do gênero ou classe social (NETTO, 1875, p. 9). Para isso, Ladislau empreendeu uma cruzada de popularização da ciência. Incentivava os diretores de Seção a utilizarem qua-

dros-murais, objetos das coleções, imagens e todos os recursos disponíveis para que o povo pudesse melhor assimilar a História Natural (LACERDA, 1905, p. 45).

Os cursos públicos promovidos pelo Museu eram fundamentais para a sociedade da época, possibilitavam o acesso ao conhecimento científico mais recente. Era a oportunidade de o público conhecer as novidades da História Natural. Ladislau, no entanto, lamenta em certa medida sua participação, pois “a curiosidade do público foi bastante intensa no início, mas diminuiu consideravelmente em seguida, uma vez que, com poucas exceções, foi ocasionada por um sentimento de simples curiosidade” (NETTO, 1889, p. 20)⁶².

A fim de divulgar as pesquisas realizadas, Ladislau conseguiu implementar a publicação da revista *Arquivos do Museu Nacional*. As investigações e os trabalhos realizados no estabelecimento passariam a ser publicados pela revista (artigo 19º, Decreto n. 6.116, de 09/02/1876), devendo ser encaminhada gratuitamente, ou através de permuta, às bibliotecas e aos estabelecimentos científicos, nacionais e estrangeiros (artigo 21º, Decreto n. 6.116, de 09/02/1876). A revista contava, para distribuição, com 1.000 exemplares a cada número, muito cuidadosamente impressos (LACERDA, 1905, p. 45)⁶³.

Mais que uma obrigação administrativa, a revista *Arquivos do Museu Nacional* foi assumida por Ladislau Netto como um projeto pessoal. Segundo ele, “a Revista do Museu que mais atrai minha atenção e cuidados. Desde a primeira edição, ela demonstrou a natureza do seu objetivo, ao mesmo tempo útil e elevado, bem como a variedade de pesquisa que se propôs a publicar” (NETTO, 1889, p. 22)⁶⁴.

As formas de ingresso na instituição também foram definidas pelo Decreto n. 6.116. O diretor geral e os subdiretores passaram a ser nomeados por Decreto; os praticantes e os preparadores, por portarias; e os demais empregados, pelo diretor geral (artigo 23º, Decreto n. 6.116, de 09/02/1876). Os diretores de Seção, os subdiretores de Seção e os praticantes eram admitidos mediante concurso, no qual era exigido para todas as categorias a condição de cidadão brasileiro, maioria legal, moralidade. Para os dois primeiros cargos era exigido Atestado de Capacidade Profissional e, para o último, habilitação em exame público nas seguintes matérias: Língua Nacional, Latina

⁶² No original: “l’empressement du public fut assez grand au début, mais diminua considérablement par la suite, parce que, sauf quelques exceptions, il n’était causé que par un sentiment de simple curiosité” (NETTO, 1889, p. 20).

⁶³ A lista dos institutos de pesquisas, museus e bibliotecas para onde a revista era remetida consta no Anexo II deste trabalho.

⁶⁴ No original: “la Revue du Muséum qui a le plus attiré mon attention et mes soins. Dès le premier fascicule, ce recueil a montré la nature de son but à la fois utile et élevé, ainsi que la variété des recherches dont il se proposait de faire la publication.”

e Francesa, Geografia, Aritmética e Geometria (Artigos 23º e 24º, Decreto n. 6.116, de 09/02/1876). A estes, se aprovados com distinção na faculdade, era facultada a dispensa do exame público. Em caso de empate entre candidatos, aqueles que houvessem trabalhado na instituição eram preferidos aos demais (artigo 28º, Decreto n. 6.116, de 09/02/1876).

Segundo Nascimento (2009), as mudanças promovidas pelo Regulamento de 1876 foram responsáveis pela profissionalização científica do Museu e pelo crescente aumento de suas publicações, de seus cursos, coleções e exposições (NASCIMENTO, 2009, p. 188). O entusiasmo pelas reformas empreendidas foi relatado por quem de perto as acompanhou. Batista Lacerda, subdiretor da seção de “antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal”, em sua narrativa sobre a história e os feitos do Museu, nos fala do desejo que havia em “erguer alto a reputação do Museu, e fazel-o estimado do publico e do governo da nação” (LACERDA, 1905, p. 44).

A ênfase no conhecimento de dimensão universal foi apontada por Lopes como uma das características do Museu Nacional em fins do século XIX e acompanhou a reformulação dos museus nacionais latino-americanos e europeus no mesmo período (LOPES, 1998, p. 126). O intercâmbio dessas instituições e a intensificação da dimensão universalista do Museu foram fortemente incentivados pelas reformas empreendidas por Ladislau, notadamente com a institucionalização da revista *Arquivos* e sua distribuição pela Europa e demais continentes. Lacerda, ao se referir a esse período, menciona que o Museu Nacional, a partir daí, passou a ser “considerado nos centros científicos europeus a mais importante instituição deste genero na America do Sul” (LACERDA, 1905, p. 46).

Enquanto Ladislau Netto trabalhava nas reformas até aqui relatadas, uma significativa mudança ocorria no Museu. Trata-se do planejamento do Laboratório de Fisiologia Experimental, inaugurado em 1880. Idealizado por Louis Couty e dirigido por ele e por Batista Lacerda, este laboratório constituiu-se em um significativo centro de pesquisas independente do Museu, mas nele situado. “O programa inicial, apresentado por Couty, incluía estudos experimentais sobre o veneno de animais, plantas tóxicas e alimentícias, fisiologia do clima, do café, da erva-mate, do álcool da cana, e também sobre doenças de animais e seres humanos e fisiologia do cérebro estudada em macacos”⁶⁵. Com objetivos tão pragmáticos, o projeto foi aprovado diretamente

⁶⁵ Laboratório de Fisiologia Experimental. Dicionário Histórico Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/labfisexp.htm>>. Acesso em 08/11/2010.

pelo Imperador, que autorizou a imediata liberação de recursos necessários à sua instalação e ao seu funcionamento.

A partir daí, o laboratório seguiu com autonomia financeira e de pessoal, sem ser submetido ao regulamento de 1876 e, tampouco, à direção do Museu Nacional. Contrariava, assim, a centralização administrativa e a autonomia de quadros técnicos que Ladislau vinha, com dificuldades, tentando construir. Esses fatos fizeram com que Ladislau pouco apreciasse o Laboratório. Apesar disso, a colaboração entre os diretores do laboratório e o diretor geral do Museu seguia, na medida do possível, sendo realizada. Os trabalhos executados no Laboratório de Fisiologia Experimental eram publicados na revista *Arquivos do Museu Nacional* e em outras revistas internacionais, o que projetou sua importância e, junto com ela, a do próprio Museu. Isto não impediu, porém, que Ladislau empreendesse uma campanha difamatória sobre o laboratório, somente cessada com a repreensão pública do Imperador em 1883 (LACERDA, 1905, p. 65).

As pesquisas realizadas no laboratório eram de significativa importância. Batista Lacerda, por exemplo, conseguiu produzir o antídoto contra ofídios. E outros pesquisadores vinculados realizavam estudos sobre a erva-mate, a conservação de carnes salgadas e o estudo da fisiologia do sistema nervoso, além da pesquisa de várias doenças, tais como o beribéri, a tuberculose e a febre amarela. Em 1891, como resultado do Decreto 359-A, de 08/05/1890, o laboratório foi reorganizado e retirado das dependências do Museu Nacional. Passou a integrar, num edifício provisório situado na Rua do Senado, o Ministério da Agricultura sob a alcunha de Laboratório de Biologia. Em 1896, com a suspensão da verba de manutenção, Batista Lacerda retornou com os equipamentos do laboratório ao Museu Nacional, onde foi, por fim, incorporado.

A colaboração entre Batista Lacerda e o Museu, ou mesmo com a Antropologia antecede o período de implementação do Laboratório de Fisiologia. Segundo Castro Faria (1998), antes mesmo que Ladislau realizasse a grande reforma de 1876, Batista Lacerda já se projetava como um pesquisador de renome internacional interessado nas questões da Antropologia. Em 1875, ele enviou para as *Memórias da Sociedade de Antropologia de Paris* o trabalho intitulado “Documentos para servir à história do homem fóssil do Brasil” (CASTRO FARIA, 1998, p. 18). No ano seguinte, a convite do ministro da Agricultura, Tomás Coelho, ele ingressou no Museu para assumir a subdiretoria da seção de “antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal” (p. 126). Já em 1877, Batista Lacerda participava ativamente da vida pública da instituição. Utilizando a estrutura construída

por Ladislau Netto, ministrou o primeiro curso de Antropologia, dentro dos quadros de cursos públicos da época, considerado um marco na formação da disciplina no Brasil (p. 20).

O curso fora planejado em dois anos. “No primeiro, o estudo de anatomia e da fisiologia do homem. No seguinte, o estudo das raças humanas, especialmente das raças americanas, abrangendo em parte as questões de herança, mestiçagem e aclimatação. Monogenismo e poligenismo ficarão para o fim” (LACERDA citado em CASTRO FARIA, 1999, p. 23). Para Castro Faria (1998), a realização desse curso, juntamente com a proposição de uma exposição antropológica foram momentos significativos para a constituição do campo antropológico no Brasil (CASTRO FARIA, 1998, p. 20).

A proposta de Batista Lacerda para a realização de uma Exposição Antropológica foi prontamente aceita por Ladislau Netto, que nela viu a possibilidade de sobressair-se aos esforços dos Americanistas e de elevar o Museu Nacional para além do reconhecimento até então alcançado (LACERDA, 1905, p. 56). Para tanto, solicitou ao ministro que enviasse aos presidentes de Província ofícios requisitando a remessa para o Museu Nacional de objetos que pudessem servir à Exposição. A preparação para o evento iniciou-se ainda em 1881, com a solicitação de objetos, a recepção deles e a organização de expedições para a realização de novas coletas e escavações. Inicialmente houve dificuldades para que os objetos fossem remetidos, mas à medida que a exposição se aproximava, as remessas foram se intensificando.

Os colecionadores particulares foram convocados a emprestar suas coleções à exposição e mesmo o Imperador não se furtou de ceder suas coleções. O próprio Ladislau Netto seguiu em busca dos objetos a serem expostos. Em 1882, ano em que a exposição foi inaugurada, ele foi à Ilha de Marajó acompanhado de Gustavo Rumbelsperger e Manoel da Motta Teixeira, funcionários do Museu. Dessa incursão remeteram urnas funerárias, ídolos, falos, figuras zoomorfas e figuras humanas em posições diversas (LACERDA, 1905, p. 56). No retorno, Ladislau fez ainda uma incursão pelo interior do Rio de Janeiro com os mesmos propósitos.

Figura 1: Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena. Marc Ferrez, 1882



Fonte: Biblioteca Nacional

Figura 2: Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena. Marc Ferrez, 1882



Fonte: Biblioteca Nacional

Figura 3: Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena. Marc Ferrez, 1882



Fonte: Biblioteca Nacional

Figura 4: Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena. Marc Ferrez, 1882



Fonte: Biblioteca Nacional

Não era, obviamente, a primeira vez que Ladislau Netto realizava uma exposição. Além da exposição permanente do Museu, minuciosamente descrita em “Investigações” (NETTO, 1870, p. 153-310), durante sua gestão ocorreu a Exposição da Filadélfia, em 1876. Apesar de essa exposição ter por propósito motivações diversas da que agora analiso, devido à ênfase nas questões agrícolas, ela permitiu a Ladislau experienciar uma exposição

de grandes dimensões em âmbito internacional. Pôde também perceber a repercussão que as mostras levadas pela comissão brasileira despertavam no público. A coleção por ele preparada, por exemplo, foi tida como uma das mais notáveis. A composição que Hartt fez, com imagens dos botocudo, realizadas por Marc Ferrez, acompanhadas de régua, foi replicada em exposições posteriores, inclusive, na Antropológica de 1882 (NASCIMENTO, 2009, p. 131), demonstrando assim a importância que esses eventos tiveram na projeção daqueles outros que se seguiram⁶⁶.

Além das exposições promovidas pelo Museu Nacional, ou com sua participação, ocorreram nesse período outros grandes eventos expositivos, dentre os quais se destacam as Exposições Nacionais e Estaduais, com regularidade desde 1861 para eleger os objetos que seriam remetidos às Feiras Mundiais; as Exposições da Academia Imperial, desde 1879; e a Exposição Nacional das Indústrias, promovida pela Biblioteca Nacional em 1881 (ANDERMANN, 2004, p. 129). Se, por um lado, esses eventos promoveram, como afirma Andermann (2004), a descentralização do poder de representação do patrimônio cultural nacional pelo MN, por outro, eles ajudaram a construir uma familiaridade do público com a linguagem expositiva e um circuito colaborativo entre as instituições envolvidas. Como mostrarei adiante, a Biblioteca Nacional em muito contribuiu para a montagem de uma das salas da Exposição de 1882.

Superadas as dificuldades iniciais, a data de abertura foi escolhida: o aniversário da Princesa Isabel, 29 de julho. Para comemorar duplamente a data, compareceram ao Museu, a Princesa, o Imperador e os demais membros da Família Real (ANDERMANN, 2004, p. 128) que, ao adentrarem os salões do Museu Nacional, encontraram as oito salas reservadas à Exposição Antropológica. Três foram dedicadas à Etnografia (Vaz de Caminha, Rodrigues Ferreira, Anchieta), duas à Arqueologia (Léry, Hartt), uma à Antropologia (Lund) e duas compartilhadas entre Etnografia e Arqueologia (Martius, Gabriel Soares). Cada sala recebeu nome de viajantes ou naturalistas. Nelas foram postos objetos das mais diversas naturezas, embora todos de procedência nacional (LACERDA, 1905, p. 56).

A exposição iniciava pela sala Vaz de Caminha e, em seguida, à sua direita, o visitante poderia ir para a sala Rodrigues Ferreira, espaço onde a exposição foi inaugurada, e à sua esquerda, para a sala Anchieta. Seguiu-se então para a sala Léry, depois para a sala Lund e Hartt, em seguida, para a sala Martius e

⁶⁶ Para uma descrição detalhada das exposições realizadas no Museu Nacional desde a sua fundação, ver Nascimento (2009, p. 95-142).

finalizava o percurso na sala Gabriel Soares (NASCIMENTO, 2009, p. 133-137). As notícias divulgadas em jornais e revistas convidavam os visitantes a adentrar em um mundo diferente do seu. Margeada por folhagens e arbustos, a entrada indicava o início da trilha que eles teriam que percorrer até conseguir consumir o outro (p. 114), naquele momento, produzido como uma totalidade. Dois guias acompanhavam o visitante em sua trilha: o “Guia da Exposição Antropológica”, com a lista dos objetos da exposição e a indicação dos seus respectivos proprietários (MUSEU NACIONAL, 1882a) e a *Revista da Exposição Antropológica*, contendo artigos produzidos sobre os objetos em exposição ou temas correlacionados (MUSEU NACIONAL, 1882b).

No primeiro espaço, estavam expostos arcos, flechas, lanças, remos e outros objetos de diferentes grupos indígenas do Brasil (MUSEU NACIONAL, 1882a, p. 7). Nela ocorria “a maior uniformidade do acervo, um grupo de objetos manufaturados em madeira e ornados em troféus harmônicos”, com composições redondas e verticais que se expandiam (NASCIMENTO, 2009, p. 133).

Na sala Rodrigues Ferreira, por sua vez, havia os instrumentos de guerra, de caça, de pesca e de música. Esses objetos eram provenientes tanto das coleções do Museu quanto de empréstimos. Destacam-se as cessões do Imperador, do Museu Paraense, do Liceu do Ceará, do Instituto Arqueológico alagoano, do Instituto Arqueológico de Pernambuco e dos seguintes particulares: Barão de Tefé (Objetos do Alto Amazonas: Caripunas, Cunibos e do Rio Negro – Uaupés); Visconde do Paranaguá; Major Guimarães, Sra. Amélia C. de Albuquerque (objetos do Mato Grosso: Coroados); Conde D’Eu (Objetos dos Guajajaras). Nessa sala, também havia flechas dos índios pareci, da Serra do Norte, provenientes de coleções do Imperador, do Museu Nacional, do Museu Paraense e do Liceu do Ceará. Seis estampas com imagens dos indígenas do Amazonas, feitas durante a expedição de Alexandre Rodrigues, finalizavam o acervo dessa sala.

Na sala seguinte, a Anchieta, o visitante poderia conhecer alguns livros e obras relativos às línguas indígenas, cedidos pela Biblioteca Nacional, e um amplo conjunto de litografias, gravuras, aquarelas e fotografias pertencentes ao Imperador, ao Museu Nacional e à Biblioteca Nacional. Havia ainda algumas telas a óleo de diferentes procedências. Desse conjunto destacavam-se reproduções de telas de Eckhout⁶⁷, pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); gravuras produzidas durante a expedição do Príncipe Neuwied (1815-1817), provenientes do acervo da Biblioteca Nacio-

⁶⁷ Foram reproduzidas as seguintes telas de Eckhout: *Mameluca*, *Homem Tupi*, *Homem Tapuia*, *Mulher Tupi-nambá*, *Dança Tapuia*.

nal; e reproduções de malocas e de indígenas (MUSEU NACIONAL, 1882a, p. 63-71). Estas últimas, feitas em papel machê, foram realizadas a partir de indígenas que haviam sido enviados ao Museu Nacional especialmente para participar da exposição.

Figura 5: Indígenas exibidos na Exposição Antropológica de 1882.
Joaquim Ayres, 1882



Fonte: Museu Etnográfico de Berlim (Staatliche Museen zu Berlin)

Pudemos localizar a procedência de um desses grupos, os Botocudo do Rio Doce⁶⁸. Respondendo às solicitações de Ladislau Netto, feitas por meio dos ofícios enviados pelo ministro da Agricultura, o presidente da Província do Espírito Santo, Herculano de Souza, comunicava, em 28 de junho de 1882, o envio de um grupo de sete índios e um intérprete para representar os índios do Rio Doce na exposição. O grupo era composto de um velho, suas duas mulheres, uma velha, um rapaz e dois meninos de idades diversas⁶⁹. Esse conjunto de pessoas foi fotografado e, posteriormente, retratado separadamente em tela. Essas imagens foram expostas na sala Anchieta e também incorporadas à *Revista da Exposição*.

Interessante nesse caso é refletirmos tanto sobre os domínios de circulação e consumo das imagens produzidas quanto sobre as formas de recrutamento dos objetos e das pessoas. No primeiro caso, temos justaposto às imagens dos índios (que frequentaram a exposição) um conjunto de imagens referidas à mesma população, “os botocudos” (Neuwied, Stuttgart, Bock,

⁶⁸ Relativo a esses indígenas foi criada uma série de materiais. Fichas antropométricas, fotografias, retratos, desenhos, entre outros, foram produzidos nesse momento, e depois incorporados à coleção do Museu Nacional.

⁶⁹ Carta do presidente da Província do Espírito Santo ao diretor geral do Museu Nacional, 28/6/1882 (Pasta 21, Doc. 121, Arquivo SEMEAR/MN).

entre outros), mas localizado em tempos remotos e na escala de desenvolvimento correspondente ao mais primitivo⁷⁰. Para a segunda proposição, as circunstâncias de recrutamento foram totalmente apagadas. Basta dizer que, ao remeter o grupo de botocudo ao diretor do Museu, Herculano de Souza recomendava-lhe “tratá-los bem”, dar-lhes “pequenos presentes” e, principalmente, “entretê-los na ideia de voltar breve”. Registrava em sua carta que eles desconheciam o destino para o qual foram enviados quando da sua saída do Espírito Santo e que acreditavam estar a caminho de casa, no Rio Doce. Herculano de Souza impõe como condição do envio a devolução dos indígenas e de seu intérprete, pois sabia que eles ficariam furiosos quando descobrissem o seu destino, a Exposição Antropológica⁷¹.

Na sala seguinte, os visitantes seguiam ao encontro dos vestígios arqueológicos do Amazonas escavados por Ladislau Netto e aos sambaquis da região Sul do Brasil, explorados por Hartt. Em seguida, na outra sala, eles poderiam ver, ao lado de vasos de diferentes procedências, urnas funerárias vazias e com ossadas, ídolos e fragmentos de ídolos. Na sala Lund, eles ingressavam no universo da Antropologia. Lá estavam expostos os crânios, as ossadas e as múmias indígenas, notadamente provenientes de grupos de botocudo. Além desses objetos, eram expostas fotografias dos índios botocudo do Rio Doce, acompanhadas das régua de mensuração.

A partir daí, os visitantes passavam para as salas compartilhadas entre a Etnografia e a Arqueologia, última parada antes de retornarem ao mundo dos brancos. Nessas salas, eles podiam apreciar os elementos da vida cotidiana dos indígenas, como vasos, esteiras, cachimbos, ornatos, pulseiras, fusos, colares, redes, machados e uma infinidade de objetos domésticos. Nela havia ainda um conjunto de cabeças mundurucu e seus respectivos adornos.

A descrição de Batista Lacerda sobre a exposição de 1882 é ilustrativa da diversidade de objetos que a compunha:

cabanas com as redes e apetrechos domesticos do índio, canôas e ubás, como no acto da pesca; figuras de índio na caça, tudo por imitação do natural. As bellas colleções de ornatos e vestimentas de pennas, que o Museu já possui, ficaram num arranjo mais artistico; as armas, as frechas, os maracás, os borés, os tacapes,

⁷⁰ Lacerda e Peixoto chegam a dizer que “Pela sua pequena capacidade craneana os Botocudos devem ser collocados a par dos Neo-Caledonios e dos Australianos, isto é, entre as raças mais notaveis pelo seu grao de inferioridade intellectual. As suas aptidões são, com effeito, muito limitadas e difficil é fazê-los entrar no caminho da civilização” (LACERDA; PEIXOTO, 1876, p. 71-72).

⁷¹ Carta do presidente da Província do Espírito Santo ao diretor geral do Museu Nacional, 28/6/1882 (Pasta 21, Doc. 121, Arquivo SEMEAR/MN).

as zarabatanas, os arcos ocupavam grande extensão da sala; os machados de pedra, os polidores, os instrumentos de syenito, os almofaruzes, os tembetás, etc., formavam pela sua regular disposição quadros dignos de ver-se e comparar-se. O curara nas suas cabacinhas panellinhas de argila, as settas, as aljavas, os curabis de caça hervados na ponta com aquele veneno constituíam um grupo de objectos que interessavam sobretudo ao physiologista. Amostras de carvão, de ossos de aves e de espinhas de peixe estrahidas dos sambaquis, uma planta topographica dessas exquisitas formações conchyologicas; craneos humanos e esqueletos dalli procedentes, utensis de pedra e pontas de frecha formavam outro grupo que attrahia a atenção dos visitantes. A secção de cerâmica avultava pelo grande numero de amostras vindas de Marajó, mais ou menos bem conservadas. Cada especie de amostra correspondia a uma tribu, tornando-se dest'arte facil fazer-se a comparação entre os artefactos da mesma especie, pertencentes a tribus differentes (LACERDA, 1905, p. 57).

E a de Netto, dos seus efeitos:

A Exposição Antropológica deixou de ser uma quimera, um simples sonho. Acabava de entrar no domínio da realidade, porque acabava de conquistar e tinha ali, nas mãos e sob os olhos, o cerne do material com que iria enriquecer mais tarde este festival de ciência que foi único em seu tipo, tanto no Brasil como no mundo (NETTO, 1890, p. 60)⁷².

Para Castro Faria (1999), a singularidade da exposição de 1882 residia tanto na ideia de sua concepção quanto nos resultados que a partir dela foram obtidos (CASTRO FARIA, 1999, p. 24). Quanto aos resultados, tivemos, como principais, a consolidação da Antropologia no Brasil enquanto disciplina autônoma e com métodos delimitados, e a projeção internacional do Museu Nacional como instituição à qual esta disciplina estará referida. Além disso, com a Exposição Antropológica de 1882, as coleções dobraram de tamanho e o conhecimento produzido pôde ser propagado por um público

⁷² No original: "L'Exposition anthropologique n'était plus une chimère, un simple rêve. Elle venait d'entrer dans le domaine de la réalité, car je venais de conquérir et j'avais là, dans les mains et sous les yeux, le noyau du matériel dont je devais enrichir plus tard cette fête de la science qui fut unique dans son genre, aussi bien au Brésil que dans le monde entier."

bem mais amplo (NASCIMENTO, 2009, p. 200), ao mesmo tempo em que as relações de envio de objetos com fins expositivos consolidaram-se entre governos provinciais, particulares e o Museu Nacional.

Quanto às ideias, ainda segundo Castro Faria (1998), destaca-se da Exposição de 1882 o caráter etnográfico como marca dominante e a composição de suas coleções, provenientes de experiências anteriores (CASTRO FARIA, 1998, p. 20). Desse modo, o autor nos indica o alcance do pioneirismo do Museu Nacional numa época em que o Museu do Trocadero, primeiro museu etnográfico francês, mal era constituído⁷³. Os objetivos de Ladislau agora seguiam em direção ao projeto da Exposição Antropológica Americana, idealizada para se tornar realidade dois anos após a de 1882. No entanto, esse evento nunca aconteceu (KEULLER, 2008, p. 107).

Se o desejo por um Museu Etnográfico no Brasil jamais se concretizou⁷⁴, Ladislau pôde, em parte, continuar a realizá-lo por meio das exposições. Assim, o encontraremos em 1889 na Exposição Universal de Paris, montada com o objetivo de comemorar o centenário da Revolução Francesa. A Exposição sugeria ao visitante que fizesse a volta ao mundo em seis horas. Percorrendo o Campo de Marte, ele poderia encontrar “os avanços da técnica, a pujança da indústria e a diversidade das civilizações” (NASCIMENTO, 2009, p. 140).

Para essa exposição, organizou Ladislau uma mostra que o levou a ser mencionado com distinção no catálogo, que assim se referia a ele: “*Directeur de l’Exposition Brésilienne d’Antropologie et Ethnographie ou Pavillon Amazone, Section de l’Histoire de l’Habitation Humaine*”. Dentre os objetos enviados pelo Brasil, destacam-se as máscaras tikuna, o bastão de chefe mundurucu, o retrato de índio botocudo, a cabeça mumificada de um chefe jivaro (NASCIMENTO, 2009, p. 141).

No interstício da preparação para a Exposição Universal de Paris e sua realização, Ladislau enfrentou um período de intensa turbulência, a proclamação da República e, com ela, a vacância de poder. Houve então uma intensa reorganização das repartições administrativas. O Museu Nacional, no entanto, encontrou na rede de contatos construída a proteção necessária à sua manutenção. Quintino Bocaiúva, ministro do Exterior, assegurou a inclusão do Museu Nacional entre as instituições a serem protegidas pelo governo (LACERDA, 1905, p. 64). E pôde Ladislau Netto contar com as relações familiares que o ligavam ao Marechal Deodoro, presidente do Governo Provisório, para solicitar a mudança do Museu para

⁷³ O Museu do Trocadero é o mesmo que, na primeira metade do século XX, seria denominado Musée de L’Homme. Para um estudo aprofundado dessa passagem, ver L’Estoile (2007).

⁷⁴ Brevemente discutido no bojo dos debates sobre o Regulamento de 1876.

o Palácio da Quinta da Boa Vista. No entanto, devido aos planos do General em lá estabelecer o Congresso da Constituinte, não pôde ele ser atendido naquele momento (p. 65).

Os anos seguintes à República vão conduzir Ladislau aos seus últimos atos à frente do Museu Nacional. Pelo Decreto n. 9.942, de 25 de abril de 1888, alterou-se o Regulamento de 1876 somente em alguns pontos. Acresceu-se o artigo que proibia a retirada de quaisquer objetos do Museu e modificou o artigo referente aos cursos públicos, extinguiu-os e, em seu lugar, instituiu as Conferências Extraordinárias. Ainda em 1890, pelo Decreto n. 337-A, de 5 de maio, o Museu passou a ser subordinado ao Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. O mesmo Ministério ao qual se vinculava a “Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia”, na qual Rondon trabalhava como ajudante. Tanto os trabalhos de construção das linhas telegráficas quanto a figura de Rondon serão fundamentais para compreender a constituição das coleções etnográficas do Museu no início do século XX. No entanto, este ponto será desenvolvido mais adiante. Por enquanto, continuemos a acompanhar as últimas realizações do Museu no século XIX.

Três dias após a publicação do Decreto n. 337-A, publicou-se o Decreto n. 359-A que, como vimos, retirou o Laboratório de Fisiologia Experimental das dependências do Museu Nacional. Além disso, em outro artigo, esse Decreto vetava o acúmulo de cargos por funcionários do Museu. Aqueles que possuíssem duplo vínculo poderiam optar por um dos dois. Por efeito do Regulamento, retiraram-se da instituição Schwacke, Derby e Batista Lacerda. O primeiro seguiu para a direção da Escola de Farmácia em Ouro Preto; o segundo assumiu a chefia da Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo; e o último, o Laboratório de Fisiologia. Assim, esse regulamento cerceou os últimos refúgios daqueles que se insubordinaram contra o diretor geral.

Nas palavras de Lacerda, “com esse regulamento draconiano, Ladislau nada mais fez do que acumular em torno de si elementos de subversão” (LACERDA, 1905, p. 66). Referia-se Lacerda aos roubos que ocorreram no Museu no período subsequente à emissão do novo regulamento e que em muito abalaram Ladislau Netto⁷⁵, o que, ainda segundo Lacerda, deu início à sua debilidade física. No entanto, forças suficientes restavam em Ladislau para que ele conduzisse o Museu ao Palácio da Quinta da Boa Vista. Em 02/12/1892, pelo Decreto n. 1.160, o Museu foi transferido duplamente. Administrativamente, transferiu-se do Ministério da Instrução Pública, Cor-

⁷⁵ Ladislau chega a indicar o material roubado do Museu Nacional nessa ocasião: 153 moedas, 70 medalhas e 49 diamantes (NETTO, 1870, p. 135).

reios e Telégrafos para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (uma composição daquele Ministério com o Ministério da Justiça e o do Interior) e, fisicamente, passou a ocupar o Palácio da Quinta da Boa Vista.

A transferência de todas as coleções do Museu para o edifício da Quinta da Boa Vista levou cerca de três anos, durante os quais significativos objetos foram perdidos. Ladislau seguiu acompanhando essa transposição até a sua aposentadoria, em 1893, quando entregou a Direção Geral a Domingos José Freire. Este a exerceu até 1895, ano em que Batista Lacerda retomou seu lugar na instituição, agora sob seu comando geral.

Quando assumiu a direção do Museu Nacional em 1895, Batista Lacerda recuperou o “espírito reformista” do Museu. Todos os ajustes e as ampliações necessários à devida exposição dos objetos, realizada durante o período no Campo de Santana, tiveram que ser refeitos em face das novas condições expositivas. Primeiramente, Lacerda retirou o pátio central que havia sido erguido para o Congresso da Constituinte e o abriu para uma ampla galeria com planos sobrepostos. O mobiliário foi sendo substituído aos poucos e as salas receberam o nome de um naturalista nacional ou estrangeiro, tal como na exposição antropológica. Após esse período de adaptações, o edifício só seria novamente modificado com Roquette-Pinto depois de 1928 (CASTRO FARIA, 1998, p. 70).

Durante a gestão de Batista Lacerda, além das reformas físicas, novas reformas administrativas foram realizadas. O Decreto n. 13.211, de 11/2/1899, modificou o de 1876 nos seguintes pontos: os diretores e subdiretores de Seção passam a ser denominados professores e assistentes; o Conselho Administrativo vai compor a Congregação; permanecem as quatro Seções, denominadas (i) Zoologia, (ii) Botânica, (iii) Mineralogia-Geologia-Paleontologia e (iv) Antropologia-Etnologia-Arqueologia, agora acompanhadas por seus respectivos laboratórios; o cargo de naturalista-viajante é suprimido; e as exposições são abertas ao público de quinta a domingo. Pelo Decreto n. 7.862, de 09/02/1910, são fundados três novos laboratórios: o de Química Vegetal, o de Entomologia Agrícola e o de Fitopatologia. Neste último regulamento, os cargos de naturalista-viajante, substitutos e preparadores são restabelecidos.

Essas modificações imprimiram ao Museu Nacional uma dimensão prática de Ciência. Suas investigações e pesquisas tornaram-se cada vez mais postas a serviço da busca de soluções para o Brasil. Essa conversão fica ainda mais explícita no Decreto n. 9.211, de 15/12/1911, em que a finalidade da instituição foi assim delimitada:

O Museu Nacional tem por fim estudar e divulgar a História Natural, especialmente a do Brasil, cujos produtos devem ser coligidos, classificados cientificamente, conservando-os, expondo-os ao público com as necessárias indicações, e proceder a estudos e investigações relativas à entomologia e a fitopatologia agrícolas, química vegetal e química geral.

A ênfase no Brasil está definitivamente posta como a missão a ser empreendida pelo Museu Nacional.

Com essas linhas finais, Batista Lacerda terminou o desenho do Museu Nacional que Roquette-Pinto encontrou quando nele ingressou em 1905. Ao esboço de Ladislau Netto com suas linhas dedicadas à instrução pública e à formação de coleções (com destaque para as coleções indígenas e arqueológicas), foi sobreposta a dimensão prática de Ciência desenhada por Batista Lacerda. Seguirei a partir daqui observando e descrevendo os resultados dessa orientação na situação analisada. Para tanto, faz-se necessário retomar o fio da meada que deixei algumas páginas atrás. Voltemos à história de Roquette-Pinto e de sua experiência no Museu Nacional.

1.4 A FORMAÇÃO CONTRATADA

O Processo Seletivo para ingresso de Roquette-Pinto nos quadros do Museu Nacional, ao mesmo tempo em que permite conhecer os critérios de seleção estabelecidos, encobre muitos outros aspectos que, por não serem contemplados nas listas de quesitos que precisam ser comprovados, não encontram espaço para explicação. Dentre esses aspectos, podemos citar a formação escolar anterior à Faculdade de Medicina; os estímulos que o levaram a optar pela Antropologia entre as demais possibilidades de atuação médica existentes à época; ou mesmo as condições de formação do autor. Incluem-se, neste último ponto, as relações familiares e econômicas que lhe possibilitaram ingressar na carreira médica e, posteriormente, transferir-se para a Antropologia.

Começemos pelo último aspecto citado. Roquette-Pinto nasceu no Rio de Janeiro, em 1884, filho de Manuel Menelito Pinto, pernambucano, formado pela Faculdade de Direito do Recife, e Ana Josefina Carneiro de Mendonça, oriunda de uma família de proprietários rurais mineiros. Devido à separação precoce de seus pais, ele e o irmão, Mauro, foram morar com o avô materno,

João Roquette Carneiro de Mendonça, na fazenda Bela Fama, nas proximidades de Juiz de Fora, MG (LIMA; SÁ, 2008, p. 57). Com a crise do café, seu avô foi obrigado a encerrar as atividades da fazenda e, após graves dificuldades financeiras, estabeleceu-se, por meio da interferência do senador de São Paulo, Alfredo Ellis, como tabelião no Rio de Janeiro. Isso ocorreu por volta de 1896 e foi através dessa nova ocupação que seu avô pôde custear a formação médica do neto (LIMA; SÁ, 2008, p. 58).

No Rio de Janeiro, o Externato Aquino, onde cursou os estudos secundários, foi um dos lugares de contato com significativas referências intelectuais de sua trajetória. Lá, sob a direção de João Pedro de Aquino, estudaram alunos como Euclides da Cunha e ensinaram professores como Benjamin Constant, Capistrano de Abreu e André Rebouças (LIMA; SÁ, 2008, p. 58).

O Externato Aquino iniciou suas atividades em 1864. Primeiro, como um curso de explicações em Matemática destinado aos alunos do 1º ano da Escola Central, onde apenas o fundador, João Pedro de Aquino, bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, ministrava as disciplinas. Em 1865, novos “explicadores” foram contratados e o corpo de disciplinas foi ampliado. Somente em 1867 passou a ser denominado Externato Aquino. No ano seguinte, o Externato já havia alargado em muito suas atividades e estudantes de Medicina iam lá buscar explicações para as disciplinas de Física, Química e Anatomia. As salas de aula eram montadas com os mais modernos equipamentos oriundos da Europa, possibilitando aos alunos conhecerem as técnicas mais atuais em vigência⁷⁶.

Em 1870, os cursos oferecidos foram diversificados de tal maneira que permitiram aos alunos projetarem sua formação em diversas áreas. Aos estudantes de instrução secundária eram ministradas as disciplinas de “Grammatica Portuguesa, Frances, Inglez, Latim, Grego, Allemão, Geographia, História do Brasil, História Universal, Filosofia, Rhetorica e Poetica, Mathemáticas”; no curso de “Sciencias Physicas”, “Physica, Chimica, Botanica, Zoologia”; no curso de Agrimensura, “Arithmetica, Algebra, Geometria, Trigonometria, Noções de astronomia, Topographia, Desenho linear, Desenho topographico”; no “curso Commercial”, “Escreituração mercantil, Economia politica, Arithmética commercial, Direito commercial”. Por fim, eram oferecidas explicações das matérias referentes ao 1º e 2º anos da Escola Central e ao 1º ano da Faculdade de Medicina⁷⁷.

⁷⁶ Colégio Brasileiro de Genealogia, Artigos Genealógicos, verbete “Externato Aquino – Rio de Janeiro”. Disponível em: http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_e_01.html. Acesso em 06/12/2010.

⁷⁷ Colégio Brasileiro de Genealogia, Artigos Genealógicos, verbete “Externato Aquino – Rio de Janeiro”. Disponível em: http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_e_01.html. Acesso em 06/12/2010.

Como é possível ver pelo currículo apresentado, o Externato Aquino era uma instituição de ensino diferenciada. Venâncio Filho chega mesmo a afirmar que o Externato, dirigido por educador de tendências positivistas, ao oferecer um ensino com ênfase nos estudos modernos e nas ciências, colocava-se na contramão do ensino majoritário do país (VENÂNCIO FILHO, 2008, p. 43). Ainda segundo o autor, foi aí que Roquette-Pinto viu despertado o seu interesse pelas ciências.

A opção pela Medicina, por sua vez, é atribuída ao contato com Francisco de Castro⁷⁸, professor da Faculdade de Medicina que, ao ser conduzido pelo jovem Roquette-Pinto para consultar uma pessoa dele querida, convenceu-o de que, “um espírito curioso” como o dele “precisava de uma carreira científica. Aceitasse o seu conselho. Entrasse para a faculdade... Fosse qual fosse o meu destino, só poderia me ser útil um bom curso de ciências biológicas” (ROQUETTE-PINTO em entrevista a J. SILVEIRA, 1939, p. 46). Assim, o desejo pelas viagens que o “atormentava” desde os 15 anos e que, em sua leitura, o impulsionava a ser oficial da Marinha foi substituído pelo incentivo e a curiosidade pelas Ciências Biológicas despertados por Francisco de Castro (p. 46).

Ao ingressar na Faculdade de Medicina, aos 17 anos, Roquette-Pinto dedicou-se de modo exemplar. Lá, destacava-se como exímio aluno, postura comprovada por seu currículo entregue à avaliação da Comissão do Museu Nacional. Além disso, não se restringia à atuação em sala de aula. No penúltimo ano do curso, participou do Grêmio Estudantil, chegando mesmo a ser seu 2º secretário no ano de 1904⁷⁹. Data daí também sua adesão ao Positivismo sob influência de Henrique Batista, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (VENÂNCIO FILHO, 2008, p. 60).

A virada para a Antropologia, por sua vez, ocorreu durante o período de aulas com Brant Paes Leme, “inesquecível professor” da cadeira de Anatomia, em que, pela primeira vez, teve contato com a “interessante ciência das raças humanas” (ROQUETTE-PINTO em entrevista a J. SILVEIRA, 1939, p. 46). Roquette-Pinto foi aí contagiado pela Antropologia exercida na época e inspirado a seguir nessa direção. A sua Monografia de Conclusão de Curso, “Ethnografia Americana: O exercício da medicina entre os indígenas da

⁷⁸ Francisco de Castro foi um importante médico do início do século XX. Sua formação humanista e “de letras”, como se costumava dizer no início do século passado, despertavam a admiração de homens como Ruy Barbosa (VENÂNCIO FILHO, 2008, p. 43). Para um estudo detalhado das relações dos médicos com a ciência nesse período, ver: SÁ, Dominichi. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil, 1895-1935*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

⁷⁹ Estatuto do Grêmio dos Internos dos Hospitais do Rio de Janeiro, 1904 (Arquivo ABL, Roquette-Pinto, Caixa 1, pasta 27-3-23, item 13).

America” (ROQUETTE-PINTO, 1906), é a primeira expressão da aliança do autor com a Antropologia.

A qualidade do trabalho produzido e a opção por realizar o concurso para assistente de Antropologia do MN, no último período do curso de Medicina, atestam a determinação com que abraçou a inspiração suscitada pelo “inesquecível professor”. No entanto, jamais abdicou das lições aprendidas no Externato Aquino. A João Pedro de Aquino, “querido amigo e mestre”, diretor e fundador do Instituto, Roquette-Pinto dedicou o último trabalho desenvolvido na Faculdade de Medicina (ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 1). Nele, podemos acessar as principais referências antropológicas que nortearam o trabalho do autor nos anos que antecederam seu ingresso no MN. A análise dos dados apresentada em *Ethnographia Americana: o exercício da medicina entre os indígenas da América* (ROQUETTE-PINTO, 1906) já incorporava os métodos da Etnografia e da Antropometria e nos permitem conhecer mais sobre o que Roquette-Pinto entendia por Antropologia e Etnografia do que as etapas realizadas durante o processo seletivo do MN.

Um ponto fundamental do trabalho realizado por Roquette-Pinto dizia respeito à investigação das funções médicas nas sociedades indígenas da América. Imaginar um médico, no início do século XX, com todo o *status* e a distinção de sua função, dispor-se a contrapor tais práticas às indígenas, caracterizadas por sua “primitividade”, é de fato um aspecto surpreendente da obra de Roquette-Pinto. O autor, apesar de não abdicar de tal caracterização e do sentido evolutivo de suas transformações, constrói em relação a essas populações uma alteridade relativa em que a cada “estágio evolutivo” as “funções médicas” vão se especializando até o “estágio atual”.

Tais passagens se dão em três momentos: “no período fetichico, inicial da evolução humana”, a medicina era exercida por todos, e especialmente pelas mulheres (porque essas “nascem com a bondade”); na “astrolatria” ela é especializada e torna-se função do sacerdote (que une o coração, vinculado ao sentimento, à razão); no estado “polytheicos” a função médica separa-se dos sacerdotes e reside numa classe científica cujas decisões, no entanto, são subordinadas aos “chefes espirituais”; por fim, o valor da “função médica” foi apropriado pelo homem que desde então o tem empregado em “aliviar quem sofre” (1906, p. 81-82).

Dentre os variados percursos que levaram Roquette-Pinto a essas conclusões, gostaria de destacar aqui três dos muitos aspectos por ele desenvolvidos. São eles: a posição assumida pelo autor em relação ao debate acerca da origem asiática do homem americano; a pluralidade dos domínios utilizados para composição de sua análise; e a conexão entre Medicina e Sociologia por

ele proposta. Estes pontos são fundamentais para a compreensão dos argumentos que se desenvolverão nos próximos capítulos.

Sobre o primeiro aspecto, Roquette-Pinto recupera as considerações estabelecidas por Barbosa Rodrigues e Ladislau Netto sobre a origem asiática do homem americano. Embora posições divergentes, Roquette-Pinto evita o confronto direto com a posição dos autores por considerar o debate “estéril” e, além disso, ter sido “bem apreciado” por Sílvio Romero em *Ethnographia Brasileira* (ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 28)^{80,81}. A indicação da obra de Sílvio Romero para solucionar o confronto com as pesquisas realizadas por Barbosa Rodrigues e Ladislau Netto é preciosa. Acompanhemos a análise por ele feita para melhor compreender a indicação de Roquette-Pinto.

Primeiramente, para Romero, a tese elaborada por Barbosa Rodrigues em nada acrescentou ao debate proposto por Henrique Fisher, a quem se deve atribuir a origem da hipótese apropriada por Rodrigues (ROMERO, 1888, p. 67-68). Romero prossegue em sua análise refutando as considerações de Barbosa Rodrigues uma a uma. Não somente destitui-lhe a originalidade da questão, como também contrapôs suas conclusões aos muitos outros pesquisadores que a mantiveram em um alcance limitado e, por isso, mais aceitável. Romero utiliza as observações de La Condamine, José de Moraes, Heriarte, Clavigero e Humboldt para explorar a inconsistência da hipótese e das conclusões de Barbosa Rodrigues e privá-lo da “imensa descoberta” por ele propagada (p. 72-73).

A partir deste ponto, Romero prossegue contrariando muitas outras assertivas de Barbosa Rodrigues. O parágrafo transcrito a seguir é ilustrativo do domínio em que ele o inscreve:

O Sr. Barbosa Rodrigues não é um homem sem merecimento. Não é, porém, um espírito superior. De seus estudos de botânica é-me impossível fallar; falta-me a competencia. Em ethnographia, quando se reduz a dizer o que vio, a relatar o que observou, a descrever em summa, comquanto copie muito dos chronistas e viajantes que o antecederam, não deixa de ter prestimo. Quando entra a philosophar, a tentar theorias, a procurar filiações, Barbosa é simplesmente detestavel (ROMERO, 1888, p. 81).

⁸⁰ No trabalho de Roquette-Pinto não há a indicação precisa à qual obra de Barbosa Rodrigues ele se refere. Em Romero, são indicados três trabalhos: “Relatorio sobre o rio Yamunda”, 1875 (ROMERO, 1888, p. 74), e o 1º e 3º volumes da revista *Ensaio de Sciencia*, 1876 e 1880, respectivamente (ROMERO, 1888, p. 75-76).

⁸¹ NETTO, Ladislau. Investigações sobre a archeologia brasileira. *Arquivos do Museu Nacional*, v. 6, p. 257-553, 1885.

Se ao realizar a crítica a Barbosa Rodrigues, Sílvio Romero detém-se em cada aspecto de sua argumentação e a refuta passo a passo, no caso da arguição às proposições de Ladislau Netto, um curioso procedimento é adotado. Sobre Ladislau Netto e as “investigações sobre a archeologia brasileira”, Romero procede a sua análise tomando a obra em conjunto com o volume VI da revista *Arquivos do Museu Nacional* em que foi publicada. Indica que o volume é uma continuidade da “não esquecida *Exposição Anthropologica*” e, por isso, saudado “com festivos gabos pela imprensa brasileira” (ROMERO, 1888, p. 119).

Inicia por dizer que as “Investigações” de Ladislau (NETTO, 1885) não são nem interessantes, nem tão admiráveis quanto os outros trabalhos apresentados no mesmo volume (ROMERO, 1888, p. 119). E a partir daí divide-se entre elogios a Hartt, detentor de “esplendidos capítulos” e classificado como “o moço sabio” que “lançou os verdadeiros alicerces da ethnologia brasileira” (p. 120) e críticas ainda mais contundentes a Batista Lacerda, também autor de alguns artigos do 4º volume de *Arquivos do Museu*. Romero o classifica mais como “um clinico e physiologista do que um antropologo de nota” (p. 121). Seus estudos de craniometria, para Romero, não parecem contribuir para a “solução dos enigmas do americanismo brasileiro” (p. 122-124).

Prossegue então o autor na análise dos estudos de craniometria proposto por Batista Lacerda. Esse tipo de proposta é considerada valiosa para a “história natural do homem tomado em globo”, mas em nada contribui para a compreensão da “natureza e índole” de um determinado país (ROMERO, 1888, p. 124). Romero recupera as três “decepções”⁸² sofridas pelos estudos de classificação e migração das raças humanas ocorridas no último século, para indicar a insuficiência da Antropologia anatômica, incapaz de “fornecer hoje base positiva para a distinção das raças humanas” (p. 123).

As “Investigações archeologicas” de Ladislau são então retomadas. Romero estabelece a distinção entre as duas partes em que se compõe a obra. Na primeira, Ladislau realiza vasta descrição dos objetos indígenas existentes no Museu Nacional. Na segunda, os analisa do ponto de vista teórico. Romero não verifica a procedência das descrições realizadas na primeira parte. Já na segunda, informa ser manifesta a “esterilidade e em grande parte a incompetência do gracioso *savant*” (ROMERO, 1888, p. 125).

A principal crítica de Romero à segunda parte do trabalho de Ladislau reside na inexistência de uma explicação geral ou, em suas palavras, de uma

⁸² A primeira, a do critério de cor da epiderme como fator preferencial para classificação das raças; a segunda, a classificação pelo progresso da linguística, e a terceira, pelas “manifestações de suas industrias” (ROMERO, 1888, p. 122).

“lei que os prenda [os fatos descritos] e unifique numa synthese geral” sem a qual o conhecimento produzido de nada vale (ROMERO, 1888, p. 125). Romero chega a dizer que “percebe-se de prompto não se haver o *scientista* patrio preparado regularmente para empregar o seu trabalho” (p. 135) e sugere que ele consulte as publicações norte-americanas, “especialmente em antropologia e antiguidades, para não fazer classificações erradas” (p. 139).

Não se trata aqui de explorar as possíveis divergências entre Sílvio Romero e os autores citados. A ferocidade de suas críticas era tão reconhecida por autores que analisam sua atuação quanto por ele mesmo (SCHWARCZ, 2004, p. 27). Segundo seu próprio depoimento, “ninguem, como eu, dizem, tem nesse paiz dado a este instrumento – a critica – uns tons tão rudes. Quero crer que assim seja, em se tratando de umas figurinhas de tres palmos que entulham ahi a galeria litteraria” (ROMERO, 1888, p. 131). No entanto, se aqui abro espaço às suas críticas é somente por perceber ecos de suas considerações no estudo de Roquette-Pinto sobre a Medicina entre os indígenas da América.

Essa marca me parece presente, por exemplo, na correspondência entre as referências bibliográficas utilizadas por Roquette-Pinto e as sugeridas por Romero em substituição às utilizadas por Batista Lacerda. Este, “si quizesse, como é de seu dever, estudar a historia scientifica do paiz”, deveria notar que “o ultimo quarto do seculo tem sido notavelmente ubertoso de publicações dignas de mór apreço” (ROMERO, 1888, p. 127-128). Refere-se aí a Lund, Gonçalves de Magalhães, Martius, Alves Nogueira, D’Orbigny, Carlos Hartt e Couto de Magalhães (p. 126, 128-129, 131). Haeckel, “professor de Iena”, é outro exemplo dessa convergência. Tanto é referido em Romero quanto em Roquette-Pinto (ROMERO, 1888, p. 81; ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 28) como a autoridade no autoctonismo do homem americano.

A preocupação em instituir explicações mais amplas e gerais também estava presente na obra de Roquette-Pinto, embora com uma profunda diferença. Enquanto Romero sugeria a Ladislau que se apropriasse da bibliografia americana para melhor construir suas assertivas (ROMERO, 1888, p. 139), será às escolas Francesa (notadamente Augusto Comte) e Alemã (principalmente Bastian e Ratzel) que Roquette-Pinto recorrerá. Tal ponto será retomado ao longo deste livro.

Romero destaca em seu texto dois procedimentos também presentes na obra de Roquette-Pinto ora analisada. O primeiro diz respeito à ênfase em autores nacionais e a junção de cronistas, historiadores, antropólogos e outros especialistas para composição do quadro referencial a que deveria um autor estar referido em suas análises etnográficas (ROMERO, 1888, p. 126-127). O segundo, por meio da importância que Romero dá a Hartt, a valori-

zação da incursão em domínios variados, desde a linguagem aos contos, mitos, artes e às tradições (p. 120). Em sua consideração, estes são aspectos que não podem ser minimizados por aqueles que desejem superar as limitações da “anthropologia meramente anatomica” (p. 123).

Essa pluralidade de aspectos e domínios observados por Roquette-Pinto é o segundo ponto que gostaria de destacar do *Exercício da medicina entre os indígenas da America* (ROQUETTE-PINTO, 1906). Antes, porém, farei uma última observação sobre a conexão entre esta obra e as sugestões de Romero.

Obviamente que as referências teóricas e metodológicas utilizadas por Roquette-Pinto não se restringem às indicadas por Romero. Estas parecem ser apenas um dos conjuntos referenciais adotados, mas não o único. Para citar apenas alguns exemplos sobre as divergências, podemos recorrer à posição de Roquette-Pinto sobre a ocupação da América. Sobre este ponto, Roquette-Pinto optou pela Teoria das Levas Sucessivas de Povoamento provenientes de diferentes localidades e compostas por raças distintas, tal como proposto por Quatrefages⁸³ – sequer considerado por Romero no texto citado (ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 27).

Não obstante, há um conjunto de autores, indicados por aqueles que se dedicaram a estudar a sua obra (ou parte dela), nos quais Roquette-Pinto estaria embasado ao longo da sua vida. Trata-se de Alexandre Rodrigues Ferreira, Von Martius, Fritz Muller, Frei Leandro, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Goethe e Manoel Bonfim (CASTRO FARIA, 1959, p. 12; LIMA; SÁ, 2008, p. 69; RIBAS, 1990, p. 6; VENÂNCIO FILHO, 2008, p. 43, 49; SANTOS, 2008, p. 135).

Retomando o aspecto da diversidade de perspectivas analisadas por Roquette-Pinto, é importante observarmos que, apesar de o autor centrar-se ao longo de seu texto nas práticas médicas entre os indígenas como ponto nodal, ele recorre a um múltiplo espectro de observações para dele extrair os elementos que compõem o seu argumento. Para tanto, buscou referências sobre os mais diversos grupos que habitam a América, desde os residentes nas costas da Groelândia e no litoral ártico da América às populações da América do Sul (ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 3, 61).

Para conhecer as práticas médicas existentes entre essas populações, Roquette-Pinto utilizou dados de revistas de Antropologia (*Annual Report of the Bureau of Ethnology*) e de relatos de viajantes (por exemplo, *Adventures of the first settlees on the Oregon or Columbia river* e *The Northwest coast*, de Ross e Swan,

⁸³ Quatrefages, juntamente com as publicações da Société d'Anthropologie de Paris, os textos de Broca, Topinard, Virchow, dentre outros, constituíam importantes referências em termos de Antropologia Física naquela época (SEYFERTH, 1985, p. 82). Alguns destes autores serão utilizados por Roquette-Pinto na classificação craniométrica das populações estudadas.

respectivamente). Também recorreu aos relatos de expedições científicas (Martius e Von den Steinen), assim como às narrações de missionários (História da Companhia de Jesus, de Francisco Alegre). Igualmente serviram em sua empreitada os trabalhos de antropólogos contemporâneos, como Sérgio de Carvalho e Barbosa Rodrigues (ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 60, 66-70).

Os dados não eram de forma alguma utilizados de modo acrítico. Roquette-Pinto pretendia, através deles, restabelecer uma série de conhecimentos relativos à prática médica que foram ofuscados pelas narrativas de conquista. “Brancroft faz notar o grau de ingratidão em que os escriptores da conquista se mantiveram para com os povos da America, no que entende com a sua medicina, que tanto contribuiu para a nossa” (ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 50). Através do amplo espectro de referências selecionado por Roquette-Pinto, ele pôde reconstituir essa contribuição.

São relatos organizados segundo os grupos indígenas, dos quais são destacados os responsáveis pela função médica, pelo manuseio dos instrumentos e os remédios utilizados, em que são narradas diferentes formas de cura. Entremeado com essas considerações, o autor apresenta um vasto relato sobre as condições de alimentação, a organização social, as crenças nativas, a localização geográfica, entre outros aspectos anotados, sempre juntando a essas observações as considerações teóricas anteriormente mencionadas. É importante registrarmos que ao longo do texto as características apontadas são entendidas como elementos indissociáveis das práticas médicas, conformando etapas do que elas viriam a ser no tempo de Roquette-Pinto.

A única interrupção do fluxo narrativo está nos debates sobre aspectos da craniometria dessas populações. Os dados foram sintetizados a partir da *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, do *Essai sur les def. art. du crâne*, de Gosse, e de *Deformations artificielles du crâne*, de Lunier (ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 18). Complementa-se esse debate com os trabalhos de Paul Broca, de Virchow, com o *Archivio per l'Anthropologia* e pela carta de Lund publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (p. 59-60). De posse dessas referências teóricas, Roquette-Pinto procede à classificação craniométrica das populações estudadas.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de revisitar a filiação sociológica explicitada por Roquette-Pinto nesse trabalho. O autor inicia a sua “Synthese Philosophica” marcando quais são as orientações que não pretende seguir em seus trabalhos ou, em suas palavras, as “sciencias praticas de que muita gente fala; e não é a que me appaixona” (ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 75). Aí, refere-se à Sociologia “apertada nos moldes de Spencer” que, segundo ele, não fornece a almejada explicação para os fenômenos humanos (p. 75). Trata-se tão somente de relatos dos fatos. Para Roquette-Pinto, o funda-

mental é conhecer a lei que une os fenômenos, as formas pelas quais eles se sucedem e as relações que os ligam (p. 75). Tal ignorância decorre, para Roquette-Pinto, “da falsa posição que desejam dar ao homem. Pôl-o no quadro zoológico e chamal-o de simples animal; aplicar-lhe as leis da animalidade apenas é pratica infeliz” (p. 75-76).

Para o autor, o homem constitui uma composição entre “funcções animaes” e “phenomenos de vegetalidade”. No entanto, é somente por meio de sua organização cerebral que faz surgir tão intensamente os “factos moraes”, em sua visão, o aspecto que separa o homem do resto da animalidade “de maneira certa e firme”. Em suas palavras, “não é a theologia que o escolhe á custa de uma alma imponderavel; é a physiologia que mostra o valor anatomico d’essa alma; e frisa as funcções moraes, marco de divisão entre a animalidade e a humanidade” (ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 76).

A distinção entre humanidade e animalidade assentada nos princípios morais parece referir-se, em sua obra, à influência de Comte, justaposta ao conhecimento médico. Segundo sua observação,

Augusto Comte firmou-se no que o passado havia realizado e estabeleceu, nas fulgurações do seu gênio, a sciencia da humanidade – a sociologia. São os principios d’esta que me vão guiar; mas é antes preciso dar o exacto valor á medicina para entender certas praticas obscuras que encontramos entre os Americanos. A sociologia, para Augusto Comte, foi uma construcção de passagem, que lhe permittiu chegar ao estudo do homem individualizado. Isso não lhe foi difficil; e, nas bases de que dispunha, estabeleceu o philosopho de Montpellier a sciencia do homem – a moral. A medicina dillui-se n’ella; porque não é lógico entregar, ao medico, parte do estudo do homem e guardar para o philosopho, outra parte d’elle (ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 76).

Para Roquette-Pinto, a Medicina era uma arte indissociável da moral:

a medicina é uma arte; cuja sciencia, relativa e indispensavel, é a moral. Essa unidade é desmembrada no tempo anarchico de hoje; o padre e o medico tratam, cada um de seu lado, da alma e do corpo; como si fosse possivel separal-os, peças metallicas de um mecanismo physico, limal-as e reunil-as depois! Os doutores indigenas, veremos, sabiam empiricamente manter essa unidade. Eram mais justos que esses, que a nossa civilisação

distingue, e que apenas cuidam do que o homem tem de vegetal e de animal; deixando cegamente o que elle tem de *humano* (ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 76).

Procuramos ao longo deste capítulo traçar três eixos de compreensão para o ingresso de Roquette-Pinto no Museu Nacional. O primeiro diz respeito às condições de acesso à instituição em 1905, ano em que nela ingressou. Trata-se de compreender como funcionavam os mecanismos de seleção e recrutamento de novos quadros, quais eram os responsáveis pela escolha, quais os critérios utilizados e qual a demanda existente para as vagas ofertadas.

Em seguida, buscamos compreender como esses critérios estavam relacionados, ou melhor, eram herdeiros de uma longa empreitada de profissionalização da instituição. Entendidos por “empreitada” não somente os mecanismos burocráticos estabelecidos para contratação, mas também, e principalmente, os elementos de prestígio e de distinção que foram conquistados notadamente na segunda metade do século XIX. Aqui, pode-se relembrar o espetáculo das exposições nacionais e internacionais, os cursos públicos, a trajetória de proximidade com a elite política, republicana ou não e, por fim, a rede de contatos estabelecida com os principais centros acadêmicos do mundo.

O último eixo analisado refere-se à formação de Roquette-Pinto. Busquei entender como e por que o jovem aspirante à Medicina, ainda não formado, optou por ingressar nos quadros técnicos do Museu Nacional, mesmo quando outros, como vimos, haviam desistido antes mesmo de finalizar o processo. Que marcas e desejos por ele carregados o conduziram àquele Museu? Busquei ainda entender quais concepções de Antropologia e Etnografia o jovem Roquette-Pinto detinha para realizar as escolhas já mencionadas e, mais que isso, conseguir, com desenvoltura e distinção, ultrapassar todas as etapas de seleção.

Não pretendi, contudo, neste capítulo esgotar as influências intelectuais e políticas apropriadas por Roquette-Pinto, mas sim situar os posicionamentos por ele assumidos nas obras ora analisadas. E, assim, melhor localizá-lo “no interior do campo ideológico de que faz parte, bem como estabelecer as relações entre a posição deste *corpus* neste campo e a posição no campo intelectual de agentes que o produziram” (BOURDIEU, 2005a [1971], p. 186).

CAPÍTULO II

VIAGEM AO CORAÇÃO DO BRASIL

Figura 6: Edgard Roquette-Pinto na Serra do Norte



Fonte: Roquette-Pinto (2005)

2.1 PRIMEIRAS VIAGENS

O primeiro trabalho confiado a Roquette-Pinto, logo após a sua nomeação como assistente do Museu Nacional, em 1906, foi a exploração dos sambaquis do litoral do Rio Grande do Sul. Essa missão lhe foi confiada em resposta à sugestão de Kozeritz, em seu livro *Bosquejos Ethnológicos* (1884), em que solicitava a atenção do Museu Nacional para as jazidas de Cidreira, naquela região (CASTRO FARIA, 1959, p. 3).

O estudo de sambaquis era um dos temas caros à época. Essas constituições geológicas guardavam em seu interior importantes materiais arqueológicos, fonte de estudo para diversas especialidades. Quando Roquette-Pinto foi enviado ao litoral do RS, Barbosa Rodrigues, Batista Lacerda e Miranda Ribeiro, para citar apenas pesquisadores vinculados ao Museu Nacional, já haviam há muito realizado pesquisas nessas formações geológicas⁸⁴. Batista Lacerda foi um dos grandes expoentes de pesquisas em sambaquis. A partir delas, tipificou a “raça primitiva de Lagoa Santa”, que teria ocupado o território brasileiro antes da chegada europeia à América (CASTRO FARIA, 1999, p. 29).

Além da grande responsabilidade de que foi incumbido, Roquette-Pinto enfrentou outros desafios em sua primeira expedição. Um dos obstáculos iniciais diz respeito à escassez de recursos a que foi submetido. Segundo o autor, a dotação recebida do Museu Nacional fora estimada sem considerar a estação das chuvas, quando no litoral do Rio Grande do Sul diminuía o fluxo de pessoas e, com a redução dos transportes disponíveis, aumentavam as dificuldades de deslocamento.

Os recursos recebidos eram desproporcionais até mesmo para a contratação do primeiro transporte entre a capital, Porto Alegre, e o ponto inicial de onde deveria partir sua expedição, Tramandaí (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 6). A Roquette-Pinto restava buscar outras formas de locomoção, e foi o que fez. Seguiu com sua expedição graças à ajuda do comandante da Marinha Nacional, Ramos Fontes, que lhe ofereceu espaço em sua comitiva até uma localidade próxima de seu ponto de partida (p. 7). Não sem dificuldades, Roquette-Pinto conseguiu equipar uma canoa e dar prosseguimento à expedição a partir dali (p. 14, 17).

O segundo obstáculo se refere à locomoção. Alguns sambaquis somente eram acessíveis por barco, com os riscos da navegação e os possíveis contratempos meteorológicos (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 14). Além disso, as

⁸⁴ Miranda Ribeiro e Carlos Moreira colaboraram com Roquette-Pinto na identificação do material por ele reunido durante a expedição ao litoral do Rio Grande do Sul (ROQUETTE-PINTO, 1912b, p. 30).

pancadas de chuvas punham em risco os mantimentos e a munição, obrigando-os a protegê-los durante as noites chuvosas com os seus próprios corpos (p. 23). Os atoleiros e, com eles, o risco da perda do material coletado eram outra ameaça constante ao deslocamento da expedição (p. 29). Para termos uma dimensão do que significava ir de um lugar para o outro nessa região, Roquette-Pinto levou 47 dias para chegar ao Rio de Janeiro. Ele iniciou seu regresso em 15 de novembro de 1906 e somente desembarcou na cidade em 1º de janeiro de 1907 (p. 21, 27).

Por fim, ao chegar aos sambaquis, foi surpreendido pela destruição de muitas das jazidas que lhe foram “encomendadas” e, por isso, não pôde obter da pesquisa os resultados que esperava (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 3). Desse modo, procurou compensar as ausências de fontes científicas com a descrição minuciosa daquele território, cujo valor econômico, segundo o autor, era desconhecido (p. 4)⁸⁵. O trabalho etnográfico de “admirável sabor literário” (CASTRO FARIA, 1959, p. 4) foi a forma encontrada por Roquette-Pinto para contribuir, senão com o estudo dos sambaquis, pelo menos com o conhecimento da região (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 4).

Nele, Roquette-Pinto empenhou-se em descrever as paisagens, as formas de acesso aos lugares, as condições de navegação dos rios, a composição das cidades encontradas, os guias, a vegetação e os animais nativos (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 8-10), os principais povoados e o que neles está disponível ao viajante, as formas de construção das casas (p. 10), os tipos de pesca conforme as estações, e também de peixes (p. 12), os preços pagos pelo trabalho dos capatazes, as condições de estadia nos campos, as áreas férteis (p. 17-18).

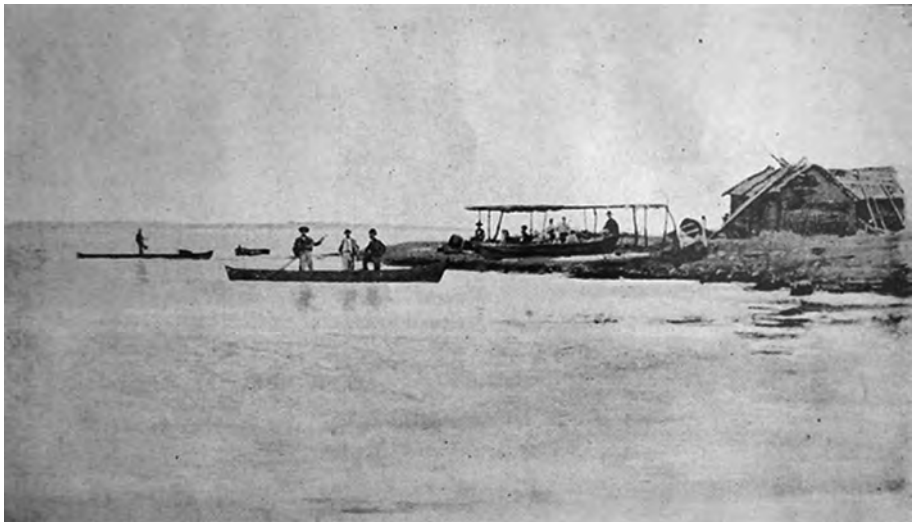
Nesse mosaico de informações, as paisagens mesclam-se. São lugarejos com “o mais dezolador aspecto” e lagoas com paisagens exuberantes, onde uma imensidão de flores e garças encontram o pesquisador (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 9, 16). As aves são um dos aspectos mais admirados por Roquette-Pinto. Elas tinham com ele “ouzadias inconscientes que ainda mais realçavam o nosso encanto de sentir tão perto a natureza” (p. 18). Eram o “regalo de um naturalista” (p. 18).

Os aspectos sociais não fogem à observação do viajante. Ele nota que as pessoas quase não falam o português. E nisso identifica a ausência do governo em oferecer escolas aos filhos dos colonos (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 6). Em Barra do Ouro, Roquette-Pinto localiza uma colônia de agricultores italianos, que deixa no viajante uma impressão “muito melhor do que aquela

⁸⁵ As relações entre o desenvolvimento de saberes e práticas científicas em instituições como o Museu Nacional e as políticas públicas voltadas para questões de ordem econômica não são novidades do período republicano. Para uma análise do desenvolvimento das Ciências Naturais e a implementação de políticas agrícolas no Brasil do século XIX, ver Domingues (1995).

recebida nas alemãs de S. Pedro. Aqui, na Barra do Ouro, máu grado o isolamento, tudo floresce.” (p. 26-27). As indústrias abandonadas Roquette-Pinto atribui aos efeitos da Revolução Federalista de 1893, que em tudo provocou dano (p. 22).

Figura 7: Pescadores de Tramandaí, Rio Grande do Sul (1906)



Fonte: Roquette-Pinto (1907)

Apesar do quadro social apresentado, com a indicação de algumas áreas de ocupações sedentarizadas, de povoados importantes, polos de distribuição de mercadorias, as fotografias que acompanham o relato são majoritariamente de paisagens descampadas, sem pessoas ou com presenças minimizadas. Só há duas exceções. Uma é o mapa com a localização dos sambaquis, e a outra é com os pescadores no rio Tramandaí (Figura 7). No mais, são as grandes planícies e os largos rios que materializam visualmente a descrição para o leitor.

Figura 8: Rio das Três Forquilhas, Rio Grande do Sul



Fonte: Roquette-Pinto (1907)

Os resultados científicos obtidos com a pesquisa propriamente dita, no entanto, são poucos. O próprio Roquette-Pinto o admite em seu texto: “sei que os Sambaquis do Rio Grande forneceram alguns artefatos líticos de valor; o que eu achei não foi muito notavel” (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 31). Dentre os 23 sambaquis por ele pesquisados, identificou como principais somente dois: os espalhados entre as cidades de Cidreira e Vila Torres (p. 28, 14), deles tendo extraído materiais pouco significativos. Nos cem dias de expedição, recolheu alguns machados de pedra, pontas de lança e objetos cerâmicos e nenhuma ossada humana (p. 31-35).

A próxima atividade realizada por Roquette-Pinto de que temos notícia é o trabalho apresentado no 4º Congresso Médico Latino-Americano, ocorrido no Rio de Janeiro em 1909, intitulado “Etnografia Indijena do Brasil: estado atual dos nossos conhecimentos” (ROQUETTE-PINTO, 1909)⁸⁶.

⁸⁶ Roquette-Pinto levará sua carreira médica em paralelo com a atuação no Museu Nacional. No período de 1905 a 1912, apresentou vários trabalhos em congressos médicos acerca de questões unicamente fisiológicas, dentre eles estão: “Sobre um caso de prenhez quadrupla – Communic. à Soc. Med. dos Hospitales – Rio, 2 de Junho de 1909”; “Sobre um caso de ectopia congenita no rim esquerdo – Communic. à Soc. Med. dos Hospitales, in Bulletin da mesma – Anno 2 – n. 7 – Rio, 1909”; “Nota sobre um caso raro de sinfeze renal no homem – Rio, 1911 – (Peça apresentada a Sociedade Medica dos Hospitales do Rio de Janeiro em 1909)” (ROQUETTE-PINTO, 1915b, p. 1). Essas publicações, devido às finalidades deste livro, não serão aqui analisadas.

Nesse trabalho, ele indica a inexistência de uma história dos povos do Brasil em que tivesse sido aplicada “a minúcia, a clareza e a sciencia de Bancroft e de Schooleraff na descrição dos norte-americanos” (ROQUETTE-PINTO, 1909, p. 1).

Os relatos dos viajantes e dos naturalistas, apesar de conterem importantes informações, não foram, segundo Roquette-Pinto, realizados de modo mais seguro: não basta inventariar os dados, é preciso apoiá-los na distribuição geográfica dos povos (ROQUETTE-PINTO, 1909, p. 1).

Assim, Roquette-Pinto distribuiu a população indígena de acordo com a sua ocupação territorial. Na faixa litorânea do Brasil, indica os Tupi, ligados pelos “traços geraes de vida, e de rejião, como tambem as linguas que falavam” (ROQUETTE-PINTO, 1909, p. 3). Os que não estavam nessa área eram os “erradios e ferozes, bestiaes e glutões [...] de animo inabordavel” (p. 3). Estes eram os Tapuia (p. 4). Ao contrário dos Tupi, a denominação Tapuia abrangia grupos diversos em costumes e linguagem que, no entanto, formavam uma única raça (p. 4).

Para afirmar tal posição, Roquette-Pinto apoiava-se nos estudos de Von Martius, D’Orbigny e Ehrenreich. Ele recuperava, nestes autores, as classificações linguísticas dos povos do Brasil e suas rotas de migração, numa tentativa de conciliar os pontos divergentes a fim de produzir uma síntese. Por ser a língua um aspecto facilmente modificável, Roquette-Pinto aponta que a falha da solução proposta reside aí (ROQUETTE-PINTO, 1909, p. 11). Nesse sentido, em busca de solução, ele efetua outras possíveis formas de classificação para os povos do Brasil.

Os costumes, segundo o autor, alteram-se menos que a língua e podem, assim, ser um critério utilizado (ROQUETTE-PINTO, 1909, p. 12). Nota-se que, ao se referir a “costumes”, o autor aponta para objetos: “o botoque para os Gês, as redes de fibras de palmeira para os Aruaks, as de algodão para os Carhibas, o tembetá para os Tupis” (p. 12).

No aspecto físico, Roquette-Pinto indica que formam um conjunto relativamente homogêneo, “são todos euticomis, mezorinos, eurignatas, megazemas, embora de fenda palpebral estreita e obliqua” (p. 12). Por isso, conclui o autor que “no Brasil, ninguem póde reconhecer, entre eles, mais de um tipo físico. No criterio antropoljico nada aproveita a classificação das nossas tribus” (p. 12). Os domínios etnográficos, por sua vez, são apontados igualmente como falhos devido às divisões linguísticas. Devem ser aceitos somente com reservas (p. 13).

Propõe o estudioso que se adote o elemento geográfico sem desprezar os dados linguísticos. Seu objetivo não era “fazer dos indios acidentés geogra-

ficos, característicos a certas regiões; o que se quer é não separar cada tribo do seu âmbito de digressões” (ROQUETTE-PINTO, 1909, p. 14). Quanto à migração dos grupos, responde o autor que as delimitações se fazem em grandes faixas e dizem respeito a “um fato real”, “a íntima relação do povo com o seu meio astronômico restrito” (p. 14, 16). Tal formulação advém dos critérios geolinguísticos propostos por Paul Ehrenreich.

O valor desse trabalho reside em dois pontos: primeiro, a síntese realizada das teorias de Von den Steinen, Ehrenreich e Von Martius e o esboço de classificação dos povos indígenas do Brasil de acordo com as orientações de Ehrenreich; segundo, consiste em um importante trabalho de divulgação dos conhecimentos etnográficos da época.

Em 1911, Roquette-Pinto participou de outra atividade a convite do Museu Nacional. Trata-se do 1º Congresso Universal das Raças, realizado no ano de 1911, em Londres, onde fez a apresentação do seu “Diagrama da constituição antropológica da população do Brasil, organizado segundo as estatísticas oficiais de 1872 a 1890”.

Ao Congresso foi enviado na qualidade de assistente de Batista Lacerda, representante oficial do governo brasileiro, único da América Latina a fazer-se representar (SEYFERTH, 1985, p. 82). O trabalho apresentado por Lacerda, “*Sur les métis au Brésil*”, buscava comprovar a viabilidade da tese de branqueamento para o caso da população brasileira em 100 anos. Para isso, tinha como única prova estatística o trabalho fornecido por Roquette-Pinto (SEYFERTH, 1985, p. 97). Segundo Castro Faria, “o embaquecimento do brasileiro passou a ser considerado daí por diante não apenas um ideal, mas uma verdade científica; portanto, além de altamente apreciada, incontestável” (CASTRO FARIA, 1959, p. 5). Para Seyferth, a proposição de Roquette-Pinto estava embasada por dados duvidosos e consistia numa projeção, admissível porque repleta de conteúdo ideológico (SEYFERTH, 1985, p. 97-98).

Seja pelos conteúdos ideológicos, seja pela força da proposição científica, as considerações de Seyferth e Castro Faria nos indicam que os trabalhos apresentados pelo delegado brasileiro e seu assistente convenceram o público científico da viabilidade do branqueamento da população brasileira, ainda que seu prazo de realização fosse por vezes questionado. Após o importante evento, Roquette-Pinto partiu em missão oficial de quatro meses pela Europa, onde pôde frequentar as aulas de Brumpt, Tuffier, Verneau e Luschan (LIMA; SÁ, 2008, p. 61). Com os dois primeiros teve a oportunidade de atualizar as técnicas de estudo fisiológico, com o terceiro, as de Paleoantropologia, e com o quarto, discutir os sistemas de classificação a partir da tonalidade da pele.

Em 1912, Roquette-Pinto enviou ao 28º Congresso Internacional de Americanistas, realizado novamente em Londres, sua “Nota sobre os índios Nhamiquára do Brasil Central” (ROQUETTE-PINTO, 1912a). O trabalho foi feito a partir de material linguístico e de peças etnográficas remetidos ao Museu Nacional pela Comissão Rondon nos anos de 1910 e 1911 (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 29; CASTRO FARIA, 1949, p. 5). Apontava esse material como o mais detalhado sobre os Nambiquara (ROQUETTE-PINTO, 1912a, p. 25). Novamente Roquette-Pinto retoma as considerações de Von den Steinen, tidas nesse caso como sumárias (ROQUETTE-PINTO, 1912a, p. 26).

Roquette-Pinto utiliza-se do vocabulário captado por integrantes da Comissão Rondon para propor a classificação dos Nambiquara entre o grupo Gê (ROQUETTE-PINTO, 1912a, p. 33). Os artefatos, no entanto, por sua técnica, indicam que a cultura deles “parece um pouco mais elevada que a encontrada geralmente nas tribus deste grupo” (p. 33). A ausência da rede corrobora a classificação dessas populações entre o grupo Gê (p. 35).

Não somente as atividades acadêmicas e a produção científica foram desenvolvidas por Roquette-Pinto durante os primeiros anos de atuação no Museu Nacional. Em 1910, consta a notícia de que inaugurou a Filmoteca do Museu Nacional com o objetivo de produzir registros científicos e divulgar a ciência, posteriormente enriquecida com doações feitas pela Comissão Rondon (MOREIRA et al., 2008, p. 260). Em 1911, apresentou ao Congresso Nacional, juntamente com Gustav Magnus, um projeto de tradução para o português de importantes obras de viajantes alemães, dentre as quais se destacam os trabalhos de Spix e Martius, Von den Steinen, Karl von Ehrenreich, Max Schmidt, Koch-Grümburg e Fritz Krause⁸⁷. Não tendo sido aprovado, o projeto foi reapresentado ao Ministério da Agricultura e Comércio em 1917, também sem sucesso.

Em 1912, encontramos Roquette-Pinto à frente da seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, na qualidade de substituto eventual de Domingos Sérgio de Carvalho. Ele comanda as reformas físicas realizadas no setor, chegando mesmo a desentender-se com seus colegas de trabalho para obter da direção do Museu o atendimento aos seus pedidos⁸⁸. Ainda em 1912, foi Roquette-Pinto quem escreveu ao *Jornal do Comércio* em defesa do

⁸⁷ Projeto manuscrito apresentado ao Congresso Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil (ABL, Acervo Roquette-Pinto, P27-05-23). O projeto de tradução de viajantes foi reapresentado em 1917 ao ministro da Agricultura (ABL, Acervo Roquette-Pinto, P28-01-22). Retomaremos a análise desses projetos no próximo capítulo.

⁸⁸ Cartas de Roquette-Pinto a P. A. Reeves, 13/03/1912 e 20/06/1912 (ABL, Arquivo Roquette-Pinto, Pasta 27-5-03).

ministro da Agricultura, Pedro de Toledo. Solicitava que fossem retiradas as acusações de abandono das coleções arqueológicas publicadas contra o ministro⁸⁹. Em sua defesa, apresentava a assinatura do Regulamento de 1912 e a contratação de um Conservador em Arqueologia destinado ao cuidado dessas coleções como provas de sua colaboração e cuidado.

Como podemos perceber, em meados de 1912, Roquette-Pinto estava perfeitamente integrado às atividades do Museu. Participara de importantes congressos internacionais e nacionais, publicara trabalhos significativos, assumira as atividades administrativas da 4ª Seção e mantinha canais de diálogo com importantes atores externos à instituição. À Serra do Norte encaminhou-se não somente um pesquisador proficiente e interessado no saber acadêmico, mas também um estudioso comprometido com o projeto institucional do Museu Nacional e com o projeto de nação em curso. Além disso, era conhecedor das dificuldades envolvidas numa expedição longa e dispendiosa, fruto de sua experiência de viagem ao litoral do Rio Grande do Sul, por mais de cem dias, com poucos recursos e sem estrutura de apoio disponível.

2.2 CAMINHOS AO CORAÇÃO DO BRASIL

Roquette-Pinto iniciou sua viagem à Serra do Norte em 22 de julho de 1912 e regressou ao Rio de Janeiro em 26 de novembro de 1912. Em cerca de 120 dias em expedição, pouco mais do que o tempo despendido na pesquisa dos sambaquis do Rio Grande do Sul, ele pôde obter resultados incomparavelmente mais expressivos do que nessa primeira experiência. Com base neles, Roquette-Pinto realizou uma série de conferências na Biblioteca Nacional⁹⁰, publicou artigos⁹¹ (ROQUETTE-PINTO, 1955 [1911]), uma tese (ROQUETTE-PINTO, 1915b) e um livro (ROQUETTE-PINTO, 1917), além de inscrever no campo de pesquisa antropológica internacional os grupos indígenas por ele estudados⁹².

⁸⁹ Carta de Roquette-Pinto ao *Jornal do Comércio*, 20/06/1912 (ABL, Arquivo Roquette-Pinto, Pasta 27-5-03).

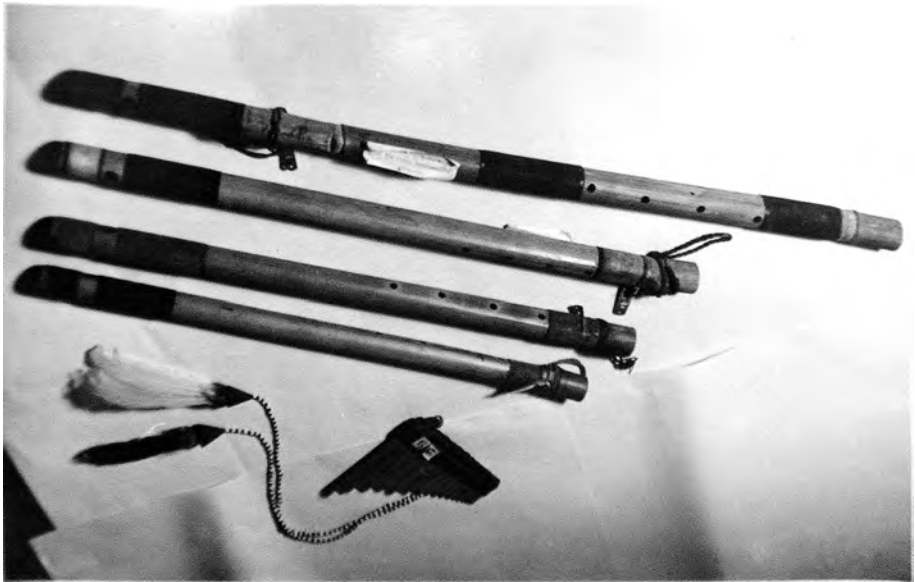
⁹⁰ Na conferência de 1916 realizada por Alípio de Miranda Ribeiro, no Museu Nacional, ele recupera as conferências de Roquette-Pinto no ano anterior e menciona os resultados por ele apresentados: existência do homem na Idade da Pedra; a localização de 20 nações indígenas, com indicação de suas subdivisões políticas, seus limites geográficos e avaliação aproximada de sua população.

⁹¹ Outro caso de estudo publicado como separado: Cf. E. Roquette-Pinto, Conferências na Bibliotheca Nacional, 15 de março de 1913 e na Sociedade Brasileira de Dermatologia (Polyclínica Geral do Rio de Janeiro), 11 de junho de 1915, sobre dermatose dos índios da Serra do Norte.

⁹² Este argumento será desenvolvido mais detalhadamente adiante.

No relatório de atividades apresentado ao Museu Nacional no ano de 1912, ele indica ter retornado à seção de Antropologia e Etnografia com “uma coleção inestimável”, composta por cerca de 2.000 espécimes etnográficos “de uma tribo completamente desconhecida até agora”, 52 fichas antropométricas acompanhadas de individuais dactiloscópicas, mais de 100 fotografias e muitos metros de filme etnográfico (ROQUETTE-PINTO, 1912b). Essa coleção estava avaliada em uma centena de contos, pelos preços correntes (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 199-200). Em suas palavras, são “documentos da vida desses selvagens, obtidos pela primeira vez atestam todo o esforço que fizemos para cumprir a tarefa que nos fora confiada e concorrer para o desenvolvimento deste departamento do Museu Nacional” (ROQUETTE-PINTO, 1912b).

Figura 9: Objetos musicais recolhidos por Roquette-Pinto em sua viagem à Serra do Norte. Foto: Edgard Roquette-Pinto



Fonte: Academia Brasileira de Letras

Figura 10: Objetos indígenas recolhidos por Roquette-Pinto em sua viagem à Serra do Norte. Foto: Edgard Roquette-Pinto



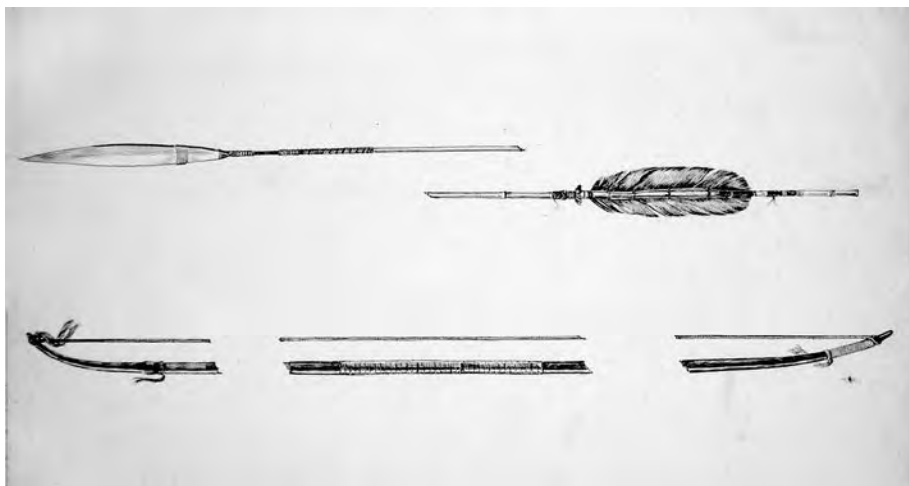
Fonte: Museu do Índio

Figura 11: Cestos dos indígenas pareci recolhidos por Roquette-Pinto em sua viagem à Serra do Norte. Foto: Edgard Roquette-Pinto



Fonte: Museu do Índio

Figura 12: Objetos da Serra do Norte recolhidos por Roquette-Pinto em sua viagem à Serra do Norte e posteriormente desenhados para registro



Fonte: Academia Brasileira de Letras

Se tais resultados foram possíveis, concorreu para isso o fato de Roquette-Pinto contar, além de sua formação em Antropologia – e, com ela, as diferentes técnicas de coleta e de produção de dados – com uma logística operacional que lhe permitiu localizar e contatar os grupos indígenas e as populações locais, também objetos de sua investigação. Esta logística, que também lhe permitiu driblar os desafios da escassez de recursos financeiros por ele apontados e vencer as dificuldades inerentes a uma viagem desse tipo (ROQUETTE-PINTO, 1912b), foi a estrutura disponibilizada ao antropólogo e à sua pesquisa pela Comissão Rondon.

A expedição que se materializou em 1912 estava planejada para acontecer em abril de 1911. Numa carta de Rondon a Roquette-Pinto, datada em 12 de março de 1911, ele responde às prováveis inquietações do viajante⁹³. Fala que a única preocupação de Roquette-Pinto deve ser com sua saúde, que estava há pouco debilitada. Recomenda-lhe que se mantenha bem e somente empreenda tão longa viagem se se sentir forte o bastante para tanto. As inquietações de Roquette-Pinto, no entanto, parecem ser de outra ordem. Versam sobre a aprovação do chefe da 4ª Seção, Domingos Sérgio Carvalho, da viagem idealizada. Rondon responde que acertará tal projeto diretamente com o ministro, assim que chegar ao Rio. Apesar dos planos e das indicações,

⁹³ Carta de Cândido Rondon a Roquette-Pinto, em 12/03/1911 (ABL, Acervo Roquette-Pinto, p. 28 01 04).

a viagem não se realizou em 1911. Roquette-Pinto somente irá à região do Vale do Juruena e à Serra do Norte em julho de 1912, quando estava em curso a 4ª expedição realizada pela Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA).

Não foi possível localizar quais motivações teria Domingos Sérgio Carvalho para contrapor-se aos projetos de Roquette-Pinto naquele momento. Pelo relatório do ano de 1914, Carvalho indica uma leitura satisfatória da iniciativa e uma excelente solução para a formação dos acervos, sendo inclusive por ele requerida que tal parceria fosse estendida a outros ministérios⁹⁴. Também sugere a Batista Lacerda que interviesse nos Ministérios da Guerra, Viação, Marinha e nas Comissões de Limites do Ministério das Relações Exteriores para que tais empreendimentos fossem por eles incorporados, e assim pudessem ampliar ainda mais o material das coleções que já vinham sendo complementadas pelas doações da Comissão.

Figura 13: Rondon distribuindo presentes aos indígenas pareci.

Foto: Luiz Thomaz Reis



Fonte: Museu do Índio

⁹⁴ Relatório de atividades, 4ª Seção, 1912 (SEMAR/Museu Nacional).

Figura 14: Rondon e o capitão Tiburcio segurando os vasos de barro encontrados na Serra do Norte. Foto: Benjamin Rondon



Fonte: Museu do Índio

Batista Lacerda foi indicado como um dos maiores incentivadores dessa parceria ainda no ano de 1905. Desde essa época, o diretor realizava campanhas solicitando aos poderes públicos que restituíssem o cargo de naturalista-viajante – criado na gestão de Ladislau Netto e extinto na República – com o objetivo de ampliar as coleções (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p. 789). Assim, em 1907, quando o Museu foi chamado a participar da Comissão com o envio de naturalistas-viajantes, seus pedidos parece terem sido atendidos.

A CLTEMTA atuou no oeste do Brasil de 1907 a 1915 e fez parte de um amplo processo de conquista e afirmação da presença do Estado brasileiro em suas fronteiras, ao mesmo tempo em que constituiu um importante mecanismo de conhecimento das riquezas e das potencialidades lá existentes⁹⁵. A bibliografia relativa à temática é unânime em referir-se à experiência anterior de trabalho de Cândido Rondon com a Comissão Construtora de Linha Telegráfica responsável pela ligação de Goiás a Mato Grosso, de 1891 a 1898, sob o comando de Antônio Ernesto Gomes Carneiro, e o período

⁹⁵ Para o primeiro aspecto, ver Souza Lima (1985, 1995) e para o segundo, Lima, Santos e Coimbra (2005) e Sá, Sá e Lima (2008). Cabe aqui destacar, tal como Lima, Santos e Coimbra (2005) já fizeram, que nesse mesmo período ocorreu uma ampliação do processo de conquista e conhecimento dos sertões brasileiros. Sobre este último aspecto, ver Lima (1999, 1998).

em que interligou Cuiabá a Corumbá, de 1900 a 1906, como os períodos nos quais Rondon pôde constituir as técnicas de atração e pacificação largamente utilizadas pela CLTEMTA durante sua existência (SOUZA LIMA, 1985; ERTHAL, 1992). Não obstante, para fins deste trabalho, interessa-me focalizar as redes de relações estabelecidas entre os integrantes da Comissão e os indígenas na região do vale do Juruena e Serra do Norte por Roquette-Pinto estudadas. Por isso, me deterei exclusivamente no período de atuação da CLTEMTA de 1907 a 1915.

Em 1907, a Comissão Rondon realizou a sua primeira expedição, com saída em Cuiabá para alcançar o rio Juruena. O plano traçado almejava estabelecer um posto avançado no Juruena e dali chegar ao rio Madeira, de onde alcançaria Santo Antônio do Madeira – ponto final da linha telegráfica. Até então, poucas notícias havia sobre o grande rio. As cartas eram imprecisas e somente o trabalho de desbravamento por terra poderia constituir os caminhos da Linha. Contando com o apoio dos seringueiros locais no fornecimento de tropas de burro, comida e hospedagem e utilizando-se das trilhas abertas pelos índios pareci, desde muito empregados nos seringais, em pouco mais de 50 dias de expedição, Rondon alcançou o Juruena (ERTHAL, 1992, p. 88), para onde retornaria somente em 1908, com a 2ª expedição, tendo por objetivo alcançar a Serra do Norte.

Foi durante a 2ª expedição que Rondon inaugurou o primeiro destacamento, na margem esquerda do rio Juruena, com 52 homens comandados pelo 2º tenente José Joaquim Teixeira da Silveira (ERTHAL, 1992, p. 108). Era seu objetivo estabelecer os primeiros destacamentos, para em seguida proceder à sedentarização dos índios pareci no entorno dos postos, aproveitando, assim, sua mão de obra para manutenção da linha, criação de gado e cultivo de plantações (ERTHAL, 1992, p. 119). Foi também durante essa expedição que os primeiros indícios da presença dos índios nambiquara começaram a ser avistados. A partir da 2ª expedição, diferentemente das outras, Rondon transitaria, pela primeira vez, por regiões desconhecidas e sabidamente em poder de índios hostis (ERTHAL, 1992, p. 89)⁹⁶.

⁹⁶ Erthal (1992), pela leitura atenta dos relatórios e dos documentos anexos produzidos pela Comissão Rondon, de 1900 a 1915, desmonta o mito dos desertos inóspitos conquistados por Rondon através da atração e pacificação dos índios, nos primeiros anos de fundação da Comissão. Segundo a autora, no período anterior à ocupação do Vale do Juruena e da Serra do Norte, “a expedição prossegue e vai encontrando um sertão bruto, de difícil domínio, mas já bastante pontuado de grandes fazendas de gado. Essas terras já têm dono, e eles não são mais os índios. Rondon não está, de maneira nenhuma, desbravando terras, nem existe uma luta aberta, deflagrada, entre índios e brancos” (ERTHAL, 1992, p. 63). Para a autora, a Comissão, nesse momento, atuou muito mais como ordenadora das relações entre os diferentes grupos sociais (incluindo-se os índios) que buscavam ocupar um espaço na fronteira entre Brasil, Paraguai e Bolívia do que como desbravadora de sertões desconhecidos e pacificação de grupos hostis (ERTHAL, 1992, p. 74).

Na 3ª expedição, realizada ao longo de 1909, Rondon almejava alcançar o Amazonas partindo do Juruena. Nessa expedição, pôde contar com a presença de Miranda de Ribeiro, naturalista do Museu Nacional, que havia se dirigido à região com Cícero Campos e Frederico Hoehne ainda no ano anterior para acompanhar os trabalhos da Comissão e, assim, acessar as reservas de espécimes desconhecidos (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p. 791). Além de Miranda de Ribeiro e Rondon, a expedição contava ainda com a presença do médico Joaquim Tanajura, do comandante de pelotão e dos tenentes Emanuel Silvestre Amarante e Antônio Pirineus, num total de 42 homens (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p. 791).

A comitiva foi dividida em três frentes. A primeira seguiria rumo ao Jaci-Paraná, pelo Norte; a segunda, pelo Amazonas até a foz do rio Madeira; e a terceira, sob comando de Rondon, iria pelo Sul através da floresta amazônica (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p. 792). Em Campos Novos, Rondon fundou mais um posto avançado, e ali deixou sob comando de Severiano Godofredo 10 homens, 40 bois de cangalha, 21 burros, 3 cavalos e provisões (ERTHAL, 1992, p. 119). O restante da comitiva seguiu em direção ao Amazonas.

Todas as perspectivas poderiam parecer a Miranda de Ribeiro favoráveis a seu empreendimento de pesquisa. Seguiria pela floresta amazônica nunca investigada em companhia de Rondon, experimentado desbravador dos sertões brasileiros e conhecedor das línguas indígenas, e ainda teria o apoio e a proteção da comitiva. No entanto, o percurso foi muito mais surpreendente do que as expectativas que teria Miranda de Ribeiro. Em poucos meses, faltaram provisões, começou o período de chuvas, os ataques dos insetos e as febres. Diante do risco que corriam, Rondon desfez-se dos animais cargueiros e, com eles, das coleções de história natural e chapas fotográficas recolhidas até ali (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p. 793).

Figura 15: Avanço da Comissão Rondon nos estados do MS, MT e RO de 1890 a 1915



Fonte: Freire (2009, p. 35)

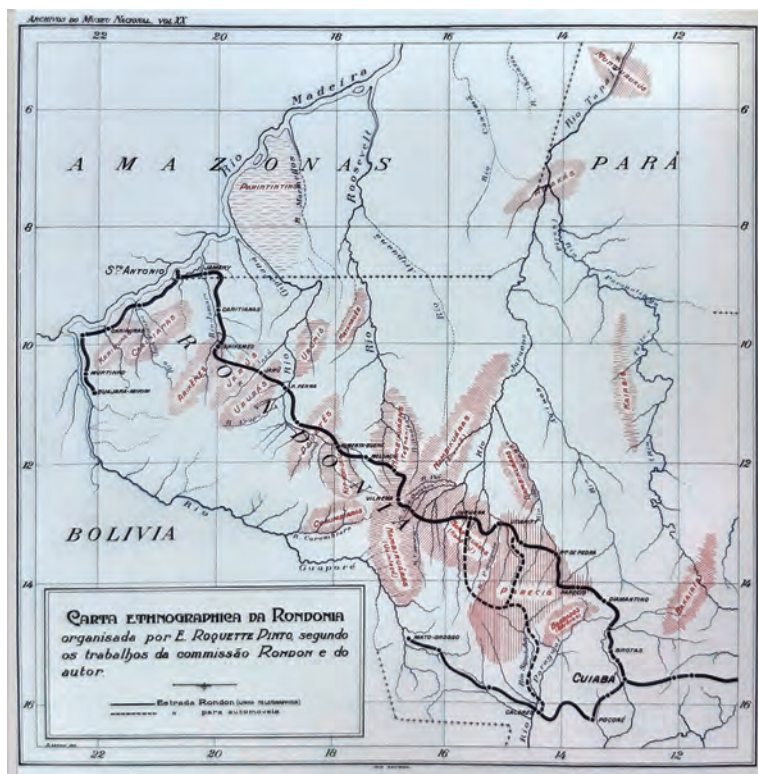
Segundo Erthal (1992), ao final dessa longa travessia que ficou conhecida como “o Grande Reconhecimento” (Figura 15), o saldo de contato com os indígenas por onde passaria a linha é insignificante. Os Pareci já eram um grupo de longa trajetória de contato com os nacionais e, por isso, não podiam ser contabilizados entre os grupos “atraídos”⁹⁷; os Nambiquara, principal ob-

⁹⁷ A autora apreende por meio de sua pesquisa o seguinte sentido para o termo “atração”: “estabelecimento de contato regular com povos indígenas hostis e arredios dentro de regras preestabelecidas” (ERTHAL, 1992, p. 144).

jeto de conquista, tiveram seu território somente atravessado e reconhecido, sem ocupações significativas. E a coluna expedicionária que chegou ao rio Pardo era composta somente por um grupo “estropiado, faminto e doente” (ERTHAL, 1992, p. 141).

Apenas em janeiro de 1910 a Comissão iniciou contatos com os índios nambiquara, atraídos ao posto de Campos Novos pela oferta de roças (ERTHAL, 1992, p. 170). Em junho do mesmo ano, presentes mais significativos, como ferramentas, começam a ser ofertados aos indígenas e, a partir daí, os contatos tornam-se cada vez mais frequentes (ERTHAL, 1992, p. 171). Os contatos com os Pareci, que até então atuavam como guias e abriam as trilhas para a Comissão, também são modificados. Seus chefes passam a ser presenteados com armas e munições e contribuem para o controle territorial da população nambiquara (ERTHAL, 1992, p. 144).

Figura 16: “Carta Ethnographica da Rondonia: organizada por E. Roquette-Pinto, segundo os trabalhos da comissão Rondon e do autor”



Fonte: Roquette-Pinto (2005, p. 31)

Na época de inserção de Roquette-Pinto, portanto, já haviam sido consolidados pela Comissão de Linhas Estratégicas os caminhos de acesso ao Vale do Juruena e à Serra do Norte⁹⁸; uma trajetória de parceria com o Museu Nacional; as estratégias de conquista e ocupação das terras situadas a oeste do Brasil e os mecanismos de gestão de suas populações. Roquette-Pinto não desconsidera essas condições, reconhece que pelas facilidades que Cândido Rondon lhe proporcionou, “pela dedicação do tenente Pyrinneus, pela boa vontade de todos os funcionarios daquela empreza sem par, pude realizar, em cerca de cinco mezes, o que exigiria mais de um anno fora de taes condições” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 200), mas explicita não ter tomado parte do empreendimento de exploração da região. Foi lá em 1912 realizar apenas o sonho “de estudioso” (p. 32). Outros há muito já tinham dado início à realização do sonho de “exploração”.

2.3 NO CORAÇÃO DO BRASIL

Roquette-Pinto inicia sua viagem à Serra do Norte em 22 de julho de 1912 pelo caminho fluvial através do rio Paraguai. Considerava ser esse o caminho mais seguro, uma vez que os Kaingang continuamente atacavam os viajantes que realizavam a travessia por São Paulo – outra opção. Pelo rio Paraguai subia até Corumbá no vapor Ladário e de lá prosseguia até alcançar Tapirapuan (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 36, 47, 61), de onde partiam as tropas de abastecimento rumo ao posto avançado de construção da Linha Telegráfica, nessa época situado a 100 léguas (p. 66). Os transportes continuavam a ser feitos em três etapas, tal como fora a ocupação inicial empreendida por Rondon entre 1907 e 1910: de Tapirapuan ao Juruena, do Juruena a Campos Novos e de Campos Novos a José Bonifácio, local onde a construção da linha telegráfica avançava rumo a Santo Antônio do Madeira, seu destino final (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 66).

A escolha pelo caminho fluvial não eximiu o viajante de todos os percalços. A segunda etapa era realizada, sobretudo, a cavalo ou a pé. O trajeto de Tapirapuan até o encontro com a expansão da Linha era permeado de ameaças. É certo que até a metade do caminho, por volta do km 50 da estrada do Juruena, o caminho era mais brando, podendo os viajantes contar com as melhores estradas carroçáveis. A travessia, a partir desse ponto

⁹⁸ No mapa com a localização dos grupos indígenas produzido por Roquette-Pinto e apresentado em seu livro é possível conhecermos o alcance do empreendimento da CLTEMTA (Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas).

até a chegada à Aldeia Queimada, é indicada como o pior trecho. Subidas íngremes em chão de areia fofa acompanhavam o viajante que não podia contar com fontes de água ou sombras (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 71). A lembrança da expedição ao Rio Grande do Sul é evocada pelo contraste com os animais presentes. Se na primeira as aves o cativaram, agora são os insetos a atormentá-lo (p. 71).

Ao chegar à Aldeia Queimada, Roquette-Pinto dá início à trajetória de contato com os Pareci. Lá, encontra o grupo Uaimaré, que se localiza no Utiariti e no Salto Timalatiá. Os dois grupos *Kozáriní* e *Kaxinilí*, do rio Verde e das cabeceiras do Júba, do Cabaçal, do Jauru e do Guaporé, também estavam na Aldeia Queimada. Segundo Roquette-Pinto, o posto dessa aldeia era, em 1912, “pelos esforços do tenente Emanuel Amarante, um grande centro parecí” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 73). Além dessa região, os Pareci viviam espalhados pelas cabeceiras dos tributários do Paraguai, do Juruena, do Guaporé, e no planalto do seu nome; “o ‘chapadão’ triste, arenoso e inhospito, é a patria parecí” (p. 80).

Figura 17: Posto do Utiariti, à margem esquerda do rio Papagaio.

Foto: José Louro



Fonte: Museu do Índio

Figura 18: Grupo de indígenas tagnani em visita ao Tenente Pirineus, em Campos Novos da Serra do Norte, Invernada do Veado Branco, MT.

Foto: Sofien Niebler



Fonte: Museu do Índio

Localizar os Nambiquara, no entanto, não seria tarefa tão rápida. Desde 1910, eles passaram a ser atraídos ao posto de Campos Novos em razão das roças (Figura 18). Mas, com a escassez de presentes e mesmo de alimentos provocada pela seca e pela grande crise de transporte, havia muitos dias antes da chegada de Roquette-Pinto que não eram vistos por lá (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 104, 106). O mesmo se deu no posto Juína e de Uáikoákorê (p. 106-107). Nessas ocasiões, eram os índios que socorriam o pessoal da Comissão fornecendo-lhes alimentos (p. 106).

Os Nambiquara somente seriam encontrados após um mês de viagem pelos sertões. Ao avistar os primeiros rastros e uma fogueira, a comitiva seguiu em sua direção. Lá encontrou um grupo e, chamando-os de amigos em língua nativa, em meio à escuridão da noite, logo os atenderam. Chegaram “correndo e gritando; uns gesticulando de mãos livres, outros de cacete em punho, mas não agressivos, outros ainda de arco e flechas enfeixados na mão

esquerda, enquanto com a direita coçavam a cabeça, sorrindo, desconfiados. Ao luar, muito leitoso, era phantastico o aspecto daquelles homens, altos, lepidos, irrequietos, animados, falando sempre, desengonçados, inteiramente nós” (p. 107). Em seguida ao encontro, a Comitiva iniciou larga distribuição de presentes que passou a ser requisitada veementemente pelos indígenas. Alguns não esperavam a distribuição, iam logo sacando o que lhes interessava (p. 107). Apesar da excitação e da ansiedade de Roquette-Pinto em encontrar os Nambiquara, a expedição seguiu viagem até o pouso no rio Primavera.

Os dois grupos, índios e integrantes da Comitiva, se conhecem e sabem se encontrar. Logo pela manhã, os Nambiquara vão ao encontro da Comitiva no pouso. Repetem às avessas o gesto da noite anterior. Agora são eles que chegam ao Primavera emitindo os mesmos gritos de chamamento. A grande surpresa parece ter existido só para o antropólogo que, naquela noite, não conseguiu dormir tomado de emoção. Em suas palavras, “dormir, naquela noite inesquecível em que a sorte me tinha feito surprehender, vivo e activo, o ‘homem da idade da pedra’ recluso no coração do Brasil, a mim, que acabava de chegar da Europa, e estava ainda com o cerebro cheio do que a terra possui de requintado, na diferenciação evolutiva da humanidade!” (p. 108).

Nesse dia, cerca de 50 indígenas nambiquara foram ao Primavera, o que Roquette-Pinto classificou como o início da “parte essencial” de seu programa de pesquisas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 109). Ali foram realizados filmes, chapas, notas, vocabulários. O autor sugere que os indígenas não se colocavam em situação de inferioridade em face dos domínios do homem de ciência. Exemplos são a citação de que um índio chegou a olhá-lo “com soberano desprezo durante alguns minutos” (p. 109) e que muitos outros recebiam a pesquisa com desconfiança. Eram ariscos e não consentiam nos exames propostos pelo antropólogo (p. 112, 115, 117, 122, 125). Outros o aceitavam com mais facilidade (p. 114).

Roquette-Pinto prossegue em sua narrativa de como ocorreu a entrada pelos sertões. Seguiu até Campos Novos, identificado por ele como o “quartel general” e “Cruz Vermelha daquelas terras”, para onde os índios nambiquara são constantemente atraídos em função da distribuição de presentes que pouco a pouco vão se tornando habituais e muito valorizados por eles (p. 111). Nesse posto, esteve sempre acompanhado por numerosos grupos provenientes de aldeias diversas (p. 112). Em Três Buritis, voltou a se deparar com o esvaziamento anterior. Mas, no pouso seguinte, Campos de 14 de Abril, conseguiu localizar um grupo com mais de 200 nambiquara, com suas mulheres e filhos. Contou para isso com o auxílio dos amigos de índios, Gastão Soares e João Lucas, telegrafista da Estação e vaqueiro, que o

acompanhavam (p. 113-114). Todos permaneceram alguns dias acampados no entorno do pouso do antropólogo. Sem dúvida, “tempo precioso” para a pesquisa (p. 113-114).

Além das mensurações antropométricas realizadas, Roquette-Pinto procedia utilizando como mecanismos de pesquisa indagações prudentes e metódicas, com questionamentos sucessivos; a apresentação do fenômeno ou do objeto (para os casos de estudos de vocabulário), e o acompanhamento sistemático das conversas nos pousos e nos ranchos (p. 80, 96, 102, 178).

O par confiança/desconfiança era apontado por Roquette-Pinto como um elemento central para a realização da pesquisa e não estava de modo algum restrito à relação pesquisador/pesquisado (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 115, 122, 125). Nos locais onde os índios mais confiavam nos integrantes da Comissão de Linhas Telegráficas (alguns deles eram indígenas) suas investigações podiam ser feitas com mais eficácia. Penso serem essas considerações resultado do que estou apontando aqui, a partir de Pacheco de Oliveira (1999), como padrões de interação conformados pelo acúmulo das experiências anteriores dos atores envolvidos nesse tipo de situação. Desses padrões, atualizados e confrontados em campo, passam a decorrer expectativas e crenças orientadoras da interação a partir daí. Para entender como tais padrões se constituíram, é preciso retornar ao início da expedição do autor à Serra do Norte e ao Vale do Juruena para segui-lo nessa elaboração.

Quando chegou à Serra do Norte, Roquette-Pinto já havia acumulado um capital razoável de informações sobre a região e suas populações. Além dos trabalhos acadêmicos realizados e fruto de análise no tópico anterior, a recuperação histórica que fez e está registrada em seu livro nos dá mostra do alcance de seus conhecimentos. As primeiras notícias por ele recuperadas datam de 1718, com as bandeiras empreendidas por Antônio Pires de Campos e por Paschoal Moreira Cabral. O primeiro, desbravador das terras do vale do Paratinga. O segundo, de Cuiabá. Com Antônio Pires, o “Reino dos Parecis” foi descoberto. Nesse período iniciou-se a ocupação da região (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 20).

Com a suspeita de existência de ouro, outros desbravadores foram para lá atraídos. Se, por um lado, deles nenhuma informação concreta pôde ser obtida, por outro, foi através dessas incursões que a ciência pôde também desbravar a região. O material produzido nesse contexto refere-se às etnografias de Taunay, Caldas, G. Pimentel e Couto de Magalhães, fontes em que somente se pode aproveitar a confirmação da existência dos Nambiquara, pois “as melhores notícias eram sumarias e, além disso, pouco firmes” para compor um quadro de referências mais amplo sobre essas populações

(ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 20). Suas principais informações foram extraídas das expedições de cunho científico.

Através da expedição Langsdorff (1825) e de seus desenhos, pôde conhecer a forma de habitação dominante na Serra do Norte. Por Amedée Moure (1862) e Martius soube dos costumes antropofágicos disseminados na região. Nos relatórios de 1848 de Pimenta Bueno, da Diretoria Geral dos Índios de Cuiabá, identificou a localização geográfica dos Nambiquara e sua estimativa demográfica. Por K. Von den Steinen (1888) soube que o grupo que ocupava a Serra do Norte vivia na Idade da Pedra. Koch Grünberg (1902) indicava que essas populações pertenciam ao grupo Tupi, do que discordou Roquette-Pinto ao fim de suas pesquisas.

Uma das informações indicadas como mais significativas para Roquette-Pinto é o uso da canoa por essas populações – informação recolhida por Maria do Carmo de Mello Rego, que a publicou nos *Arquivos do Museu Nacional*. Informações incidentais foram ainda obtidas de Chandless (1862), Barbosa Rodrigues (1875), Coudreau (1897), Clements Markham (1910) e Max Schmidt (1910) em participação com a Comissão Rondon (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 8-24).

Após o levantamento dessas informações, Roquette-Pinto reafirmou que antes das expedições da Comissão Rondon de 1907 não existiam senão vagas notícias sobre os índios da Serra do Norte, considerada à época a população indígena mais oriental do continente sul-americano (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 24). Com a Comissão, Roquette-Pinto encontraria um quadro de oposição entre os indígenas da região semelhante àquele que o seu levantamento histórico fornecia. Esse quadro sugere que havia dois grupos populacionais que se antagonizavam. Um, os Parecí, trabalhadores da Comissão e que com ela colaboram, abrem as trilhas por onde ela avança, atuam na região a partir do entorno dos postos, com o cultivo de roças e afins. O outro, frequentemente acusado de ataques à Comissão e aos Parecí, os Nambiquara.

Os Parecí, no período de Antônio Pires, são descritos por Roquette-Pinto como uma vasta população sedentarizada, em que “num dia de caminhada, atravessavam-se 10 a 12 aldeias, algumas de 30 casas, de cerca de 40 passos de largura”. Essa população vivia do cultivo da mandioca, do milho e do feijão, das frutas necessárias ao fabrico de seus vinhos e também da caça (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 20). Não eram tidos como belicosos, mas sim gentis e graciosos. Buscavam antes a defesa de seus territórios do que o ataque dos demais. Conheciam e utilizavam em sua defesa arcos, flechas e lanças. Adoravam ídolos que não podiam jamais ser observados pelas mulheres. E distinguiam-se, segundo seus caracteres antropológicos,

dos demais tipos da Serra do Norte, os Nambiquara, tidos como “antropofágicos” (p. 6-7).

Com o avançar da colonização sobre a área dos Pareci, muitos desses indígenas passaram a atuar nas fazendas de gado e nos seringais, onde, segundo Roquette-Pinto, se desmoralizavam e levavam uma existência precária (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 93). Para o autor, era através dos seringueiros que os vícios e o maus costumes eram infiltrados no meio pareci, impedindo-os de se tornarem produtores (p. 200). Os trabalhos promovidos pela Comissão, de acordo com seus registros, permitiam aos Pareci procederem como “verdadeiros sertanejos” (p. 93), que eram tidos por Roquette-Pinto como uma raça forte, cujos trabalho, abnegação e resistência teriam contribuído decididamente para a obra de conquista de Rondônia (p. 99, 201).

A leitura do autor sobre o papel do sertanejo na construção dos tipos antropológicos brasileiros aparece em “O Segredo das Uiáras” (Discurso de Recepção no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), publicado em *Seixos Rolados* (1927). Neste texto, produzido após a experiência na Serra do Norte, Roquette-Pinto aponta os caminhos da Antropologia e da Etnografia no Brasil, além dos caminhos para a própria nação brasileira.

O que nos falta – diz o autor – “é conhecer o que se tem descoberto e conquistado. Abra-se o melhor mappa do Brasil; por pouco que se tenha andado pelas terras do colosso, ver-se-á quantas cousas faltam na carta para que ella possa orientar um naturalista, um industrial, um comerciante ou um estadista”. A sua sugestão é a construção de “uma patria forte pela união perfeita das suas partes autonomas e pelo desenvolvimento particular de cada uma” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 85).

Os diferentes costumes e línguas não são motivos para separação, pois poderão ser solidificados pelas “mesmas tradições, agasalhadas na alma coletiva. Os Estados Unidos do Brasil não serão inseparaveis se houver gente muito diversa em cada um, costumes diversos e línguas diferentes; hão de ficar sempre irmanados si a sua união fôr cimentada pelas mesmas tradições, agasalhadas na alma colettiva” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 87-88).

Neste sentido, o papel do sertanejo é valorizado, pois “deveria ter sido chamado para ligar esses grupos de que falei, promovendo o equilíbrio; no futuro seria o mediador salutar”. Numa crítica a Euclides da Cunha, Roquette-Pinto afirma que “andam longe da verdade os que pensam que elle vale menos porque tem na pelle a marca do sol do Brasil. Reconhecendo embora que o

Sertanejo é um forte e um bravo, Euclides da Cunha chamou-o ‘o homem mais inútil de nossa terra’” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 91). Percebe-se, pois, que, ao aproximar os Pareci de “verdadeiros sertanejos”, Roquette-Pinto estava estabelecendo uma hierarquia entre os índios, afastando-os dos Nambiquara, compreendidos como “índios primitivos”.

Esses Nambiquara são vistos como os que respondem pelos ataques sucessivos e que se contrapõem ao avanço da Comissão. A história de entrada da Comissão na Serra do Norte, narrada por Roquette-Pinto, é a história desses conflitos e ataques sucessivos. A cada investida da Comissão em seu território, os índios nambiquara revidam com novos ataques, que se estendem do período do “Grande Reconhecimento” (1907-1909) à chegada de Roquette-Pinto, em 1912, e prosseguem após sua saída. Até mesmo Rondon não escapou desses ataques. Para que tal fato não se perdesse nos labirintos do esquecimento, a flecha que o atingiu foi incorporada ao acervo do Museu Nacional (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 27-28). O ataque a Rondon não foi o único, tampouco o primeiro. A “belicosidade” nambiquara é apontada por Roquette-Pinto como uma das razões para a saída dos garimpeiros da região no século XVIII.

Pacheco de Oliveira (1988), ao analisar as relações entre o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e o grupo indígena Ticuna, da região do Alto Solimões – Amazonas, enfoca a “dominação como um processo social”. Sugere o autor que “as implicações de uma situação colonial sobre os grupos nativos não se esgotam em descrições e análises de caráter polarizado e simplificador”. Além disso, é necessário desenvolver uma “teoria sobre os fundamentos internos da dominação”, percebendo a “forte e íntima articulação que criam entre si as instituições nativas e as instituições coloniais” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1988, p. 10). No caso das relações entre Roquette-Pinto e os Nambiquara, se é difícil recuperar como o sistema nativo atribui significação simbólica às instituições coloniais, o relato publicado na obra *Rondônia* fornece elementos para perceber algumas estratégias indígenas.

Para conter a ocupação de seus territórios, tanto pelos membros da Comissão quanto pelos fazendeiros, seringueiros e outros índios, os Nambiquara desenvolveram táticas variadas e devidamente inventariadas por Roquette-Pinto. Construíram suas aldeias sobre pequenas colinas e longe de cursos de água. Assim, conseguiam observar e melhor dominar o território vizinho com o qual travavam lutas constantes (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 153). A escolha dos terrenos para a construção das aldeias também era direcionada. Elas eram erguidas em meio aos serrados, onde há mais elementos de proteção e suas palhoças facilmente se confundiriam com a vegetação (p. 154).

Figura 19: Sicé Nambiquara. Foto: Edgard Roquette-Pinto



Fonte: Museu do Índio

Os grupos considerados “hostis” também são inventariados. Os que ocupam as margens do Juína, do Juruena e do Guaporé são indicados por Roquette-Pinto como os responsáveis pelos ataques a Rondon, ao tenente Nicolau Barbosa, aos soldados Rozendo e Gouveia e como os incendiários do posto no rio Buriti (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 192).

Essas informações me levam a considerar que os ataques não eram de modo algum desordenados ou destituídos de propósitos. Os índios nambiquara nesses anos de enfrentamento e avanço sobre seus territórios conseguiram ordenar táticas de confronto e identificar seus oponentes, apesar dos mecanismos desenvolvidos por estes para conquistar a sua confiança. Aqui me refiro especialmente às técnicas de pacificação e atração descritas por Ribeiro (1958, 1962) e Erthal (1992).

Dessas técnicas, os presentes figuravam como instrumentos essenciais de negociação e apaziguamento de conflitos. Deles se utilizavam todos os ato-

res acima descritos. Rondon, os empregados da Comissão, o antropólogo e os indígenas a eles recorreram em situações distintas e de modos variados. Há de ser feita a devida distinção entre os bens ofertados e seus circuitos de troca. Os machados de ferro e os fósforos eram os presentes preferidos dos índios, os empregados da Comissão mostravam-se bastante satisfeitos com as ofertas de alimentos, em alguns momentos única fonte de que dispunham (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 30), e o antropólogo, com os alimentos e, especialmente, com os objetos etnográficos (p. 68, 106).

As cargas de materiais trocados eram enormes. Somente da expedição em que Roquette-Pinto participou, 15 bois levavam gêneros e brindes para os indígenas. Constavam nesses volumes “facas, machados, linhas, contas, pedras de vidro, e algumas centenas de caixas de phosphoros”, cigarros enrolados em papel jornal, envoltório preferido dos índios (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 68). Em seu regresso, Roquette-Pinto trouxe 1,5 t de materiais para o Museu Nacional. Outra moeda de troca utilizada pelo antropólogo foram os seus conhecimentos médicos. Eles eram empregados para angariar a confiança dos índios e receber deles as informações necessárias à pesquisa (p. 107).

Os presentes pareciam ser a grande motivação do comparecimento dos indígenas aos postos da Comissão. Roquette-Pinto frequentemente se refere à falta deles como principal motivo para o esvaziamento dos postos quando da sua chegada (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 106). Conforme indica Appadurai, os fluxos de trocas de “presentes vinculam coisas a pessoas e inserem o fluxo de coisas no fluxo de relações sociais” (APPADURAI, 2008 [1988], p. 25). Essa tática de atração foi um dos meios de que se apropriou o antropólogo para que os indígenas participassem dos exames e das mensurações antropológicas. O período de oferta de alimentos nos postos coincidia com os momentos em que os índios se mostravam mais “dóceis” aos exames, como em Campos Novos e Buritis (p. 114)⁹⁹.

⁹⁹ A recusa dos indígenas era acatada pelo antropólogo. Registrava, nos lugares em que os índios não consentiam com os exames, não ter obtido dados suficientes para a elaboração de conclusões mais seguras (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 117, 122, 125).

Figura 20: Indígenas nambiquara com artefatos indígenas no Núcleo Indígena Utiariti. Foto: Major Luiz Thomaz Reis



Fonte: Museu do Índio

Figura 21: Indígena nambiquara, chamado Nenê do Zuiu-iná (rio Juína), em peregrinação pelos campos. Foto: José Louro



Fonte: Museu do Índio

Figura 22: Indígena nambiquara. Foto: José Louro



Fonte: Museu do Índio

Apesar do quadro constante de confrontos, Roquette-Pinto ressalva que esses eram circunscritos, resultado “de imprudência, ousadias ou mesmo do excesso de confiança por parte dos nossos”, fatos locais e pessoais que em nada afetam o equilíbrio geral da situação (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 30). Os conflitos por certo não inviabilizavam a atuação da Comissão. Em 1912, a Aldeia Queimada (denominação que remete à origem de sua fundação) era um grande centro pareci (p. 73). Nessa mesma época, Campos Novos já constava como um centro de atração nambiquara – onde iam buscar brindes e presentes a que se habituaram (p. 111).

Transformações, sem dúvida, foram postas em curso com a entrada da Comissão e do antropólogo no cenário de disputas locais. A região como um todo vinha sofrendo alterações desde antes da atuação da CLTEMTA. Com a sua entrada, ao pacificar os sertões e abrir estradas, o que a Comissão realizou foi, além de estender o fio telegráfico, potencializar a valorização das terras que iam se convertendo em áreas produtivas. Desde o período do “Grande Reconhecimento” a Comissão havia dado início às primeiras ocupações. Suas entradas eram acompanhadas por grandes queimadas que abriam os pastos para os bois e evitavam a conformação de espaços em que os índios pudessem esconder-se nas próximas investidas, numa tentativa de dificultar suas táticas de combate.

Essas transformações não passaram despercebidas a Roquette-Pinto: ele notou que na área Guató, anteriormente estudada por Schmidt em companhia da Comissão e tida como uma região importante, de valentes canoeiros, restou apenas Joaquim, um guató cego cuidado por sua mulher, morador de uma figueira (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 52). Ele observou a expansão, entre Corumbá e Cáceres, das usinas da Companhia Cibilib, produtoras de extrato de carne e detentora de grandes manadas de boi Cibilib. Esses animais, ariscos e somente abatidos com tiros de espingarda, tiveram seus pastos aumentados significativamente após as entradas da Comissão Rondon (p. 56). Sobre os seringueiros e os desdobramentos de suas ações para as populações indígenas, já citamos as considerações de Roquette-Pinto de que eram os responsáveis pela introdução de “vícios e maus costumes”.

As transformações se davam também em campos muito distintos das relações de trabalho e domínios territoriais. O uso do escudo venatório, feito de folhagens, ao lado dos fuzis modernos de repetição fornecidos aos Pareci pela Comissão Rondon, indica os limites da credulidade depositada pelos índios na civilização (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 82). A recorrência à antiga troca de nomes, para despistar a doença, continuava a ser utilizada pelos Pareci mesmo quando submetidos aos cuidados da Ciência Médica¹⁰⁰. A combinação de matérias-primas dos dois mundos que se encontram, a junção do ferro e dos trilhos encontrados ao acaso com os elementos tradicionais, ou ainda a cópia nativa de peças do homem branco por eles desejadas¹⁰¹ (p. 187) indicam a Roquette-Pinto tentativas de conciliação desses mundos promovidas pelos indígenas.

¹⁰⁰ Ficha Datiloscópica, Acervo Antropologia Física do Museu Nacional, AFT.8.2.004, doc 43.

¹⁰¹ Notadamente do chapéu.

No entanto, não podemos nos deixar conduzir somente pelos esforços de conciliação fomentados pelos indígenas. Havia muitos aspectos sobre os quais eles não detinham o mínimo controle e cuja realização cotidiana era fortemente cerceada. Quando da chegada de Roquette-Pinto, pouco restava da teogonia dos Pareci (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 93). A poligamia já havia sido abandonada desde a expedição de Von den Steinen (p. 92). A agricultura é outro dos muitos aspectos dos quais os indígenas não tiveram como se esquivar. Nesse período, tanto os Nambiquara quanto os Pareci não somente dominavam as suas técnicas, como também eram exímios agricultores (p. 169).

A inserção dos membros da Comitiva e do próprio Roquette-Pinto nesse quadro de disputas e jogos de afirmação identitária não deixava de ser registrada. Começarei explorando a distinção e o prestígio com que eram recebidos o antropólogo e os membros da Comissão Rondon pelos indígenas.

Mostrar o rosto pintado em vermelho era sinal de especial simpatia entre os índios nambiquara-tagnani e foi assim que Roquette-Pinto e a Comissão foram recebidos em Três Buritis (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 167). Ainda nessa aldeia, os Tagnani e os Tautê (outro grupo que compõe os Nambiquara) ofereceram-lhes uma dança festiva em que todos tomaram parte (p. 172). Mas não só com rituais festivos o grupo era recebido. Nas proximidades do rio Formiga, com hospitalidade desmesurada, foram acolhidos e logo ajudados a desarrear os animais, oferecendo-lhes cigarros, hidromel¹⁰², enquanto as mulheres puseram-se a fazer bolos de polvilho (p. 193).

Nas descrições de Roquette-Pinto, tanto as gentilezas quanto os conflitos não eram eventos esporádicos. Os relatos sugerem que relações de amizade e confiança foram estabelecidas ao longo dos anos de ocupação. Entre os Nambiquara, Roquette-Pinto faz menção a Nuléke e Krikricêknerá como dois amigos de que Pirynneus certamente dispunha na Serra do Norte (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 192). Entre os Pareci, Libanio Koluizôrôcê é apresentado como homem de confiança de Rondon (p. 197).

Essas relações em parte decorrem dos benefícios materiais de que dispunham Roquette-Pinto e os demais membros da Comissão. Por outro lado, a proteção e o incentivo às práticas culturais podem ser lidos como um dos elementos de construção de identificação entre esses dois grupos em oposição ao realizado pelos seringueiros e fazendeiros. Foi Amarante, tenente da Comissão, que conduziu o levantamento da Aldeia Queimada, para onde foram atraídos vários grupos pareci (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 73). Rondon, para produzir seus relatórios, em muito teve que investir no conhecimento

¹⁰² O hidromel consiste numa mistura de água e mel, largamente utilizada pelos índios da região.

do vocabulário pareci e em longas conversas com esses indígenas (p. 80). A pedido de Roquette-Pinto, Luiz Cintra, índio pareci, promoveu um grande Kaulonená, onde se celebrou a morte de um veado, bebendo olonití. Assim, pôde Roquette-Pinto gravar no fonógrafo a música das principais cantigas pareci, “Ualalôcê, Teirú, Ce-iritá etc. (Phonogrammas nº 14.594 e 14.595)” (p. 83). Eram acontecimentos que marcavam a vida indígena e faziam com que eles se sentissem reconhecidos e acolhidos.

Ao fim do percurso físico e narrativo de Roquette-Pinto a Rondônia, a associação com a Comissão Rondon se deu de modo irredutível. A política intervencionista elaborada por Roquette-Pinto indica sua estreita vinculação com as propostas rondonianas de *proteção tutelar*. *A priori*, é preciso registrar que, do conjunto das populações indígenas, Roquette-Pinto identificava dois grandes grupos, não distinguíveis necessariamente, entre Nambiquara e Pareci. Tal como idealizado por Rondon¹⁰³, os indígenas que haviam sido “assimilados” pela “cultura brasileira do interior”, que trabalhavam, produziam e desejavam aprender, “não eram mais índios” (p. 200). O segundo grupo corresponde aos índios “infiltrados de maus costumes pelos seringueiros viciosos”, são “vadios” não podem ser contados “como produtores” (p. 200). É o caso de deixá-los viver, acatando o ônus de sua manutenção como a sociedade acata os custos dos loucos, das crianças e dos enfermos (p. 200). Deve-se “proteger” sem “dirigir, nem aproveitar” (p. 201). Tal responsabilidade sobre o segundo grupo advém da “grande dívida” contraída pela invasão dos seus territórios. Em termos radicais, Roquette-Pinto aponta suas distinções: “índio é índio; brasileiro é brasileiro” e não se deve buscar transformar os índios em cidadãos (p. 201).

¹⁰³ Lima (2002, p. 12) igualmente aponta as aproximações entre essas proposições de Roquette-Pinto e os domínios da proteção tutelar tal como pensada por Rondon.

Figura 23: Indígena nambiquara. Foto: José Louro



Fonte: Museu do Índio

Figura 24: Estação telegráfica de Juruena, à margem do rio com o mesmo nome. Foto: José Louro



Fonte: Museu do Índio

2.4 “MONUMENTO DE BRASILIDADE”

O documento de maior visibilidade de que dispomos para estudo da expedição de Roquette-Pinto à Serra do Norte e ao Vale do Juruena é o seu livro *Rondônia*. Como já foi dito, é um livro-monumento, “monumento de brasilidade” (LIMA; SANTOS; COIMBRA, 2005, p. 37). Equiparável, em sua descoberta do Brasil, à obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (LIMA; SANTOS; COIMBRA, 2005, p. 37; VENÂNCIO FILHO, 2008, p.15). Diria que, para a constituição do imaginário sobre aquelas terras, no coração do Brasil, e as pessoas que nela habitam, ele em muito precede o alcance de *Tristes Trópicos*, de Lévi-Strauss (CASTRO FARIA, 1998, p. 155).

Rondônia, ao ser publicado no volume XX da revista *Arquivos do Museu*, em 1917, trilhou os caminhos que os outros volumes daquela revista já seguiam. Foi enviado à Polinésia, à Rússia, à China e também à França, à Alemanha, à Grã-Bretanha e aos outros 40 países, além do Brasil, para os quais os volumes eram remetidos a cada edição. Se esse circuito de distribuição da revista,

iniciado em 1876 com o 1º volume, já antecipava aos seus destinatários que notícias sobre as coisas do Brasil, dentre uma variada pauta, seriam informadas, naquele volume uma surpresa os aguardava: pela primeira vez “um caderno de viagem” (ROQUETTE-PINTO, 1917, p. 200), com todo o sabor da novidade, era nela publicado.

Até então, o mais próximo que havia sido publicado na revista foram os relatórios de excursões de Ule (ULE, E., 1895) e o de Hemmendorff e Moreira (HEMMENDORFF, E.; MOREIRA, C., 1903) à Serra do Itatiaia e à Serra da Mantiqueira, respectivamente. No entanto, tratava-se, nesses casos, de relatórios técnicos, informativos das pesquisas realizadas. Dada essa finalidade, caracterizam-se pelo pequeno número de páginas (o primeiro com 38 e o segundo com nove) e observações específicas, quase exclusivamente sobre os trabalhos realizados.

Rondônia, por sua vez, recobre-se com descrições retóricas, muitas imagens (são 102 distribuídas ao longo de 252 páginas), um mapa com a indicação do trajeto da Comissão, vocabulários e músicas (há em suas páginas a transcrição dos 12 fonogramas gravados pelo autor durante a expedição). Entremeado com esses elementos, constam o cotidiano da expedição (seus diários de campo lá foram parcialmente transcritos), as análises científicas com o que de mais moderno havia na ciência antropológica de seu tempo, além de uma profunda investigação sobre a viabilidade do Brasil com as gentes que ocupavam aquelas terras.

Provavelmente, a síntese mais justa ao alcance e ao significado de *Rondônia* foi a realizada por Castro Faria e, por isso, transcrevo-a:

Com a publicação de *Rondônia*, em 1917, Roquette-Pinto fincava um novo marco, ao mesmo tempo sólido e belo, o caminho que deveria ser erguido por aqueles que no Brasil se voltassem para o problema do índio. Esse marco separa duas épocas. De um lado, ficaram os historiadores com as suas listas de nomes tribais, os tupinólogos com as suas etimologias, os indianistas românticos e os eruditos insensíveis; do outro, os que souberam conhecer e compreender o índio, os que foram capazes de estimá-lo.

Rondônia assinala de um modo brilhante uma mudança radical de atitudes, do administrador, do homem de estudo, do pesquisador e do erudito brasileiro, em relação ao índio, e para a etnologia brasileira o seu significado foi indiscutivelmente maior

que o de qualquer outra obra de autor estrangeiro, só tardiamente e em âmbito bem mais restrito vulgarizada entre nós (CASTRO FARIA, 1998, p. 155).

Esse monumento que é *Rondônia* conta com sete edições, sendo a primeira publicada em 1917 pela revista *Arquivos do Museu*, e a última, em 2005, em parceria da Fiocruz com a Academia Brasileira de Letras. Em 1954, foi publicada uma versão em língua alemã. A partir da terceira edição, de 1935, elas passaram a ser acrescidas de anotações de diferentes especialistas (MATHEUS, 1984, p. 64).

A obra é constituída de dez partes. Na primeira, conta com um levantamento histórico e comentários acerca dos relatos produzidos por viajantes, naturalistas e cronistas que percorreram a região anteriormente. Roquette-Pinto apresenta esses relatos como testemunho de uma realidade fadada a desaparecer. Na segunda, são os avanços e a importância da comitiva que são explanados. Na terceira, as condições de viagem e de comunicação entre as regiões são abordadas.

Na quarta, a travessia terrestre entre São Luiz de Cáceres até Tapirapuan em Mato Grosso e a bagagem transportada, com destaque para os presentes destinados aos Nambiquara. Na quinta, os dados antropométricos e etnográficos dos índios pareci são apresentados, sobressaindo a sua integração com os brancos desde o século XVIII.

Na sexta, é a vida sertaneja que é desenhada. A sétima, oitava e nona partes mostram os Nambiquara como testemunho do mais primitivo grupo humano. E, por fim, a décima parte propõe uma síntese dos resultados obtidos com a expedição. São muitas as informações nela contidas. Como nos avisa o próprio autor:

reconheço que são, aparentemente, ociosos alguns detalhes desta narração, que, afinal, nada apresenta de maravilhoso. Todavia, escrevo para documentar e divulgar. Escrevo para archivar e servir. Ha minucias aborrecidas para quem toma de um livro afim de se recrear, ou para quem procura apenas uma nota. O mesmo leitor, em outras circunstancias, daria uma fortuna para conhecer essas pequenas cousas. A mais corriqueira informação póde servir a outrem de um modo indizível. Vale pela experiência que encerra, trabalho que poupa, tranquillidade que proporciona, habilitando outro

transeunte a prever uma série de condições. Tive a felicidade de achar um guia experimentado, já o disse; outros não a terão. Que aproveitem as informações aqui registradas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 63).

Além dessa dimensão informativa do livro, que poderíamos classificar quase como um manual de viagem destinado a outros expedicionários, Roquette-Pinto a todo tempo imprime em sua narrativa uma caracterização realística, referindo-se ao processo de elaboração do texto como de transcrição do seu caderno de viagem (ROQUETTE-PINTO, 1917, p. 33, 200).

CAPÍTULO III

DOMESTICANDO A VIAGEM

3.1 OBJETOS EM FOCO

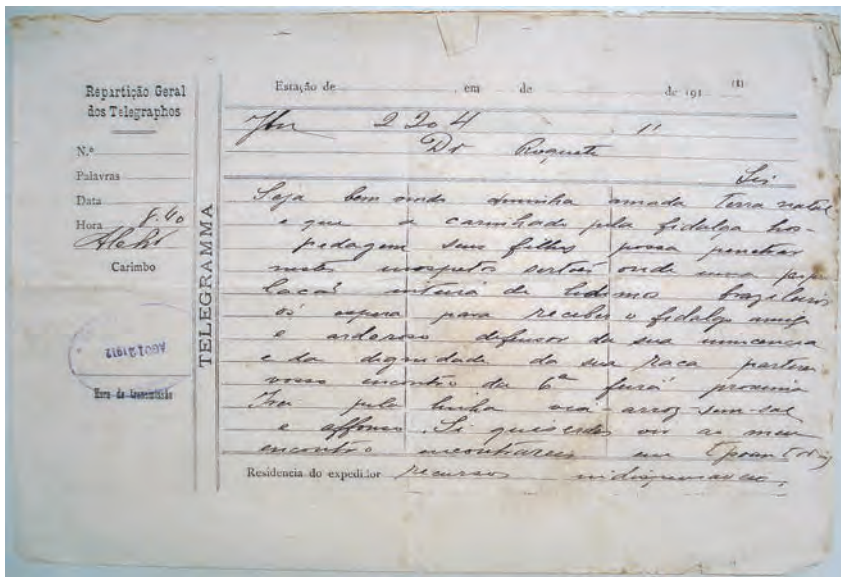
No capítulo anterior, dentre outros aspectos da expedição à Serra do Norte, destaquei o volume de objetos levados e trazidos por Roquette-Pinto. Como mencionado, sua bagagem de ida teve que ser transportada em 15 bois cargueiros e seu espólio contabilizava 1,5 tonelada de objetos, avaliados em uma centena de contos. Na intermediação dessa e de muitas outras trocas, o papel da Comissão Rondon foi fundamental. Desde 1907, ano de fundação da CLTEMTA, ao Museu Nacional era destinado todo o material de História Natural, Arqueologia e Etnografia por ela recolhido.

Figura 25: Telegrama de Rondon a Roquette-Pinto informando o envio de objetos para o Museu Nacional



Fonte: Academia Brasileira de Letras

Figura 26: Telegrama em 12 de agosto de 1912 de Rondon a Roquette-Pinto disponibilizando o tenente Amarante para intermediar os contatos com o antropólogo e os indígenas



Fonte: Academia Brasileira de Letras

Em contrapartida, o Museu oferecia a Rondon e à Comissão a legitimidade científica aos seus empreendimentos civilizatórios. Essa legitimidade era obtida por meio de diferentes mecanismos institucionais. Em 1909, por exemplo, Roquette-Pinto propôs associar Rondon ao Museu Nacional na qualidade de membro correspondente pelos serviços prestados à pátria e à humanidade (MUSEU NACIONAL, 1910, p. 98). No ano seguinte, não apenas o trabalho desempenhado por Rondon foi legitimado, mas também o Museu Nacional passou a legitimar o trabalho desenvolvido pela Comissão, tendo assim se pronunciado no relatório enviado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC): “em moção de apoio ao estabelecimento do SPILNT a congregação do Museu Nacional dá ao processo de civilização proposto por Rondon o seu aval, considerando-o ‘rigorosamente científico’” (MUSEU NACIONAL. Relatório Geral apresentado ao MAIC, 1910).

Em 1915, o MN tornou a manifestar seu apoio público à Comissão. Nesse ano, Bruno Lobo propôs a realização de diversas conferências em homenagem a Rondon. A partir daí, iniciou-se o inventário dos materiais recebidos pelo MN através da Comissão (MUSEU NACIONAL, Atas 1911-1938, p. 45)

e, por meio desse levantamento, foi possível aos palestrantes demonstrarem o vertiginoso ganho científico que o MN teve com essa mútua colaboração.

Figura 27: Livro de Tombo do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional

ENTRADA			
DATA	Natureza do objecto	PROCEDENCIA	Observações
1911 Jan.º 13	1 Medalha de bronze, da Exposição Universal de 1889 - Conferida ao Museu Nacional		Entregue por Diretor de seu m. idem
" " 13	1 Medalha de bronze, da Exposição Universal de 1889 -		Idem idem
" " 16	1 Medalha de bronze da Exposição Internacional de Apparelhos a Vapor de 1905. no dia de Jan.º		Off. por Diretor de seu m. idem
" Feb.º 3	1 Caixa de metal dourado, contendo documentos relativos a invenção das obras de arte e do Museu, em 9 de Novembro de 1909	Secretaria do Museu Nacional	
<u>Collecção "Rondon"</u>			
1911 Janeiro 23	1 Cabaça com fôrma, dos índios Chambeuaras (Viz. já entrada na coll. Heráclito Ribeiro - Com. Rondon)	Off. pela Com. Expedição de Etnografia do Museu Nacional	
	18 Arco das índias da Serra do Norte - 18.870 - Com. Rondon - Sr. Lopes de Albuquerque (1907 a 1910)	Idem	
	22 Arco das índias da Serra do Norte - Chambeuaras, 14.790 - Com. Rondon - Sr. Lopes de Albuquerque - (1905 a 1908)	Idem	
	10 Arco das índias da Serra do Norte (Chambeuaras) 24.870 - Com. Rondon - Sr. Lopes de Albuquerque - (2007 a 2010)	Idem	
	11 Arco das índias da Serra do Norte - 27.670 - Com. Rondon - Sr. Lopes de Albuquerque - 2017 a 2027	Idem	

Fonte: Museu Nacional

Figura 28: Livro de Tombo do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional

ENTRADA			
DATA	Natureza do objecto	PROGENCIA	Observações
1912 Setembro 16	2 C. Arcaez, sendo um de osso e um de madeira com pedras nas duas extremidades. 2 C. Arcaez, sendo 4 em pedras, 2 de osso, 3 com pedras de madeira e 1 com pedras de osso.	Rio Graude do Sul	Off. pelo Dr. Cláudio Rodolpho de Aguiar, do Museu Nacional.
1912 Outubro 16	1 Caixa contendo 10 medalhas de bronze, com a effigie de fotos de presidentes da Republica de 1889 a 1910.	Adquiridas por compra ao Sr. Getulio Van Erum, antigo do seu Nacional pela Directoria do Museu.	Remetidas a Secção pelo Sr. seu Nacional.
1912 Outubro 16	1 Caixa contendo 1 medalha com a effigie do Pr. do Rio Branco Amath das Colónias Expositoras.	Adquirida por compra ao Sr. Getulio Van Erum, antigo Director do Museu.	Remetidas a Secção pelo Sr. seu Nacional.
1912 Outubro 18	4 Fotografias e 3 chibis dos indios Carais.	—	Off. pelo Sr. Aguiar do Museu Nacional.
1912 Outubro 18	5 fotografias photographicas de fazendas de Abatuburu, cercadas pelo Sr. Blyer.	—	Off. pelo Sr. Aguiar do Museu Nacional.
1913 Janeiro 8	1913 Collecção Rodoni. Expedição do Dr. Roguette Costa a Mato Grosso, com 2, 156 objectos - dos nºs 11, 177 a 1833.	Mato Grosso - Indios - Guarani Paricis.	—
1913 Janeiro 8	1 Chimpanzé morto 1 Cranio do mesmo animal. Cabo Chimpanzé Tribulhara no P. Theat. e Chama-se Rince Joseph 1.	Rio de Janeiro - Emp. do Palace Theatre -	Off. pelo Sr. Aguiar do Museu Nacional.

Fonte: Museu Nacional

Alípio de Miranda, na ocasião de sua conferência, após realizar uma longa digressão em que aponta os ganhos científicos obtidos pelo Museu Nacional (aumento significativo das coleções, com incremento de espécimes desconhecidos e abertura de espaços ainda não explorados), assim resume a contribuição de Rondon ao Museu:

Rondon não é só homem bom e puro voltado ao bem da Patria e que se elevou no conceito dos homens de sciencia pela maneira sábia com que desdobrou os seus serviços scientificos; Rondon é uma bandeira!

Fazendo sciencias naturaes elle enriqueceu a sciencia nacional, o Museu Nacional e, além d'isso, nos forneceu os elementos indiscutíveis para provar que o Brasil tem homens capazes e competentes e que o Museu só não tem correspondido á expectativa geral porque os governos não lhe tem sabido dar a conveniente orientação.

E assim, Rondon é ainda um benemerito para esta casa por tel-a defendido (RIBEIRO, 1945, p. 60).

Além do *status* científico da Comissão e da proteção dada ao Museu Nacional por Cândido Rondon, foi destacada, pelas moções propostas pelo MN, a bravura pelo qual ficou conhecido o empreendimento levado a cabo pelo Marechal¹⁰⁴. Em 1911, na ocasião em que três funcionários da Comissão foram flechados (Nicolau Bueno Barbosa, Tito de Barros e Dr. Santos), a Congregação emitiu uma nota de felicitação pelo seu restabelecimento (MUSEU NACIONAL, Atas 1911-1938, p. 154, 155).

A despeito do tempo e da intensidade da parceria estabelecida entre o Museu Nacional e a Comissão Rondon, os materiais etnográficos provenientes da região da Serra do Norte e do Vale do Juruena somente seriam recepcionados no Museu em 30 de junho de 1910 (LIVRO DE TOMBO, Setor de Etnologia). Nessa data, deu entrada na 4ª Seção a coleção etnográfica trazida por Alípio de Miranda que, como foi dito, havia acompanhado, em 1909, a 3ª Expedição da CLTEMTA conhecida como o “Grande Reconhecimento”. Além desta, foram recepcionadas, antes da expedição de Roquette-Pinto, duas remessas de materiais. Uma ofertada pela Comissão Rondon, em 23/01/1911, e outra pelo tenente Pyrinneus, em 14/04/1912.

¹⁰⁴ Souza Lima chega a apontar que o símbolo em que Rondon foi convertido contou com a participação do Museu Nacional (SOUZA LIMA, 1985, p. 310).

Os materiais trazidos por Alípio de Miranda, devido às dificuldades enfrentadas ao longo do percurso, já descritas no capítulo 2, compunham uma pequena coleção de 49 objetos. Destes, um terço era proveniente dos Urupá e, os demais, dos Nambiquara identificados pela localização Gi-Paraná. A coleção Nambiquara era composta por elementos que estariam presentes em todas as outras coleções, como flechas, arcos, machados, cabaças, cuias, abanos, matérias-primas (breu, plantas) e, por uma singularidade alimentar, uma cabeça moqueada de tamanduá-bandeira (LIVRO DE TOMBO, Etnologia, registro 1934). Este era o único exemplar inventariado e foi destacado por Roquette-Pinto em seu livro *Rondônia* (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 186).

A segunda coleção remetida pela Comissão Rondon caracterizava-se de modo um pouco distinto da formada por Alípio de Miranda. Era composta por 306 objetos que, em linhas gerais, podem ser subdivididos nos seguintes grupos: objetos de combate (flechas, machados e arcos), objetos de adorno (colares, pulseiras, braceletes, penas), objetos musicais (ocarina e flauta), itens de consumo (fumo e cigarros); objetos referidos às técnicas (tecer, cerâmica, agricultura – com exemplares de matérias-primas e sementes), e objetos técnicos (raspador, serra, bastões de fazer fogo).

A distinção da segunda coleção em relação à primeira e à terceira reside em três aspectos. O primeiro diz respeito à proporcionalidade entre os materiais recolhidos. Do seu total, dois terços eram formados por objetos de combate. São 210 flechas, 5 machados, 13 arcos e 1 instrumento de fabricação de arcos e flechas. Os demais 71 objetos dividem-se entre os subconjuntos citados anteriormente. O segundo elemento de distinção em relação à primeira e à terceira coleção se refere à quantidade de pessoas envolvidas em sua formação e ao espaçamento temporal na coleta dos objetos. Nela atuou majoritariamente Severiano Godofredo de Albuquerque com recolhimento de objetos no período de 1907 a 1910, algumas peças foram recolhidas pelo Tenente Paes de Andrade e por Miranda Ribeiro¹⁰⁵ no ano de 1909; e, em 1910, há registros de recolhimentos realizados por Francisco Lemos e Esmeraldo de Albuquerque.

E, por fim, à composição étnica da coleção. Dela participavam objetos provenientes dos Carapiúna e Paratinim (rio Madeira), Caribi (Mato Grosso), Urapá (Gi-Paraná), Cabial (Guaporé), Uaimaré, Guajajara, Caziniti. Dos objetos provenientes dos indígenas da Serra do Norte um fato é curioso. Apenas um deles é de procedência pareci – apesar do longo tempo de contato e colaboração estabelecidos entre esse grupo e a Comissão Rondon e, por

¹⁰⁵ Como já mencionado, parte do material recolhido por Alípio de Miranda teve que ser abandonado ao longo do caminho. É provável que os materiais remetidos pela Comissão em 1911 sejam objetos deixados nos postos durante sua estada naquele ano, no total de quatro objetos.

isso, das prováveis facilidades na obtenção de objetos, em comparação com a situação de obtenção entre os Nambiquara. O objeto dos Pareci escolhido para ser remetido ao Museu Nacional, curiosamente, foi a rede – inexistente entre os Nambiquara (LIVRO DE TOMBO, Etnologia, 2525).

Apesar das distinções acima apontadas, Roquette-Pinto aproveitou o material em suas análises de modo bastante equilibrado. Flechas, fusos, machados, diademas, ornatos, cerâmica, cigarros, sementes, instrumento de música e mesmo a rede pareci (único exemplar) figuravam de modo proporcional em seus dois textos em que mais significativamente trata de objetos, *Nota sobre os índios Nambiquaras do Brazil-Central* (1912a) e *Rondônia* (2005)¹⁰⁶.

A terceira coleção, remetida pelo Tenente Pyrinneus, em 14/04/1912, era tão pouco expressiva quanto a coleção de Miranda Ribeiro. Composta por nove objetos (2 pares de pulseiras, 2 colares, 1 par de brincos, 1 enfeite de nariz e 1 jacá pequeno), nada foi referido nos textos citados.

A coleção formada por Roquette-Pinto, por sua vez, apresenta um conjunto bastante rico de materiais. Começando pela tipologia dos objetos, pode-se dizer que, comparativamente à coleção remetida pela Comissão Rondon em 1911, ela contém mais elementos de adorno do que de guerra. Destes, os objetos são oriundos em sua grande maioria da região da Serra do Norte e do Vale do Juruena, com a indicação, em alguns casos, das diferentes aldeias onde foram recolhidos. São flechas dos Pareci de Utiariti, dos Nambiquara Anonzê e outras indicadas apenas por “Serra do Norte” e “Rondonia”; arco e cacete dos Pareci de Utiariti (11184, 11262) e um escudo sagrado pareci ariti do Uaimaré (11260). Nesse conjunto, um elemento destaca-se: as flechas partidas em combate (11814). Noutra ocasião, foi enviada ao Museu Nacional a flecha que havia atingido Rondon em suas primeiras incursões na área dos Nambiquara.

Dois outros conjuntos de peças destacam-se nessa coleção. Um é o conjunto de materiais musicais. Até então, o MN dispunha de apenas um elemento, a flauta de taquara nambiquara, recolhida em 24/08/1910 por Severiano Godofredo de Albuquerque (nº de registro 2266), incluída na remessa da Comissão Rondon de 1911. Com a coleção Roquette-Pinto foram recepcionadas 3 flautas nasais dos Pareci de Utiariti (11234 a 11236); 2 chocalhos feitos com sementes de pequi dos Pareci Kozárini (11264 e 11265); 1 cesta utilizada em danças guerreiras dos Pareci Uaimaré (11272); 1 flauta dupla dos Nambiquara Anonzê (13209); 1 outra flauta, possivelmente nambiquara, visto que foi

¹⁰⁶ No Relatório de 1912, da 4ª Seção, Roquette-Pinto indica ter sua nota sobre os índios nambiquara despertado o interesse dos Americanistas reunidos em Londres, conforme o relatório publicado na *Zeitschrift für Ethnologie* de Berlim, Hf. III u.IV, de 1912, pelo professor Ed. Seler (ROQUETTE-PINTO, 1912).

recolhida em Campos Novos, e 1 flauta nasal identificada apenas por ser da “Serra do Norte” (12070). O reco-reco, instrumento musical utilizado pelos sertanejos, é o único elemento da “vida sertaneja” nessa coleção (13217).

O outro conjunto destacado é o formado pelos adornos. A quantidade e a diversidade fazem notável esse subconjunto. Ele é composto por colares, brincos, pulseiras e cavilhas, elaborados com matérias-primas as mais distintas. Destacam-se desse conjunto os elementos de pena, já em desuso naquela época, e o primeiro presente destinado a Rondón pelos índios de Rondônia: um brinco de madrepérola recebido em Campos de Maria Molina, em 26/06/1910 (12831, 12832).

Além desses aspectos, a coleção de Roquette-Pinto ultrapassa a Coleção de 1911 em quantidade e em singularidade. São 2.156 objetos naquela e 306 nesta. Com a coleção de Roquette-Pinto, pela primeira vez, o Museu Nacional recebeu das populações da Serra do Norte e do Vale do Juruena objetos sagrados, outros claramente identificados por sua encomenda e os que atestariam transformações técnicas em curso. Descrevo abaixo cada aspecto detalhadamente.

A coleção de elementos sagrados é formada por 22 objetos (LIVRO DE TOMBO 6, Etnologia, Registros nº 11214 a 11233, 11259, 11260 e 11298). São todos provenientes dos Pareci de Utiariti, exceto o Panáco, registrado pelo número 11298, feito no Museu Nacional em fevereiro de 1914 pelos índios Bakairi do Mato Grosso. Em sua maioria, esses objetos estão ligados às danças sagradas. O Tiaman é um desses casos. Há na coleção três exemplares dele, que é assim descrito: “É instrumento de musica alegre – Os indios gargalham dentro desse tubo, interrompendo o câoro de vez em quando” (LIVRO DE TOMBO, Setor de Etnologia, Registros nº 11231 a 11233).

O Panáco, citado no parágrafo anterior, constitui uma interseção com o segundo aspecto dos objetos da Coleção Roquette-Pinto. Junto com ele, estão a Kiliá e o Komái-hin-hokô, respectivamente pena e diadema de penas utilizados anteriormente como adorno pelos indígenas pareci do Utiariti. Os três itens foram produzidos não para o uso e então recolhidos (como a maioria da coleção parece ter sido), mas foram confeccionados para compor a coleção do Museu Nacional, tal como indicam as anotações nos Livros de Tombo (LIVRO DE TOMBO, Etnologia, Registros nº 11298, 11306 a 11309, 11310).

Como último aspecto das especificidades dos objetos que compõem a coleção, gostaria de destacar os que atestam, segundo as observações realizadas, as transformações técnicas em curso. Desse conjunto, temos um cacete incrustado com chumbo, executado por um “Pareci Civilizado”

(LIVRO DE TOMBO 6, Etnologia, Registro n. 11268), uma imitação de um chapéu “dos civilizados” (LIVRO DE TOMBO 6, Etnologia, Registro n. 13212), um pente, supostamente advindo de outros grupos (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 185; LIVRO DE TOMBO 6, Etnologia, Registro n. 12046) e quatro capacetes de couro de onça (LIVRO DE TOMBO 6, Etnologia, Registros respectivos n. 11298, 12046, 12049, 12050, 13205, 13206).

Além dos objetos, inventariados no Livro de Tombo da 4ª Seção, a coleção Roquette-Pinto compunha-se de 12 fonogramas, “alguns metros de filme”, 100 fotografias e 52 fichas antropométricas acompanhadas de individuais datiloscópicas (ROQUETTE-PINTO, 1912b)¹⁰⁷. Desse material se tem notícia, hoje, apenas de uma parte. Dos 12 fonogramas gravados nas terras dos Pareci e Nambiquara, dispõe-se de 9 facilmente acessíveis (PACHECO DE OLIVEIRA; SOUZA LIMA, 2009). Dos filmes e das fotografias há somente referências indiretas (ROQUETTE-PINTO, 2005; LASMAR, 2008). Alguns exemplares fotográficos foram reproduzidos em suas publicações (notadamente em *Rondônia*) e algumas cópias estão sob a guarda da Academia Brasileira de Letras, do Setor de Etnologia do Museu Nacional e do Setor de Memória e Arquivo da mesma instituição. As fichas antropométricas encontram-se tanto no Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional quanto no Arquivo da Academia Brasileira de Letras.

Muito embora até aqui tenha me referido à coleção de 1913 como Coleção Roquette-Pinto (tal como referido no Livro de Tombo do Museu Nacional e citado nas obras de referências), é preciso indicar que, para sua formação, concorreram diversos atores. Os objetos vinham sendo acumulados desde 1911 nos postos telegráficos e centros de atração indígena pelos funcionários da Comissão. Além de Esmeraldo de Andrada, colaborador na coleção de 1911, nela atuaram, entre outros, o Tenente Amarante, o Inspetor Mario Topin, Celestino Reis, o Tenente Maciel e Antônio Pyrinneus¹⁰⁸.

Relacionando os materiais aos responsáveis por sua coleta, temos uma distribuição mais ou menos uniforme da tipologia dos objetos. Esmeraldo Albuquerque reuniu colares e enfeites (12729, 12670); Emmanuel Amarante, sementes de milho, cabaças e mesmo um fragmento de árvore cortada pelos indígenas com os seus machados de pedra (11208, 11252, 13333); Inspetor

¹⁰⁷ Embora a Comissão Rondon registrasse fotograficamente seus empreendimentos desde 1900, foi somente em 1912 que se deu início ao registro filmográfico (LASMAR, 2008, p. 53, 64). O registro antropométrico das populações contatadas também foi iniciado a partir desse ano, após o Major Thomaz Reis aprender o ofício com Roquette-Pinto (LASMAR, 2008, p. 98).

¹⁰⁸ Aqui podemos fazer uma aproximação das reflexões de Foucault sobre a constituição de uma obra, na qual o autor desaparece para dar lugar a esta (FOUCAULT, 1992). Na formação de coleções, tal reflexão pode ocorrer nas situações em que os indivíduos desaparecem em proveito da coletividade, seja ela do grupo ao qual se refere a coleção (Bororo, África etc.), seja, como neste caso, daquele que reúne os objetos.

Mario Topin, algumas flechas (11454); Celestino Reis, alguns colares (12690); Tenente Maciel, colares e pulseiras (13022, 13124); Antônio Pyrinneus, fusos, colares, pulseiras, penachos, pingentes, flautas e flechas (12471, 12947, 131212, 13100, 13088, 13209, 13208). Rondon também é apontado como um dos coletores. É responsável pelo recolhimento do escudo de caça (11260), de panelas (13321) e pelos brincos de madrepérola já mencionados (12831, 12832).

Além das pessoas acima indicadas, alguns lugares, notadamente ligados aos postos da Comissão Rondon, são recorrentes na procedência dos objetos. São eles: Estação Telegráfica de Vilhena, Rio Festa da Bandeira, Campos de Maria Molina, Estação José Bonifácio, Aldeia do Juína, Campos Novos e Utiariti.

Como é possível perceber pelas descrições até aqui realizadas, a preponderância de objetos de combate, característica da primeira coleção remetida pela Comissão Rondon, foi alterada em favor de uma coleção mais diversificada, mesmo tendo uma procedência relativamente comum às anteriores e em sua formação continuando a atuar funcionários da Comissão. Estes seguiriam em contato e remetendo peças ao Museu Nacional e diretamente a Roquette-Pinto por vários anos após a expedição de 1912. Antônio Pyrinneus é a pessoa da qual se dispõe de mais registros de continuidade de suas relações com Roquette-Pinto. Suas cartas continuam sendo enviadas até fins da década de 1920.

As relações entre Pyrinneus e Roquette-Pinto não se davam apenas no campo institucional. Em 21 de julho de 1913, Pyrinneus solicitou a intervenção de Roquette-Pinto para a realização da cirurgia de seu sobrinho (ABL, P280224). Em 8 de julho de 1922, foi a vez de Pyrinneus solicitar a Roquette-Pinto informações sobre o Dr. Waldemar, médico em Goiás e pretendente a marido de sua sobrinha (ABL, Carta de Pyrinneus a Roquette-Pinto, P280123). Em 10 de maio de 1921, Pyrinneus, já lotado em Ipameri, sudeste de Goiás, convida Roquette-Pinto a visitá-lo e indica alguns caminhos de retorno, ou por Belém pelo rio Araguaia, ou por Minas Gerais, dispondo-se a ir encontrá-lo em Caldas Novas (ABL, P270524). Nessa mesma carta, confirma o recebimento dos três exemplares do volume I da revista *Arquivos do Museu Nacional*.

Em fins da década de 1920 e com o crescente interesse de Roquette-Pinto pelos tipos nacionais, Pyrinneus disponibilizou o exame de 300 rapazes da Escola de Sargentos da Infantaria, da qual era Comandante (ABL, Carta de Pyrinneus a Roquette-Pinto, 29/03/1929, P270614). Roquette-Pinto, anos mais tarde, consagraria a longa história de colaboração com Pyrinneus no

livro *Rondônia*, a ele dedicando o prefácio da 4ª edição¹⁰⁹. Reconhecia o valor do desbravador que acompanhou Rondon em suas primeiras entradas naquelas terras e a importância que teve como seu guia em 1912 (ROQUETTE-PINTO, 2005).

Amarante, apesar de figurar em poucas peças da coleção de 1913, foi um importante aliado de Roquette-Pinto nos sertões do Mato Grosso. Rondon instruiu Roquette-Pinto a procurá-lo quando da sua chegada na expedição de 1912 (ABL, Telegrama de Rondon a Roquette-Pinto, P280104). Informava ao antropólogo ter sido ele o primeiro a contatar os Kozârini e, por isso, estar apto a também guiá-lo pelos sertões (ABL, Telegrama de Rondon a Roquette-Pinto, P280104). Sua bravura e dedicação foram constantemente referidas por Roquette-Pinto em outros textos. Em 21/09/1929, no *Diário Nacional*, publicou uma nota na qual relembra o encontro com Amarante, “no lugar mais triste que até hoje encontrei: a Aldeia Queimada” (ABL, P280207). Nessa nota destaca a dedicação e o entusiasmo com que o jovem Amarante trabalhava (ABL, P280207).

Seus esforços foram reconhecidos e consagrados nas linhas de *Rondônia*, em que Roquette-Pinto o destaca como o principal responsável pelo retorno seguro da coleção reunida para o Museu Nacional. Seu sistema de estradas, permitindo o uso do automóvel, foi mesmo reconhecido por Rondon em telegrama a Roquette-Pinto (ABL, Telegrama de Rondon a Roquette-Pinto, P270525). Nessa correspondência dizia ainda felicitar-se em saber do recolhimento por Roquette-Pinto de peças que atestam os usos e costumes indígenas, “com o que grandemente lucrará o nosso Museu Nacional e a sociedade” (ABL, Telegrama de Rondon a Roquette-Pinto, P270525).

Mas nem só de generais, tenentes e inspetores formava-se a rede de coletores de Roquette-Pinto. Libânio Koluizôrôcê, índio pareci, juntamente com “outros índios empregados na linha”, organizou uma das coleções etnográficas levadas para a “Casa Grande do Governo” por Roquette-Pinto em 1912 (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 197-198). A história de Libânio e de sua participação nesses empreendimentos é singular por apontar os horizontes de participação indígena nas relações estabelecidas entre Comissão e Museu.

Libânio tornou-se, em 1908, guia de Rondon durante a 2ª Expedição, em substituição aos dois guias principais (ERTHAL, 1992, p. 117-118). Um havia adoecido e o outro, seu irmão, negava-se a seguir com a expedição. No ano seguinte, Libânio já havia se tornado um guia experiente. Sua ausência foi

¹⁰⁹ Pysinneus chegou a publicar um artigo na *Revista do Museu Paulista* sobre os Nambiquara (SOUZA, 1920).

registrada como lamentável durante a 3ª expedição (ERTHAL, 1992, p. 120). Em 1910, ele esteve no Museu Nacional junto com as primeiras coleções recebidas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 197). E, em 1912, era tal a ascensão de Libânio que Roquette-Pinto o reencontraria como “major” na chefia de Utiariti, principal colônia dos Pareci e promessa mais firme de se tornar um povoado daqueles sertões (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 197).

Como foi visto, a Comissão havia estabelecido os primeiros destacamentos em 1908 e 1910, respectivamente às margens do rio Juruena, região ocupada pelos indígenas pareci, e em Campos Novos, região de ocupação nambiquara. Como Erthal (1992) já alertava, a região inóspita e com grupos hostis, tal como propagado pela Comissão para todo o percurso realizado, somente fora alcançada, de fato, em fins da segunda expedição, ou seja, em 1908, quando chegaram à Serra do Norte. O destacamento que fixará a ocupação nessa região será o de Campos Novos, estabelecido somente em 1910 e para onde os Nambiquara foram atraídos em virtude das roças (ERTHAL, 1992, p. 170). Também foi somente em 1910, nas margens do Juruena, que a primeira estação telegráfica foi inaugurada (ERTHAL, 1992, p. 136).

Figura 29: Major Libânio com e sem o uniforme militar que distinguia suas funções no trabalho junto a Rondon. Foto: José Louro



Fonte: Museu do Índio

Foram necessários quase três anos depois do primeiro destacamento para que a Comissão pudesse remeter uma coleção etnográfica ao MN. E, ainda assim, o fez quase em sua totalidade com objetos nambiquara. Dos Pareci, que dispunham também de um destacamento em sua área, nada foi remetido. Não obstante as dificuldades para o estabelecimento dos postos e de contatos mais regulares com as populações indígenas do Vale do Juruena e da Serra do Norte, a inexistência de coleções etnográficas até 1911 parece ter sido de outra ordem.

Minha hipótese para o distanciamento entre a fundação dos primeiros destacamentos e a recepção das primeiras coleções no Museu Nacional não estaria propriamente nas dificuldades de contato ou de estabelecimento de postos na região, apesar de serem estes elementos fortemente operantes. Os Pareci já eram facilmente acessíveis, como nos mostra sua atuação como guias desde as primeiras expedições (ERTHAL, 1992, p. 82). Além disso, ao contrário das coleções etnográficas nambiquara, objetos pareci já eram remetidos ao Museu bem antes desse período. Examinando o Livro de Entrada de Coleções na 4ª Seção, encontrei remessas ao Museu Nacional de materiais sobre essas populações, ainda em 1875, por Maria do Carmo Mello Rego¹¹⁰.

A demora na composição de coleções Pareci pela Comissão Rondon parece relacionar-se com a caracterização atribuída àquelas populações. A proximidade com os centros urbanos e mesmo seu aproveitamento nas linhas telegráficas depõem contra a sua indianidade quando contraposta ao isolamento dos Nambiquara. Tal caracterização, no entanto, foi reavaliada com a coleção de Roquette-Pinto, que recuperaria das populações Pareci objetos de significativo valor antropológico.

3.2 NO MUSEU, NOVOS SENTIDOS

Mostrei no tópico anterior como e em quais condições (pessoas, tempo e espaço) os objetos da Serra do Norte e do Vale do Juruena chegaram ao Museu Nacional. Acredito ser útil seguir um pouco mais os caminhos que eles percorreram a partir de sua chegada na instituição. Proponho neste tópico conhecer parte do destino desses objetos e de seus rearranjos.

As coleções possuíam, além de objetos exclusivos e únicos, vários elementos duplicados. Isto, que se pode chamar de excedente, era coleção-

¹¹⁰ Sobre a atuação de Maria do Carmo Mello Rego na formação de coleções para o Museu Nacional, entre outros aspectos, ver Pacheco de Oliveira (2007).

nado justamente para favorecer as trocas institucionais, outro poderoso mecanismo utilizado para formar coleções não acessíveis pelas instituições por meio de seus próprios recursos (humanos e financeiros). Além disso, os objetos duplicados eram uma das formas de estabelecer parcerias e de divulgar as pesquisas em curso. A coleção Roquette-Pinto seguiu, em parte, esse destino.

As primeiras remessas dos objetos dessa coleção ocorreram no ano de 1916 para o Museu de La Plata, Argentina. Em 1918, seguiram-se remessas para o Museu Goeldi, no Pará; para o Museu Paulista, em São Paulo; e para a República Argentina, sem a especificação do Museu destinatário. Ainda em 1918, uma coleção foi remetida à Europa com o fim explícito de permuta. Em 1920, o rei da Bélgica, visitando o Museu Nacional, levou sua parte. Em 1921, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, no Rio de Janeiro, e museus norte-americanos receberam suas coleções. Em 1922, mais uma vez, aos museus norte-americanos foram destinados objetos. E, em 1926, foi a vez da delegação da antiga Tchecoslováquia. Depois disso, novas saídas somente ocorreram em 1957 para o Instituto de Neurologia e, em 1971, para a Escola de Comunicação do Ministério do Exército (LIVRO DE TOMBO, Etnologia)¹¹¹.

Remontando o percurso de divulgação e de circulação dos objetos da Serra do Norte, pode-se indicar como primeira ação facilitadora desse processo, sem dúvida, a publicação de *Rondônia* na revista *Arquivos do Museu Nacional*. Tal como foi visto nos capítulos anteriores, o alcance de distribuição da revista e o reconhecimento por ela acumulado contribuíram para a legitimação tanto do livro produzido (texto, imagens, método de investigação) quanto do autor. Não se pode esquecer que em *Rondônia* há uma larga explicitação dos objetos pertencentes à coleção Roquette-Pinto. Com isso, o reconhecimento da obra tornou-se, em parte, o próprio reconhecimento da Coleção.

Outra obra destacada no rol de textos que contribuíram para a divulgação do acervo do Museu Nacional é o *Anthropologia: guia das coleções* (ROQUETTE-PINTO, 1915a). Este Guia vinha sendo preparado desde 1912, junto com os trabalhos de reorganização e catalogação das coleções da 4ª Seção e, assim como os trabalhos com as coleções, buscava fornecer ao público as informações que ele requeria ao Museu Nacional (ROQUETTE-PINTO, 1912b). Nessa obra, Roquette-Pinto privilegiou os domínios da Antropologia Física, não constando nele nenhum objeto da Serra do Norte e do Vale do Juruena.

¹¹¹ No Livro de Tombo da Etnologia há registrado alguns dos responsáveis pela intermediação dos objetos remetidos aos Museus e Institutos relacionados. No caso dos Museus norte-americanos, os objetos foram levados, nas duas ocasiões, por Berta Lutz; para o Museu Nacional de Buenos Aires, por Bernardino Rivadavia, e para o Museu Paulista, por Roquette-Pinto (LIVRO DE TOMBO, Etnologia).

No Guia, como o próprio autor indica na introdução, buscou-se, em linguagem simples e acessível, explicar as bases fundamentais da Antropologia, e não realizar um catálogo do Museu (ROQUETTE-PINTO, 1915a, p. 3). Tal proposta não poderia ter sido mais satisfatória para as expectativas da época. Além de alcançar seu propósito inicial, informar as massas em linguagem simples e direta, seu horizonte foi lançado ainda mais longe. No Relatório Geral de 1922 enviado ao MAIC, ele e a *Revista Arquivo dos Museus* são apontados como os embaixadores do Museu junto aos principais centros científicos do mundo, responsáveis, assim, pelo aumento do prestígio da instituição (MUSEU NACIONAL, 1922).

Os resultados da reformulação das exposições, iniciada com a preparação do Guia, foram menos divulgados, porém, não menos impactantes. Em 1914, Domingos de Carvalho anunciava a conclusão de grande parte da reforma expositiva relativa à 4ª Seção (CARVALHO, 1914). Em 1915, com a finalização da nova organização, ele explicitou quais foram os critérios adotados: “entendi que nos era forçoso conciliar, tanto quanto possível, a maneira de dispor o material etnográfico nas salas e galerias que lhe competem com a distribuição geográfica das tribos que eles representam, adotado o critério de localizá-las consoante as bacias fluviais dos territórios sobre que elas assentam” (CARVALHO, 1915, p. 2). Como as coleções do Museu Nacional não possuíam elementos de todos os grupos apontados, propôs Domingos de Carvalho completar os dados com fotografias, desenhos etc. Sugeriu ainda a produção de quadros murais por bacia fluvial representada e com a indicação dos grupos extintos e existentes (CARVALHO, 1915, p. 2)¹¹².

Domingos de Carvalho buscava orientar os esforços da Seção em proveito da generalização, não pela compreensão de alguns povos indígenas, mas sim das diversas regiões etnográficas do Brasil. Ao estudo do homem primitivo (físico, emocional, intelectual), acreditava dever-se conjugar o estudo dos fatores externos, contribuindo-se assim para o conhecimento do clima, do solo, da geografia, da botânica e da zoologia (CARVALHO, 1915, p. 3). Para mim, parece clara a disposição de Domingos Sérgio de Carvalho de reformular o modelo expositivo instituído em 1882 pela 1ª Exposição Antropológica. Nele, a totalidade da vida da aldeia buscava ser representada por meio da reprodução das cenas nativas (ver figuras 30, 31, 32 e 33).

¹¹² Os quadros murais, como vimos, foram pela primeira vez utilizados por Ladislau Neto após o regulamento de 1876 numa tentativa de elaborar materiais didáticos para os cursos públicos. No relatório Geral de 1922, a distribuição de quadros murais é apontada como uma alternativa, já em prática, à diminuição da distribuição de coleções. Tal ação visava dar continuidade ao alcance do ensino das Ciências Naturais promovido pelo Museu Nacional (MUSEU NACIONAL, 1922).

Se no *Guia de Antropologia do Museu Nacional* Roquette-Pinto optou por não incluir nem os materiais provenientes de Rondônia, tampouco as orientações postas em curso por Domingos de Carvalho, na reformulação da sala Ethnographia do Brasil, do Museu Paulista, a opção seria em parte contrariada.

A pedido de Affonso de Taunay, na época diretor em Comissão do Museu Paulista, para lá se dirigiu Roquette-Pinto em 13/03/1918, permanecendo até 18/4/1918 (Cartas de Taunay a Bruno Lobo, SEMAR/MN, P79, doc. 158 e 189). Ia incumbido da tarefa de reorganizar a sala Ethnographia Brasilica daquela instituição, que há muito vinha sendo negligenciada pelo diretor anterior, Von Ihering¹¹³.

Para a sala Ethnographia Brasilica, Roquette-Pinto providenciou não somente a inclusão das novas peças nambiquara (levadas com ele em 1918), como também promoveu o rearranjo de toda a sua disposição. Antes, expostas sem identificação e em prateleiras, as peças foram indexadas e redistribuídas nas oito vitrines disponíveis (interior e parte superior) e nas paredes acima das vitrines conforme sua procedência geográfica (vide figura 5) (TAUNAY, 1919, p. 898; TAUNAY, 1937, p. 103). Ao entrar na sala, à direita, o visitante deparava-se com objetos indígenas da Guiana brasileira, em seguida, do Amazonas, do Brasil Central, do Mato Grosso, do Espírito Santo, de Minas Gerais e, por fim, de São Paulo (TAUNAY, 1937, p. 103).

¹¹³ Para situar as disputas no Museu Paulista e sua relação com a Antropologia, ver *Revista do Museu Paulista* (1918) e Brefe (2005). Particularmente sobre Ihering e suas relações com o Museu Nacional, o Museu Paulista e o campo Indigenista, ver Souza Lima (1985, 1990).

Figura 30: Vista geral



Fonte: Museu Nacional

Figura 31: Vista da Sala Etnografia do Brasil (detalhe)



Fonte: Museu do Índio

Figura 32: Etnografia do Brasil



Fonte: Museu Nacional

Figura 33: Etnografia Sertaneja



Fonte: Museu Nacional

Muito embora o padrão de seleção de armas, com a apresentação de flechas, arcos, bordões, tacapes, machados e outros, continue a ser recorrente para montagem das exposições (ou, nesse caso, de remodelagem), houve espaços para inserção de outras tipologias. Na nova sala, encontravam-se os elementos rituais e musicais indígenas, assim como os de sua organização social e estéticos. Os diademas de penas, os braceletes, os cocares, as flautas e os abanos dos índios de Rondônia dividiam o espaço com as máscaras de dança, o calendário indígena, colares, instrumentos musicais dos Tucano e dos Tariana e as cabeças mumificadas dos Jivaro e dos Mundurucu do Tapajós, entre outros objetos (TAUNAY, 1937, p. 104).

Na apresentação dos objetos, pelo *Guia da Seção Histórica*, a descrição oscilava entre elogios à técnica indígena e indicações de sua primitividade, exotismo e nível de civilização. O calendário dos Tucano e dos Tariana era classificado como “curioso”; os diademas de penas dos índios de Rondônia, “grandes e magníficos”, e as flautas de taquara ornadas, marcadas “pela sua primitividade” (TAUNAY, 1937, p. 103-104). Apesar dessas considerações acerca dos objetos, o parecer sobre a reformulação realizada por Roquette-Pinto é que ele imprimiu uma “feição altamente estética”, revertendo o quadro de má impressão e de desvalorização da coleção característico do arranjo anterior (TAUNAY, 1919, 1937, p. 103).

O Guia histórico, publicado pelo Museu Paulista (MP) anos depois, cuidou de consagrar essa reformulação (TAUNAY, 1937). O Guia detinha parte da proposta idealizada para *Antropologia: guia das coleções do Museu Nacional*. Buscava oferecer ao visitante esclarecimentos sobre as principais particularidades do acervo histórico do MP – inaugurado à visitação (de modo amplamente reformado) no bojo das comemorações do centenário da Independência do Brasil (TAUNAY, 1937, p. 3-4).

Para a comemoração do Centenário da Independência no Rio de Janeiro, Roquette-Pinto investiu seus esforços no que denominou “estudo dinâmico, biológico, dos nossos objetos e de nossas condições naturais” (ROQUETTE-PINTO, 1922). Trata-se do estudo das características antropométricas e dos estudos de antropologia fisiológica da população brasileira, naquele ano levado ao seu grau máximo (ROQUETTE-PINTO, 1922).

Não obstante a ênfase em 1922 nos estudos antropométricos, após a morte de Domingos Sérgio de Carvalho, em agosto de 1924, houve a nomeação de Roquette-Pinto para o cargo de chefe da 4ª Seção. A partir daí, entraram em curso novas reformulações expositivas, nas quais o espaço destinado à Etnografia foi consagrado juntamente com os estudos antropométricos. Roquette-Pinto reconhecia como a grande contribuição de Domingos de Carvalho ao MN a inserção científica por ele promovida desde 1910. No entanto, passados 14 anos, entendia ser “chegado de sobra o momento de modificar a organização atual do Museu, de modo a que os seus serviços de ensino público sejam cada vez mais úteis” (ROQUETTE-PINTO, 1924).

Para tanto, realizou, ainda no ano de 1924, a revisão do catálogo geral que contava com 17.777 espécimes de Antropologia e de Etnografia¹¹⁴; deu início à preparação da segunda edição do *Guia de Antropologia*, com inclusão de diagramas e figuras; à classificação do material no depósito – realizada em pequena escala devido tanto à deficiência de pessoal como à ausência de bibliografia (a ser suprida pelas novas aquisições) – e ao estudo do material recolhido para determinação das características antropológicas da população do Brasil, que se tornaria o seu grande projeto de pesquisa nos anos 1930 (ROQUETTE-PINTO, 1924).

Cinco anos depois, é possível ter notícias do resultado do empreendimento de Roquette-Pinto iniciado naqueles anos. Em 1929, então como diretor do Museu Nacional, cargo assumido em 1927 e no qual permaneceu até 1936, anunciou a reformulação completa das salas expositivas do Museu Nacional.

¹¹⁴ Roquette-Pinto promoveu revisões sucessivas do catálogo da Seção de Antropologia. Alípio de Miranda Ribeiro, em 1916, afirmava ser essa a única seção do Museu Nacional a ter um catálogo “graças ao esforço do Dr. Roquette” (1945, p. 27).

Agora, o público contava com 13 espaços amplamente reformados, cujo percurso era: (i) Antropologia Física; (ii) Idade do Homem (ainda em organização em 1929); (iii) O homem na América (Pedra); (iv) Paleoetnografia. Cerâmica. Brasil; (v) Cerâmica moderna. Brasil; (vi) Cerâmica. América (vii, viii, ix, x) Coleções etnográficas (Distribuição do material dos diferentes grupos indígenas, dispostos por ordem geográfica); (xi) Populações regionais do Brasil atual (Etnografia sertaneja); (xii) Etnografia estrangeira; (xiii) Arqueologia Clássica (ROQUETTE-PINTO, 1929).

Pelos critérios utilizados por Roquette-Pinto na reformulação da sala Etnografia Brasileira, do Museu Paulista, e por sua aproximação com as teorias de Bastian e Ratzel (analisadas no tópico seguinte), é bastante provável que ele tenha dado prosseguimento ao arranjo das peças etnográficas do Museu Nacional conforme a distribuição geográfica das populações indígenas associando-a aos aspectos linguísticos.

O sucesso dessa reorganização nos espaços expositivos e nos catálogos do Museu Nacional foi de tal modo significativo que, em 1929, têm-se notícias de que os métodos utilizados nesse Museu serviam como modelo ao Museu do Trocadero, em Paris (MUSEU NACIONAL, 1929). No ano anterior, Paul Rivet havia passado dois meses trabalhando no Museu, estudando seus métodos de organização. Ele então teria recolhido três modelos diferentes de catálogo a fim de utilizá-los no Trocadero, do qual era diretor. E, no ano seguinte, havia enviado uma carta indicando sua utilização. Sua admiração pelas coleções, formas de classificação e organização foram de tal modo surpreendentes que assim registrou suas impressões no livro de visitas do MN:

Ninguém tem o direito de falar da etnografia brasileira, a não ser que tenha visitado e estudado detalhadamente as admiráveis coleções do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Nunca aprendi tanto como nas curtas semanas em que estive no Rio. Eu levo comigo uma lembrança maravilhosa (Rio, 14 de setembro, 1928)¹¹⁵.

¹¹⁵ No original: "Personne n'a le droit de parler d'ethnographie brésilienne s'il n'a visité et étudié en détail les admirables collections du Musée National de Rio de Janeiro. Jamais je ne me suis autant instruit que pendant les trops courtes semaines que j'ai pasées á Rio. J'en emporte un souvenir délicieux." Em 23/5/1928, Roquette-Pinto recebeu uma carta de Paul Rivet na qual o avisava de sua vinda ao Rio de Janeiro e interrogava sobre a possibilidade de ir conhecer os índios do Mato Grosso e o General Rondon. Comunicava ainda o não recebimento do Tomo XIII dos Arquivos do Museu Nacional (ABL, Arquivo Roquette-Pinto, P270614).

3.3 DE PRIMITIVOS A BRASILEIROS

Quando iniciei o capítulo anterior, explorei as variadas dimensões da expedição de Roquette-Pinto à Serra do Norte. Seus caminhos, seus conhecimentos prévios e também suas expectativas. Até aqui, nos tópicos que se seguiram, foi visto como os objetos funcionaram como dispositivos fundamentais nesse processo, ora informando as expectativas do porvir, ora atestando concepções desde muito estabelecidas.

Ir aos sertões do Mato Grosso, mesmo com as experiências anteriores, ou ainda em companhia da experimentada Comissão Rondon, não era de modo algum um empreendimento fácil. Havia dificuldades de toda ordem. As estradas eram escassas, os caminhos de barco demorados, as travessias a pé arriscadas. No entanto, a despeito desses empecilhos, Roquette-Pinto não apenas se dispôs a ir, como à sua tarefa cresceu o objetivo de formar uma extensa coleção. E daí os riscos de todas as negociações envolvidas nesse processo. O maior e mais frequente, sem dúvida, era o da perda da coleção e, com ela, dos investimentos econômicos e humanos envolvidos. A partir das pesquisas para a realização deste trabalho, frequentemente eu me questionava sobre as motivações que conduziram essa busca permeada de riscos e quais os resultados obtidos com esses materiais.

A acumulação e o estudo de objetos etnográficos, no campo disciplinar da Antropologia, tiveram em Bastian um dos seus grandes precursores. Curador das coleções etnográficas de Berlim e fundador do lugar que durante muito tempo foi o maior depositário de objetos etnográficos do mundo, o *Königliche Museum für Völkerkunde*, Bastian não apenas inaugurou uma perspectiva de trabalho antropológico, como também formou importantes pesquisadores que absorveram as suas orientações e as desenvolveram ao longo das primeiras décadas do século XX (LOWIE, 1946, p. 44).

Dos seus diversos posicionamentos, a ênfase no desenvolvimento independente das culturas foi aquele que mais influenciou os seus contemporâneos (LOWIE, 1946, p. 50). Embora não negasse o difusionismo, principal corrente contrária ao desenvolvimento independente na explicação das semelhanças culturais, indicadas também pelos objetos produzidos, somente o aceitava se bem fundamentado (p. 50). Como alternativa para tal oposição, Bastian conjugou o evolucionismo cultural com a plena negação da transformação biológica (p. 51). As diferenciações entre os grupos, em sua explicação, eram resultado de suas transformações culturais.

As referências a Bastian estão presentes na obra de Roquette-Pinto sobretudo por meio dos que naquela tradição igualmente se formaram. Como

vimos no capítulo 2, a recorrência de Roquette-Pinto aos autores alemães era constante e reiterada. Destes, destacam-se especialmente Ehrenreich, Von den Steinen, Spix e Martius, Max Schmidt e Koch-Grünberg. Não à toa, por duas vezes, tentou realizar a tradução de suas obras para o português. Em 1911, propôs ao Congresso, com Gustav Magnus, a tradução de obras de Spix e Martius, Von den Steinen¹¹⁶, Max Schmidt e Koch-Grünberg (ABL, Arquivo Roquette-Pinto, P27-05-23). Em 1917, reapresentou o projeto de tradução ao MAIC. Desta última vez, acrescentou à lista de 1911 os textos de Joham Pohl, Ehrenreich e Fritz Krauser (ABL, Arquivo Roquette-Pinto, P28-01-22).

Na primeira ocasião, alegou que a tradução dessas obras era fundamental para o conhecimento do interior do país, pois o domínio das noções geográficas e das informações nelas contidas era um fator de progresso incontestável (ABL, Arquivo Roquette-Pinto, P27-05-23). Na segunda, em 1917, a esses argumentos acrescentou o da importância das obras para os campos disciplinares da Botânica, Zoologia, Geografia, Etnografia e História do Brasil e o de terem esses textos documentado e observado muitos fatos que estavam, em sua época, desaparecidos ou modificados (ABL, Arquivo Roquette-Pinto, P28-01-22).

Para Bastian, era nesse ponto que se inseria a busca pelos objetos etnográficos. Tratava-se de uma tentativa de salvaguardar as culturas que estavam fadadas ao nivelamento provocado pela sociedade moderna no decurso de suas transformações culturais (LOWIE, 1946, p. 51). A crença no desaparecimento irreversível e inevitável o motivava a buscar exemplares de todas as culturas, passadas e presentes. Eles eram necessários a uma correta perspectiva da Ciência Antropológica (p. 51). A Antropologia Aplicada, também citada por Bastian, foi outra forma de melhor administrar esse processo. Acreditava que o conhecimento sobre o desenvolvimento normal das populações poderia evitar o fracasso que o aparato colonial havia infundido nas populações sob sua administração (p. 51).

À orientação de Bastian conjugava-se a de classificação dos grupos de acordo com critérios antropogeográficos. No texto *O Brasil e a Antropogeografia* (ROQUETTE-PINTO, 1927), Roquette-Pinto recupera a “orientação etnográfica” de Ratzel para dizer que a Antropogeografia, por ele proposta¹¹⁷,

¹¹⁶ Em *Aborigenes e Ethnographos*, conferência realizada na Biblioteca Nacional no ano de 1913, Roquette-Pinto localiza as viagens de Neuwied e de Castelnau, posteriores à de Martius, como responsáveis por divulgar o estudo do índio entre os cientistas europeus. No entanto, as preocupações de Von den Steinen foram feitas “claramente” (1927, p. 141).

¹¹⁷ Na leitura de Roquette-Pinto, a ideia dominante na proposta da Antropogeografia de Ratzel foi “mostrar a correlação existente, por toda parte, entre os factos historicos de um povo e as características geographicas da sua região” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 50).

e a Etnografia “são segmentos connexos de um mesmo saber”, o conhecimento do meio cósmico e o conhecimento do meio social compõem a agenda de pesquisas daqueles que se interessarem em compreender “a vida dos povos” (p. 53). Nesse caso, a orientação “do espírito moderno” é a exigência cada vez mais acentuada de documentos para a realização desses estudos, onde outra “a facundia suppria o conhecimento e as phrases eram factos” (p. 53-54).

Nesse sentido, Roquette-Pinto informa ter inaugurado no Museu Nacional a sala Euclides da Cunha, dedicada a documentar “a vida do nosso povo” – denominou a coleção de *Ethnographia Sertaneja* porque o sertanejo é, como o estamos vendo, o mais “typico dos nossos elementos ethnicos” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 69). Os indígenas, no entanto, não são por ele incluídos nos tipos brasileiros, pois são “americanos”, são “Karajá, Bororo, Pareci” – e nisso “temos o dever de respeitar essas Nações” (p. 70).

O conceito de nação é empregado por Roquette-Pinto no sentido atribuído por Ratzel a “um pedaço de terra habitado por um povo”. Ele se utiliza desse conceito como elementos para a proposição da nacionalização do Brasil. A distribuição populacional é utilizada para incitar a revisão das formas de colonização no país. Chega mesmo a dizer que os erros que o Império causou, importando populações sem uma política de nacionalização, foram agravados pela República (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 78). No entanto, segundo o autor, é chegada a hora de rever esse processo e realizar investimentos efetivos na educação, meio mais eficaz para a nacionalização da população (p. 78-79).

Numa junção entre Geografia e Antropologia, Roquette-Pinto, ao justificar a criação do estado de Rondônia, alegava que os elementos geológicos, geográficos, botânicos, zoológicos, antropológicos e etnográficos justificavam a criação do que ele denominou “província antropogeográfica” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 19).

Desse modo, pode-se dizer que a Escola Alemã de Cultura exprimia-se na obra de Roquette-Pinto tanto pela fusão da cultura com meio ambiente e história – aqui história entendida como a narrativa das migrações de traços, técnicas e pessoas, quanto dos meios de investigação empírica. Aí se pode alocar, como instrumentos, as viagens, as comissões científicas e os modos de classificação. Tal influência parece ter comparecido nos espaços de consagração e produção de conhecimentos como os museus, os livros de viagem, as revistas e os congressos científicos – notadamente o dos Americanistas.

Trata-se da tradição de uma “Antropologia da Salvação” que, em vários momentos, Roquette-Pinto recupera, seja pela busca em documentar anti-

gas expressões culturais em desuso entre os indígenas, como, por exemplo, os cânticos, a confecção de objetos em pena, o uso do machado de pedra e a compilação de vocabulários, seja por meio da preocupação com as transformações em curso na Serra do Norte e no Vale do Juruena – em razão da influência dos seringueiros, segundo Roquette-Pinto, responsáveis por infiltrar-lhes os maus costumes.

Desse modo, a Antropologia que ele havia apreendido nos tempos de sua formação médica e da atuação no Museu Nacional (objeto de análise no 1º e 2º capítulos deste trabalho) passa a ser revisitada numa tentativa de conciliação com as orientações anteriormente descritas. Em *O Segredo das Uiáras*, ele afirma que

A anthropology não se limita mais a medir craneos e a calcular “índices” discutíveis, na esperança de poder separar as “raças superiores” das “raças inferiores”. Hoje a doutrina de igualdade vai ganhando terreno; “superiores” e “inferiores” são agora “adiantadas” e “atrazadas”. As ultimas lucraram com a mudança pois que ficou, assim, reconhecido o seu direito à existencia que a sciencia bastarda andou procurando contestar.

E a anthropology, desanimando de encontrar a verdade naquelle máo caminho, enveredou noutros atalhos mais felizes e, agora, de maneira muito mais promissora. Procura, entre outras cousas, verificar como as raças se transformam pela migração, pelo cruzamento e por outras influencias (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 90).

A sugestão de Roquette-Pinto para um novo lugar para a Antropologia, não se limitando às medições de crânios e aproximando-a da verificação de “como as raças se transformam”, inclusive merecendo todo o seu apoio “a preocupação de recolher as suas manifestações psychicas”, como empreendida pelos esforços “dos amigos do nosso folk-lore, entre os quaes se destacam João Ribeiro, Sylvio Romero e Studart”, faz lembrar uma outra referência cara ao campo dos estudos antropológicos do século XX. Trata-se de proposta apresentada aos colegas por Malinowsky, em obra publicada na década de 1930:

A antropologia, mesmo na geração que nos precede, preferia estudar o homem morto ao homem vivo: era sobretudo a ciência dos crânios e dos esqueletos, do homem neolítico ou pleistoceno.

no, de idades e de formas conhecidas apenas por parcas sobrevivências e audaciosas reconstruções [...] A antropologia do futuro ocupar-se-á do estudo do indígena em mutação e das raças “intermediárias” ou “bárbaras”; interessar-se-á tanto pelo hindu quanto pelo tasmásiano, tanto pelos camponeses chineses quanto pelos aborígenes australianos, tanto pelo africano destribalizado do Harlem quanto pelo pigmeu de Perak [...] Em resumo, uma tal antropologia não terá somente uma maior importância prática, mas tornar-se-á ao mesmo tempo uma verdadeira ciência, mesmo que deixe de ser uma evasão romântica ou um pretexto para um maravilhoso devaneio (MALINOWSKY, 1930, p. 148 citado em BENSA, 1998, p. 55).

A oposição à “evasão romântica” de que fala Malinowski também foi uma das marcas presentes na revisão do conhecimento antropológico proposta por Roquette-Pinto. Em 1939, recuperando a sua trajetória, ele rememorava que a sua geração, pela crença “nas decisivas possibilidades do trabalho”, foi responsável por iniciar o abandono do Brasil que até então era apenas “tema de lirismo” (ROQUETTE-PINTO em entrevista a J. SILVEIRA, 1939).

Esse movimento que Roquette-Pinto vinha realizando em diálogo com as correntes acima citadas resulta num deslocamento da caracterização das populações indígenas de “primitivas” a “potenciais brasileiros”, em oposição às referências recebidas quando do seu ingresso no Museu Nacional. Tal oposição se dava sobretudo em relação aos posicionamentos de Batista Lacerda acerca da animalidade e da inferioridade do indígena brasileiro. Estas características também foram apontadas por Ihering, especialmente em relação aos Kaingang de São Paulo, cujos conflitos com os imigrantes alemães despertaram um intenso debate acerca da viabilidade ou não da manutenção de grupos indígenas. Tais posicionamentos foram fortemente combatidos pelos colaboradores da Comissão Rondon, entre eles Roquette-Pinto (STAUFFER, 1959; SOUZA LIMA, 1985, 1990; LIMA; SANTOS; COIMBRA, 2005, p. 32).

Se Roquette-Pinto pôde repensar a “herança ofertada”, sua expedição à Serra do Norte e ao Vale do Juruena em muito contribuiu para essa elaboração. No prefácio à segunda edição de *Rondônia*, assim indicava os ganhos naquela ocasião:

se, como estudioso, as observações científicas que pôde realizar – quase todas de grande alcance para o conhecimento da antropologia sul-americana – o encheram de alegria [o autor];

brasileiro, deu-se por bem pago daqueles dias de privações e perigos, porque voltou de Rondônia com a alma refeita, confiante na sua gente, que alguns acreditam fraca e incapaz, porque o povo é *magro e feio*... [...] É preciso ir lá para retemperar a confiança nos destinos da raça, e voltar desmentindo os pregoeiros da sua decadência (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 44).

Os pregoeiros da decadência indígena aos quais frequentemente Roquette-Pinto se referia e propunha uma revisão de sua ideias eram Agassiz e Gobineau. Numa rememoração dos resultados obtidos em Rondônia, Roquette-Pinto indica que:

os estudiosos do Brasil, sabendo de fonte segura que o Movimento Bandeirante, a Conquista da Amazônia e a Ocupação de Rondônia foram três fulgurantes resultados da inteligência, da força de vontade, da coragem, da sobriedade e da resistência física de mestiços, têm o direito de sorrir da ciência daqueles senhores [Agassiz e Gobineau] (ROQUETTE-PINTO, 1926).

Na ocasião do Primeiro Congresso de Eugenia, em 1929, do qual foi presidente, Roquette-Pinto pôde cumprir

um papel público importante, opondo-se à forte influência racista presente na maioria dos participantes do Congresso, que defendiam a aplicação de uma política eugenista radical e a teoria “degeneracionista da mestiçagem”. [...] Cumpria o MN, dessa maneira, um papel estranho à sua antiga atuação, tão marcada pelos modelos da Biologia e da Frenologia. Começava a aglutinar uma vanguarda intelectual, que, ainda de forma frágil, se opunha frontalmente ao racismo científico, moeda corrente em períodos imediatamente anteriores (SCHWARCZ, 2004, p. 96).

Como se viu no início deste trabalho, Roquette-Pinto ingressou no Museu Nacional num momento em que ele conjugava reformas administrativas e físicas com uma ampla inserção social. Os chefes de Seção, os diretores e mesmo os auxiliares eram constantemente recrutados tanto pelo governo imperial quanto republicano a assumir postos de trabalho nas mais variadas frentes. O posicionamento no Congresso de Eugenia, em 1929, é uma das etapas finais do processo que analiso no decurso deste trabalho.

Desde fins do século XIX, pode-se dizer que a ciência, praticada de modo rigoroso no MN, ultrapassava os limites físicos da Quinta da Boa Vista e seguia ao encontro da elaboração de proposições políticas em que ao Estado era incumbida a tarefa de guiar o progresso previsto pela Ciência. Obviamente que o Museu Nacional e seus pesquisadores não eram os únicos a fomentar as mudanças em curso. Sem dúvida, tal processo era formado e conformado num plano muito mais amplo em que variadas instituições tomavam parte nesse processo.

Nesse sentido, gostaria de recuperar uma distinção realizada por Roquette-Pinto em relação aos índios brasileiros (analisada no 2º capítulo), para quem constituíam uma parcela populacional distinta dos brasileiros. Por tudo até aqui analisado, posso apontar que a singularidade do trabalho de Roquette-Pinto reside na conjunção de uma proposta tutelar e protecionista para os indígenas, ao mesmo tempo em que os entende como nações diferenciadas do restante do Brasil. Tal singularidade marca ainda suas diferenças em relação à herança recebida e à tradição da Antropologia que até então se consolidava no Brasil, notadamente a orientada a partir dos trabalhos de Ladislau Netto.

Essa diferenciação, por sua vez, parece advir da aproximação de Roquette-Pinto com o indigenismo republicano. A classificação implícita dos indígenas brasileiros (os que são, os que se corromperam, os que se transformaram em sertanejos), o ponto de vista moral em relação à dívida da conquista (decorrente da expropriação territorial), a separação entre índios e brasileiros, a definição do modo de governar essas populações (sem dirigir, nem aproveitar), e a meta da evolução espontânea são as cinco linhas gerais que vinculam as proposições de Roquette-Pinto para a política indigenista brasileira (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 200-201) e a política indigenista tal como idealizada por Rondon (LIMA, 2002, p. 12). Tais posicionamentos políticos de Roquette-Pinto contribuíram para a conformação de uma Antropologia que, anos mais tarde, seria classificada de “engajada”, em contraposição aos estudos “de gabinete”.

Em outros domínios, os ganhos conquistados para a Antropologia e a Etnografia brasileiras com a expedição de Roquette-Pinto em 1912 podem ser comparados na divulgação dos métodos da Antropologia, em termos de escalas nacionais, aos próprios trabalhos de Malinowski, iniciados em 1914, apenas dois anos depois da expedição à Serra do Norte. Em termos de formação de coleções, por sua vez, pode ser comparada às expedições de Von den Steinen ao Xingu; de Rivers e Haddon ao Estreito de Torres; e de Boas ao Norte do Canadá. Pacheco de Oliveira (2009) chega mesmo a afirmar que o

patrimônio cognoscitivo formado por essas iniciativas foram únicos e decisivos para que a Antropologia “viesse a ser efetivamente a disciplina científica que conhecemos e cuja genealogia traçamos” (PACHECO DE OLIVEIRA; SOUZA LIMA, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do caminho que me levou à elaboração deste livro, pude encontrar vestígios de muitos outros caminhos trilhados por pessoas que acreditavam na força da sua geração e que buscavam alternativas às problemáticas de sua época, ao mesmo tempo em que projetavam soluções para o seu futuro. De todos os personagens com os quais me encontrei nesse caminho, detive especial atenção em Roquette-Pinto. Tal interesse, como explicitado na introdução a este trabalho, decorreu especificamente do que se tornou o objeto privilegiado deste livro – a relação entre Museus, Antropologia e Coleções Etnográficas que foi estudada a partir da expedição de Roquette-Pinto à Serra do Norte em 1912. Chegado o fim do percurso de pesquisa, o que dizer sobre esse evento? Que utilidade há para a antropologia, os museus e as coleções etnográficas em se debruçarem sobre essa experiência pretérita? Que mapas indicativos tal estudo pode resultar das minhas motivações iniciais?

Embora Roquette-Pinto não tenha sido a “centelha” que despertou o meu interesse para a realização dessa pesquisa (no sentido dos meus questionamentos iniciais), ele e a sua expedição foram um “objeto” privilegiado através do qual pude colher repostas – nem sempre obtidas em sua completude, mas sempre com ricas indicações.

Pouco se importando em revelar as circunstâncias em que a sua expedição fora realizada, a todo momento ele apresenta as condições da viagem, seus guias e seus informantes, os locais de coleta de objetos e de vocabulário. Não houve em seus textos, no sentido apontado por Fabian (1983), decantação de objetos e situações. Os funcionários da Comissão Rondon, os índios, os seringueiros, as relações de exploração de trabalho – tudo lá estava. Mesmo a valoração explícita e consciente dada aos métodos de pacificação e conquista empregados pela Comissão Rondon (SOUZA LIMA, 1985) foi sendo por vezes interrompida pelas descrições de conflitos e, mesmo, de mortes.

Por meio dessas indicações, pude alcançar as relações estabelecidas naquela situação e inferir sobre as conexões entre Museu Nacional, Comissão Rondon, indígenas e coleções etnográficas. Tais conexões se davam de modo enraizado: estavam presentes no reconhecimento público da legitimidade científica e política das duas instituições (MN e CLTEMTA), nas redes de fornecimento de coleções, no recrutamento de indígenas para trabalhos da Comissão e do Museu Nacional e na conformação de instrumentos políticos de gestão das populações indígenas submetidas.

A relação de Roquette-Pinto com a Comissão Rondon não foi apenas de empatia ou de encontros circunstanciados. Os tentáculos com os quais reuniu sua significativa coleção e pela qual foi primeiramente legitimado como antropólogo estavam diretamente conectados à Comissão. Os lugares onde foram recolhidos os objetos eram os postos da Comissão. Os guias que localizavam os indígenas eram os funcionários da Comissão. Os objetos previamente recolhidos o foram a pedido do chefe da Comissão. O transporte das peças e do antropólogo foi realizado com recursos da Comissão. Tal relação teve continuidade mesmo após o fim da expedição. Nesse caso, em que o etnógrafo está explicitamente imerso na dimensão colonial, cabe uma reflexão sobre os atos de colecionar (FABIAN, 2010) e a situação etnográfica (PELS; SALEMINK, 1999; PACHECO DE OLIVEIRA, 2004) – formar coleções não pode mais ser equiparado a um ato de “coleta” de objetos, eles não são simplesmente “encontrados”. Trata-se de uma produção de conhecimentos que imbrica museus, antropologia e populações articulando-as a um contexto social concreto, conformado por relações de força e interdependência.

A política tutelar propagada por Roquette-Pinto constitui um dos principais desdobramentos dessa conexão. Os lugares alcançados pelo seu consagrado livro, produzido e distribuído pelo Museu, também o foram pelo programa tutelar nele contido. Com orientações que versavam sobre “proteger” sem “integrar”; “dirigir” “sem aproveitar”, reservava-se o lugar daquele programa no universo científico da antropologia. As distinções promovidas entre “brasileiros” e “índios” marcaram a separação entre os “adiantados” e os “atrasados”, restando a estes últimos a compensação pela “grande dívida” que nunca chegou. Esse conjunto de elementos, detalhadamente descritos ao longo deste livro, compõe o cerne da relação entre antropologia e colonialismo para a situação analisada.

A negação da coetaneidade, *coevalness* (FABIAN, 1983, p. 31), foi outra marca dos trabalhos de Roquette-Pinto – um tropos narrativo (e cognitivo, claro) que o distancia de nós hoje, mas o aproximava da antropologia da época e daquela que o sucedeu. A despeito de toda a colaboração estabelecida entre índios e não índios, descrita tanto para o momento da expedição quanto para eventos anteriores, foi nos domínios do mais primitivo que Roquette-Pinto inscreveu as populações Nambiquara por ele estudadas, o que levava inclusive a deixar em segundo plano a etnografia e a coleta de material pareci (coletividade que não seria tão claramente caracterizada como “primitiva” e, portanto, “indígena”). No entanto, tal inscrição se deu em moldes distintos dos que o haviam precedido – e aqui residiu o segundo ponto privilegiado de observação do “meu objeto de pesquisa”.

Na contraposição dos momentos do Museu Nacional analisados neste livro, posso agora dizer que as proposições de Roquette-Pinto estavam mais próximas às de Ladislau Netto do que às dos seus imediatos antecessores, notadamente Batista Lacerda. Tal alinhamento com Netto se dava em relação aos instrumentos propostos (formação de coleções etnográficas, insistência em efetivar a dimensão educativa do Museu Nacional e, com ela, a popularização da ciência) tanto quanto à caracterização das populações indígenas.

Como vimos, Roquete-Pinto esteve todo o tempo, de forma consistente e continuada, classificando esses grupos como “primitivos”/“atrasados”. No entanto, tal relação de alteridade com eles estabelecida jamais correspondeu às proposições de Batista Lacerda (e outros) quanto à “animalidade” dessas populações. Ao contrário dos usos correntes em sua época, Roquette-Pinto utilizou-se dos instrumentos disponíveis (tanto os já citados quanto os da antropologia física e da etnografia) para questionar a validade das proposições apresentadas por seus contemporâneos. Quanto às críticas ao Brasil mestiço (formado por negros, indígenas e suas misturas), Roquette-Pinto constantemente recorreu à expedição à Serra do Norte (e aos resultados lá obtidos) para rebater sua veracidade. Assumia, assim, a defesa de uma dimensão política do mestiço e, com ele, do indígena diante da política nacionalizante do Brasil.

Ao optar por essa atuação, ele seguiu investigando e inventariando a população brasileira. Classificou-a em zonas geográficas, estabeleceu os tipos brasileiros e “canibalizou” (na expressão dos modernistas de sua época) a antropologia importada para a produção de uma antropologia “made in brazil”. O alcance desses desdobramentos o levou ao reconhecimento que nenhum outro antropólogo de sua geração e/ou do Museu Nacional jamais conseguiu. Roquette-Pinto imbricou-se com a política nacional e dela participou ativamente – tornou-se um “intelectual universal”, de saber genérico e com conexões éticas e políticas, em oposição ao “especialista”, com saberes meramente técnicos e interesses específicos.

Nessas considerações, retomando a minha provocação inicial, a análise da experiência vivenciada por Roquette-Pinto vem contribuir com a antropologia, os museus e os atos de colecionar contemporâneos não apenas com uma reflexão crítica acerca das condições em que tais conhecimentos e atos podem vir a ser produzidos ou mesmo das dimensões que podem vir a alcançar. A leitura das suas notas permite conhecer, através de uma perspectiva histórica, as esferas políticas da prática antropológica, restituindo-lhe a importância e os significados de seu tempo contemporâneo, que foram minimizados pela mudança do eixo teórico da antropologia no Brasil

durante a alteração do seu lugar de produção e ensino – dos Museus às pós-graduações¹¹⁸.

No caso do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, uma relação curiosa aí foi estabelecida. Apesar de ter sido fundado no MN herdando sua tradição de trabalho, poucos foram os alunos que se dispuseram a pesquisar o seu acervo¹¹⁹. Stocking (1985), analisando o caso dos museus norte-americanos, chega a afirmar que cerca de 90% de seus “espécimes etnológicos” jamais foram estudados (1985, p. 9). No caso das coleções etnográficas do Museu Nacional, não é possível realizar uma estimativa tal como a de Stocking, mas, pelo quadro pretérito e atual, é possível dizer que devem ser tanto quanto os dos museus norte-americanos.

Esse quadro tem implicações para a disciplina antropológica, que desde os anos 60 vem paulatinamente abandonando os estudos com e a partir de “objetos etnográficos”, e para a própria instituição museal, que viu significativamente diminuído, ao longo da segunda metade do século XX, o *status* profissional de seus curadores e diretores. Basta para isso passar em revista a importância política e social do Museu Nacional nos anos de Ladislau Netto e Roquette-Pinto. Os desafios contemporâneos, todavia, têm requerido dessas instituições e de seus profissionais as posturas de engajamento político e social apresentadas por eles no passado.

Roquette-Pinto, imaginando os horizontes de relações futuras daquelas populações com os Estados nacionais, assim indicava, no prefácio à primeira edição de *Rondonia*, uma das finalidades que o seu livro um dia poderia vir a ter:

Quem sabe si mais tarde, um filho da Rondonia, bisneto de alguns desses que deixei com saudade em 1912, educado por um sucessor do Mestre, si o houver capaz de recolher a herança, não folheará estas notas, para ligal-as ao material conhecido e traçar, assim, a noticia completa do seu povo? (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. XV).

Aqui encontro o meu último ponto proposto (Que mapas indicativos podem tal estudo resultar para as minhas motivações iniciais?) e retorno aos encontros com Zita Enoré e com os indígenas participantes da exposição “Índios: Os Primeiros Brasileiros” descritos na introdução deste trabalho. Zita e os indígenas participantes da exposição, através de seus questiona-

¹¹⁸ Tais proposições vão ao encontro dos textos de Pacheco de Oliveira (2010) e Castro Faria (1993b).

¹¹⁹ Castro Faia foi um dos colaboradores de Roberto Cardoso de Oliveira e Maybury-Lewis na fundação do PPGAS/MN/UFRJ nos anos 60 do século XX (GARCIA, 2009, p. 413).

mentos, buscavam restituir os conhecimentos e parte dos domínios territoriais que lhes foram subtraídos ao longo de suas trajetórias históricas. Zita Enoré, naquele seminário, entregou à equipe organizadora um conjunto de fotos acompanhado de um bilhete no qual expressava o motivo maior de sua preocupação: a terra indígena “Ponte de Pedra”, lugar mítico da origem do povo Pareci onde foi erguida a Estação Telegráfica de Vilhena, que guardava os objetos que viriam a compor a coleção Roquette-Pinto.

Que responsabilidade pode ter o pesquisador com essas coletividades? Que expectativas eram depositadas pelos indígenas naquele que os foi visitar em 1912, que por eles se interessava e por quem eram chamados de amigo? Como estão hoje os Pareci e os Nambiquara? Como aquela expedição pode ter influenciado no estado atual desses grupos hoje¹²⁰? – São perguntas para as quais certamente este trabalho não se propôs a procurar respostas, mas que estiveram presentes na reflexão que me levou a produzi-lo.

Figura 34: Indígena nambiquara. Foto: Edgard Roquette-Pinto



Fonte: Museu do Índio

¹²⁰ Em estimativas atuais dos Pareci, cuja população descrita por Roquette-Pinto “de tão numerosa” era “incontável”, existem apenas 2.005 pessoas, e dos Nambiquara, que em apenas um dos encontros o antropólogo pôde reunir cerca de 200 homens com suas mulheres e filhos, há 1.950 integrantes (Fonte: Instituto Sócio Ambiental – Pareci: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/paresi>, e Nambiquara – <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/nambikwara>).

Figura 35: Indígenas nambiquara em visita à expedição Roosevelt-Rondon.
Foto: João Salustiano Lyra



Fonte: Museu do Índio

Aqueles encontros lançaram-me, enquanto praticante de antropologia, aos desafios hoje apresentados aos museus, à antropologia e às coleções pelas populações descendentes de situações semelhantes com as quais Roquette-Pinto e o Museu Nacional estavam imbricados no início do século XX. Guardar objetos etnográficos provindos dessas condições de produção não corresponde apenas a proteger o patrimônio cultural e científico nacional. Os museus que detêm tais coleções precisam disponibilizá-las ao diálogo com os grupos dos quais elas provêm. Tal diálogo não deve ser somente realizado através da possibilidade da sua consulta.

É preciso, como indica Roquette-Pinto, permitir que a historicidade dessas coleções venha a ser conhecida. Que os embates de força, os jogos políticos e as várias camadas sobrepostas ao longo do tempo pelas classificações científicas, pelos métodos expositivos e tantos outros mecanismos de invisibilização do processo que deu causa a essas coleções também venham a ser conhecidos e apropriados por esses grupos na reconstrução de sua historicidade e na atualização de sua cultura e de seus projetos políticos identitários e contemporâneos. O estudo do etnógrafo das coleções que formou para a sua instituição, de suas redes de apoio e legitimação e daquela situação etnográfica tenta, portanto, estabelecer uma conexão com as demandas dos indígenas – indígenas estes que eu encontrei ao longo do meu percurso formativo e que me motivaram para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMSELLE, J.L. Ethnies et espaces: pour une anthropologie topologique. In: BOKOLO, E.M.; ANSELLE, J.L. **Au coeur de l'ethnie: ethnologie, tribalisme et état en Afrique**. 2. ed. Paris: La Découverte, 1999. p. 11-48.

ANDERMANN, Jens. Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. **Topoi**, v. 5, p. 128-170, 2004. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi09/topoi9a6.pdf.

APPADURAI, A. (ed.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008 [1988].

ASAD, T. Introduction. In: TALAL, A. (org.). **Anthropology and the Colonial Encounter**. Nova York: Humanities, 1973. p. 9-19.

BARBOSA, A.M.S. **O pássaro dos rios nos afluentes do saber** – Roquette-Pinto e a construção da universalidade. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996. 2 vols.

BAZIN, J. Des clous dans la Jaconde. In: _____. **Anthropologie autrement**. Marselha: Anacharsis, 2008.

BENSA, A. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 38-76.

BOURDIEU, P. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005a [1971]. p. 183-202.

_____. Reprodução cultural e reprodução social. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005b [1970]. p. 295-336.

BREFFÉ, A.C.F. **O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945**. São Paulo: Ed. UNESP/Museu Paulista, 2005.

CARVALHO, D.S. **Relatório da 4ª Seção encaminhado a Batista Lacerda**, diretor do Museu Nacional. Rio de Janeiro: s./e., 1914.

_____. **Relatório da 4ª Seção encaminhado a Batista Lacerda**, diretor do Museu Nacional. Rio de Janeiro, s./e., 1915.

CASANOVA, P. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A.A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CASTRO FARIA, L. **Notas sobre Santa Catarina: o litoral e a serra**. **Boletim do Museu Nacional**, N.S., Antropologia, n. 1, 30 out. 1942.

_____. **As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional**. Publicações Avulsas do Museu Nacional, n. 4, 1949.

_____. **Pesquisas de antropologia física no Brasil: história. Bibliografia**. **Boletim do Museu Nacional**, N.S., Antropologia, n. 13, 20 abr. 1952.

_____. Edgard Roquette-Pinto (1884-1954). **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 10, p. 295-305, 1956-58.

_____. **A contribuição de Edgard Roquette-Pinto para a Antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1959.

_____. Museu Nacional: o espetáculo e a excelência. In: _____. **Antropologia espetáculo e excelência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1993a. p. 55-79.

_____. Uma antropologia social tupiniquim. In: _____. **Antropologia espetáculo e excelência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1993b. p. 81-103.

_____. **Antropologia 1: escritos exumados – Espaços circunscritos: tempos soltos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.

_____. **Antropologia: escritos exumados 2 – Dimensões do conhecimento antropológico**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (orgs.). **Writing Culture: the poetics and politics of Ethnography**. Berkeley: University of California Press, 1986.

CUNHA, Olívia M.G. Tempo Imperfeito: Uma etnografia do arquivo. Rio de Janeiro: **Mana**, 10 (2), p. 287-322, 2004.

DOMINGUES, H.M.B. **Ciência, um caso de política: as relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império**. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, 1995.

ERTHAL, R. **Atrair e pacificar: a estratégia da conquista**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

FABIAN, Johannes. **Time and the Other: how Anthropology makes its object**. New York: Columbia University Press, 1983.

_____. On Recognizing Things: the “ethnic artefact” and the “ethnographic object”. **L’Homme**, n. 170, p. 47-60, 2004.

_____. Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. **Mana**, v. 16, n. 1, p. 59-73, 2010.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. A Repartição Geral dos Telégrafos e o trabalho de Guilherme Schüch de Capanema (1824-1908) em Geociências. In: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de Rezende (orgs). **Ciência, história e historiografia**. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 124-138.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Veja, 1992.

FREIRE, C.A.R. **Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena**. Brasília: Abravídeo, 2009.

GARCIA JR, A.R. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção de espécies. **Mana**, 15 (2), p. 441-447, 2009.

HEMMENDORFF, Ernest; MOREIRA, Carlos. Relatório das excursões efetuadas na margem esquerda do Rio Branco, em S. Paulo e no Itatiaya, na Serra da Mantiqueira. **Revista Arquivos do Museu Nacional**, n. 12. p. 159-168, 1903.

HUMBOLDT, A. von. **Vue des cordillères et monuments des peuples indigenes de l’Amérique**. Paris: L. Borgeois, 1816.

KEULLER, A.T.A.M. **Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)**. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2008.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. (ed.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008 [1988]. p. 89-121.

LABORATÓRIO DE FISILOGIA EXPERIMENTAL. **Dicionário Histórico Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/labfisexp.htm>. Acesso em 08/11/2010.

LACERDA, B. **Factos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autenticos e informações veridicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LACERDA, B.; PEIXOTO, J.R. Contribuições para o estudo anthropologico das raças indigenas do Brazil, pelos doutores Lacerda Filho e Rodrigues Peixoto. **Archivos do Museu Nacional**, v. 1, p. 47-83, 1876.

LASMAR, D.P. **O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio (1890-1938)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

L'ESTOILE, B. **Le Goût des Autres**: de L'Exposition coloniale aux arts premiers. Paris: Flammarion, 2007.

LIMA, N.T. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais, sertanejos e imaginação social. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/ IUPERJ/ UCAM, 1999.

LIMA, N.T.; SANTOS, R.V.; COIMBRA JR., C.E.A. Introdução à Rondônia de Edgard Roquette-Pinto. In: ROQUETTE-PINTO, E. **Rondônia**: anthropologia-ethnographia. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 25-39.

LIMA, N.T.; SÁ, D.M. (orgs.). **Antropologia Brasiliana**: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LINS, A. **Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=113&sid=199>. Acesso em 18/01/2011.

LOPES, M.M. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8 (supl.), p. 881-97, 2001.

_____. Trajetórias museológicas, biografia de objetos, percursos metodológicos. In: ALMEIDA, M.; VERGARA, M.R. (orgs.). **Ciência, história e historiografia**. São Paulo: Via Lettera, 2008. p. 305-318.

LOPES, M.M.; MURRIELLO, S.E. Ciências e Educação em museus no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 12 (supl.), p. 13-30, 2005.

LOWIE, R.H. **Historia de la etnologia**. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1946.

MACHADO, M.F.R. **Índios de Rondon**: Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Waimare e Kaxiniti, grupos Paresi. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

MATHEUS, R.R.R. **Edgard Roquette-Pinto**: aspectos marcantes de sua vida e sua obra. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1984.

MOREIRA, I.C.; MASSARANI, L.; ARANHA, J. Roquette-Pinto e a divulgação científica. In: LIMA, N.T.; SÁ, D.M. (orgs.). **Antropologia Brasileira**: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 247-270.

NASCIMENTO, F.R. **A formação da coleção de Indústria Humana no Museu Nacional, século XIX**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

MUSEU NACIONAL. **Guia da Exposição Anthropologica Brasileira realisada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro a 29 de julho de 1882**. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1882a.

_____. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro & C., 1882b.

NETTO, L. Investigações sobre a archeologia brasileira. **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 257-553, 1885.

_____. **Investigações Históricas e Scientificas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.

_____. **Relatório do Museu Nacional apresentado ao Illm. Exm. Sr. Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1875.

_____. **Relatório do Museu Nacional apresentado ao Illm. Exm. Sr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignacio da Silva, 1877.

_____. **Le Muséum National et son influence sur les sciences naturelles.** Paris: Librairie CH. Delagrave, 1889.

OLIVEIRA, R.C. A noção de “Colonialismo Interno” na Etnologia. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 4, v. 8, p. 105-112, 1966.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **O “Nosso Governo”**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.

_____. Fazendo etnologia com os caboclos do Quirino: Curt Nimuendaju e a história ticuna. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J. **Ensaios em antropologia histórica.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 60-96.

_____. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J. **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004. p. 13-42.

_____. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. **Revista Tempo**, Niterói, n. 23, v. 12, p. 73-99, 2007.

_____. Dos museus para as pós-graduações: Iniciada com as expedições científicas, a antropologia no Brasil se especializou no contexto universitário. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, especial n. 2, p. 70-73, nov. 2010.

PACHECO DE OLIVEIRA, J.; SOUZA LIMA, A.C. (coords.). **Rondônia 1912**: gravações históricas de Roquette-Pinto. Rio de Janeiro: LACED-Museu Nacional/UFRJ, 2009.

PELS, P.; SALEMINK, O. Introduction: Locating the colonial subjects. In: _____. **Colonial Subjects**: Essays on the practical history of anthropology. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999.

RAMOS, J.S. Como classificar os indesejáveis? Tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 e 1930. In: LIMA, N.T.; SÁ, D.M. (orgs.). **Antropologia Brasileira**: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 179-211.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de escala: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

REVISTA DO MUSEU PAULISTA. Vol. 11. São Paulo: Museu Paulista, 1918.

RIBAS, J.B.C. **O Brasil é dos brasileiros: medicina, antropologia e educação na obra de Roquette-Pinto**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Campinas, 1990.

RIBEIRO, A.M. **A Comissão Rondon e o Museu Nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Comissão Nacional de Proteção aos Índios, 1945. (1ª Conferência realizada pelo Professor Alípio de Miranda Ribeiro, no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1916. Publicação n. 49).

RIBEIRO, D. **O indigenista Rondon**. Rio de Janeiro: Publicações do Serviço de Documentação do MEC, 1958.

_____. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Agricultura, 1962.

ROMERO, S. **Ethnographia Brasileira: estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Theophilo Braga e Ladislau Netto**. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & Cia, 1888. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/02054100/020541_COMPLETO.pdf?sequence=2. Acesso em 06/12/2010.

ROQUETTE-PINTO, E. **Ethnographia Americana: o exercício da medicina entre os indígenas da America**. Rio de Janeiro: E. Bevilacqua & C, 1906.

_____. **Relatório da excursão ao litoral e a região das lagoas do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: L. Macedo, 1907.

_____. **Etnografia indígena do Brazil: estado atual dos nossos conhecimentos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

_____. **Nota sobre os índios Nhamiquaras do Brazil-Central**. Resultados Etnográficos da Expedição Rondon – Enviada ao XVIII Congresso de Americanistas, Londres 1912. Rio de Janeiro: s./e., 1912a. p. 24-43.

_____. **Relatório da 4ª Seção de Antropologia e Etnografia apresentado ao Sr. Diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo**. Rio de Janeiro: Arquivo SEMEAR/MN, 1912b.

- _____. **Anthropologia: guia das colleções.** Rio de Janeiro: Tipografia da Directoria Geral de Estatística, 1915a.
- _____. **Dinoponera Grandis** (Memória apresentada à Congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para obter a Livre Docencia da Cadeira de Historia Natural). Rio de Janeiro: Tipografia da Casa Bevilacqua, 1915b.
- _____. Rondônia: Anthropologia, Ethnografia. **Revista Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 20, 1917.
- _____. **Relatório da 4ª Seção apresentado ao Diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo.** Rio de Janeiro: Arquivo SEMEAR/MN, 1922.
- _____. **Relatório da 4ª Seção apresentado ao Diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo.** Rio de Janeiro: Arquivo SEMEAR/MN, 1924.
- _____.; BAPTISTA, Benjamim. Contribution à L'Anatomie Comparée des Races Humaines. Dessection de une indienne du Brésil. **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, t. XXVI, 1926.
- _____. **Seixos Rolados:** estudos brasileiros. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & C., 1927.
- _____. **Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil.** In: Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, 1929.
- _____. **Note sur la situation sociale des indiens du Brésil.** (Monographie presenté a le Congres Universel des Races,... Londres, en 1911). par le professeur... Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.
- _____. **Rondônia: anthropologia-ethnographia.** 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 25-39.
- SÁ, D. M. **Ideias sem fronteiras: da generalidade à especialização no pensamento intelectual do Brasil Republicano (1895-1935).** Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **A ciência como profissão:** médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895- 1935). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- SÁ, D. M.; SÁ, M.R.; LIMA, N.T. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-810, jul.-set. 2008.

SAID, E.W. Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas. In:____. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 33-46.

SANTOS, R.V. **Edgard Roquette-Pinto, os tipos antropológicos e a questão da degeneração racial no Brasil no início do século**. In: Encontro Anual da ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. Anais...

_____. A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: Os Sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional. **História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, v. 5, n. supl., p. 237-254, 1998.

_____. Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: Os Sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (orgs.). **Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na Obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 123-144.

SCHWARCZ, L.M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SEYFERTH, G. A Antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, n. 30, nova série, p. 81-92, 1985.

_____. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: LIMA, N.T.; SÁ, D.M. (orgs.). **Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 147-177.

SILVEIRA, J. **A inquietação artística de Roquette-Pinto**. Vamos Ler, Rio de Janeiro, 22 mar. 1939. p. 46. (Depositado na ABL, Arquivo Roquette-Pinto ABL, caixa 1, pasta 27-3-23, item 7.)

SMITH, L.T. **Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples**. London: Zed Books; New York: University of Otago Press, 2001.

SOUZA LIMA, A.C. **Aos fetichistas, ordem e progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

_____. O Santo Soldado: pacificador, bandeirante, amansador de índios, civilizador dos sertões, apóstolo da humanidade. Uma leitura de Rondon conta sua vida, de Esther de Viveiros. **Comunicação**, n. 21, Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS/Museu Nacional, 1990.

_____. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. Diversidade Cultural e Política Indigenista no Brasil. **Tellus** (UCDB), Campo Grande – MT, v. 3, p. 11-31, 2002.

SOUZA, A.P. Notas sobre os costumes dos Índios Nhambiquaras. **Revista do Museu Paulista**, tomo 12, p. 390-405, 1920.

STAUFFER, David H. Origem e fundação do Serviço de Proteção ao Índio. **Revista de História**, São Paulo, n. 37, p. 73-95, 1º trim., 1959.

STOCKING JR.; GEORGE, W. (orgs.). **Objects and others**: essays on museums and material culture. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.

TAUNAY, A. E. Relatório referente ao ano de 1918, apresentado ao Senhor Secretario do Interior, Dr. Oscar Rodrigues Alves, pelo Diretor em Comissão, do Museu Paulista, Affonso D'Escragnolle Taunay. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, tomo 9, 1919.

_____. **Guia da Secção Histórica do Museu Paulista**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

ULE, E. Relatório de uma excursão de botânica feita na Serra do Itatyiaia. **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 185-223, 1895.

VENÂNCIO FILHO, A. Roquette-Pinto, expressão de humanismo. In: LIMA, N.T.; SÁ, D.M. (orgs.). **Antropologia Brasileira**: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 39-56.

FONTES DOCUMENTAIS

LIVRO de Tombo. **Museu Nacional**. Etnologia, Rio de Janeiro, n. 6.

ESTATUTO do Grêmio do Internos dos Hospitais do Rio de Roquette-Pinto. ABL, caixa 1, pasta 27-3-23, item 13.

MUSEU NACIONAL. Relatório Geral apresentado ao MAIC. Museu Nacional, 1910.

MUSEU NACIONAL. Relatório Geral apresentado ao MAIC. Museu Nacional, 1929.

MUSEU NACIONAL. Relatório Geral apresentado ao MAIC. Museu Nacional, 1922.

MUSEU NACIONAL. Registro das Atas da Congregação (1904-1911). Rio de Janeiro: Museu Nacional.

MUSEU NACIONAL. Registro das Atas da Congregação (1911-1938). Rio de Janeiro: Museu Nacional.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, Arquivo Roquette-Pinto. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras

MUSEU PAULISTA, Fundo Taunay. São Paulo: Museu Paulista.

ANEXO

DIRETORES DO MUSEU NACIONAL ATÉ A GESTÃO DE ROQUETTE-PINTO

Frei José da Costa Azevedo (1818-1822)
João de Deus e Mattos (1822-1823)
João da Silva Caldeira (1823-1827)
Frei Custódio Alves Serrão (1828-1847)
Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui (1847-1866)
Francisco Freire Allemão de Cysneiros (1866-1870)
Ladislau de Souza Mello e Netto (1874-1893)
Amaro Ferreira das Neves Armond (1892-1893)
Domingos José Freire Junior (1893-1895)
João Batista de Lacerda (1895-1915)
Bruno Álvares da Silva Lobo (1915-1923)
Arthur Neiva (1923-1926)
Edgard Roquette-Pinto (1926-1935)

A análise da experiência vivenciada por Roquette-Pinto vem contribuir com a antropologia, os museus e os atos de colecionar contemporâneos não apenas com uma reflexão crítica acerca das condições em que tais conhecimentos e atos podem vir a ser produzidos ou mesmo das dimensões que podem vir a alcançar. A leitura das suas notas permite conhecer, através de uma perspectiva histórica, as esferas políticas da prática antropológica, restituindo-lhe a importância e os significados de seu tempo contemporâneo.

